

# COMANDO DA AERONÁUTICA

## CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DA AERONÁUTICA



Rio de Janeiro, 5 de março de 2014.

### BOLETIM DO COMANDO DA AERONÁUTICA Nº 043



Para conhecimento do Pessoal da Aeronáutica, publico o seguinte:

#### PRIMEIRA PARTE

#### ATOS DOS PODERES LEGISLATIVO, EXECUTIVO E JUDICIÁRIO

##### SEÇÃO I - PODER LEGISLATIVO (Sem alteração)

##### SEÇÃO II - PODER EXECUTIVO (Sem alteração)

##### SEÇÃO III - PODER JUDICIÁRIO (Sem alteração)

#### SEGUNDA PARTE

#### MINISTÉRIO DA DEFESA

##### 1 - AFASTAMENTO DO PAÍS - AUTORIZA

PORTARIA Nº 364/EMCFA, 17 DE FEVEREIRO DE 2014(\*)

**O CHEFE DO ESTADO-MAIOR CONJUNTO DAS FORÇAS ARMADAS**, no uso da competência que lhe é delegada pelo art. 2º, da Portaria nº 1.511/MD, de 13 de maio de 2013 e em conformidade com o disposto no art. 7º do Decreto nº 7.689, de 2 de março de 2012, resolve:

Autorizar o afastamento do país dos militares abaixo mencionados, da Chefia de Assuntos Estratégicos, para participarem da Reunião preparatória para a XI Conferência de Ministros de Defesa das Américas, a ser realizada em Lima - Peru, no período de 5 a 8 de março do corrente ano, incluindo o trânsito, com ônus total a cargo do Ministério da Defesa do Brasil:

---

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 043, de 05 MAR 2014)

.....  
Coronel Aviador ANDRÉ LUIZ FONSECA E SILVA  
.....

A missão é considerada eventual e de natureza militar, enquadrada na alínea "c" do inciso I e na alínea "b" do inciso II do art. 3º, combinado com o Parágrafo único do art. 11 da Lei nº 5.809, de 10 de outubro de 1972, regulamentada pelo Decreto nº 71.733, de 18 de janeiro de 1973, modificado pelo Decreto nº 3.643, de 26 de outubro de 2000, pelo Decreto nº 5.992, de 19 de dezembro de 2006, pelo Decreto nº 6.258, de 19 de novembro de 2007, pelo Decreto nº 6.576, de 25 de setembro de 2008 e pelo Decreto nº 6.907, de 21 de julho de 2009.

Gen Ex JOSÉ CARLOS DE NARDI  
(DOU Nº 41, DE 27 FEV 2014)

(\*) Republicada por ter saído no D.O.U nº 34, de 18 de fevereiro de 2014, seção 2, pág 11, com incorreção no original.

## 2 – NOMEAÇÃO

PORTARIAS Nº 462/SEPROD/SG/MD, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2014.

**O SECRETÁRIO DE PRODUTOS DE DEFESA DO MINISTÉRIO DA DEFESA**, no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo contido na alínea "b" do inciso I do art. 4º da Portaria nº 1.839/MD, de 9 de dezembro de 2010, publicada no Diário Oficial da União do dia 10 subsequente, alterada pela Portaria nº 372/MD, de 3 de março de 2011, publicada no Diário Oficial da União do dia 4 subsequente, e considerando o disposto no Decreto nº 7.974, de 1º de abril de 2013, publicado no Diário Oficial da União nº 62, Seção 1, de 2 de abril de 2013, e na Portaria Normativa nº 2.323/MD, de 31 de agosto de 2012, publicada no Diário Oficial da União nº 171, Seção 1, de 3 de setembro de 2012, resolve:

Nomear o Cel Int JOSÉ AUGUSTO SIMÕES AMARO para o cargo de Coordenador, código Grupo 0002 (B), do Departamento de Produtos de Defesa da Secretaria de Produtos de Defesa da Secretaria-Geral deste Ministério.

MURILO MARQUES BARBOZA  
(DOU Nº 41, DE 27 FEV 2014)

## TERCEIRA PARTE

### ATOS DO COMANDANTE DA AERONÁUTICA, DOS CHEFES E DIRETORES DOS ÓRGÃOS DE ASSISTÊNCIA DIRETA E IMEDIATA DO CMTAER

---

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 043, de 05 MAR 2014)

## **SEÇÃO I - GABINETE DO COMANDANTE DA AERONÁUTICA**

### **1 – CARGOS – CONSOLIDA E DEFINE REQUISITOS**

PORTARIA Nº 229/GC3, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2014.

Consolida e define os requisitos relativos aos cargos de Comando, Chefia, Direção, Presidência e Vice-Presidência de Comissões, privativos de Oficiais Superiores da Aeronáutica, da ativa.

**O COMANDANTE DA AERONÁUTICA**, de conformidade com o previsto na alínea “g” do inciso VI do art. 23, combinado com o inciso II do §2º do art. 26, ambos do anexo I ao Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009, e considerando o que consta do Processo nº 67600.000529/2014-49, resolve:

Art. 1º Consolidar e definir os requisitos relativos aos cargos de Comando, Chefia, Direção, Presidência e Vice-Presidência de Comissões, privativos de Oficiais Superiores da Aeronáutica, da ativa, consoante o previsto nos Regulamentos das Organizações Militares do Comando da Aeronáutica:

#### **I - OFICIAIS AVIADORES**

##### **a) do posto de Coronel:**

1. Comandante de Base Aérea;
2. Comandante da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais da Aeronáutica;
3. Comandante do Centro de Instrução Especializada da Aeronáutica;
4. Comandante do Corpo de Alunos da Escola de Especialistas de Aeronáutica;
5. Comandante do Corpo de Cadetes da Aeronáutica;
6. Chefe da Missão Técnica Aeronáutica Brasileira no Paraguai;
7. Chefe de Comissão Aeronáutica Brasileira no exterior;
8. Chefe do Serviço Regional de Proteção ao Voo de São Paulo;
9. Chefe do Centro de Gerenciamento da Navegação Aérea;
10. Comandante do Corpo de Alunos do Centro de Instrução e Adaptação da Aeronáutica;
11. Presidente da Comissão de Obras do Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial;
12. Chefe do Núcleo do Centro de Operações Espaciais Principal;
13. Chefe do Núcleo do Instituto de Aplicações Operacionais.

##### **b) do posto de Tenente-Coronel:**

1. Comandante de Esquadrão isolado;
2. Comandante de Grupo de Aviação;
3. Comandante de Grupo de Comunicações e Controle;
4. Comandante do Corpo de Alunos da Escola Preparatória de Cadetes do Ar;
5. Chefe de Serviço Regional de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos;

##### **c) do posto de Tenente-Coronel ou Major:**

1. Comandante do Grupo de Instrução Tática e Especializada;
-

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 043, de 05 MAR 2014)

d) do posto de Major:

1. Comandante de Esquadrão de Grupo de Comunicações e Controle;

II - OFICIAIS AVIADORES, ENGENHEIROS OU INTENDENTES

a) do posto de Coronel:

1. Chefe do Centro de Catalogação da Aeronáutica;
2. Chefe do Grupamento de Infraestrutura e Apoio de São José dos Campos;
3. Diretor do Instituto de Logística da Aeronáutica;

III - OFICIAIS AVIADORES, ENGENHEIROS, INTENDENTES OU DE INFANTARIA DA AERONÁUTICA

a) do posto de Coronel:

1. Chefe de Centro de Computação da Aeronáutica;
2. Diretor do Instituto de Psicologia da Aeronáutica;
3. Prefeito de Aeronáutica de Prefeitura tipo “A”;

b) do posto de Tenente-Coronel:

1. Prefeito de Aeronáutica de Prefeitura tipo “B”;

IV - OFICIAIS AVIADORES, INTENDENTES OU DE INFANTARIA DA AERONÁUTICA

a) do posto de Coronel:

1. Chefe da Secretaria da Comissão de Promoções de Graduados;
2. Chefe de Grupamento de Apoio;
3. Chefe do Centro de Documentação da Aeronáutica;
4. Vice-Presidente da Comissão de Desportos da Aeronáutica;

b) do posto de Tenente-Coronel:

1. Comandante do Esquadrão Aeroterrestre de Salvamento;

V - OFICIAIS AVIADORES OU DE INFANTARIA DA AERONÁUTICA

a) do posto de Tenente-Coronel:

1. Comandante do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva da Aeronáutica de São José dos Campos;

VI - OFICIAIS AVIADORES OU ENGENHEIROS

a) do posto de Coronel:

1. Diretor de Centro de Lançamento;
2. Diretor de Parque de Material Aeronáutico tipo “B”;
3. Diretor do Núcleo do Parque de Material Aeronáutico de Recife;
4. Diretor do Instituto de Cartografia Aeronáutica;
5. Diretor do Instituto de Estudos Avançados;
6. Diretor do Instituto de Fomento e Coordenação Industrial;
7. Diretor do Parque de Material Bélico da Aeronáutica do Rio de Janeiro;
8. Diretor do Parque de Material de Eletrônica da Aeronáutica do Rio de Janeiro;
9. Diretor de Instituto de Controle do Espaço Aéreo;
10. Vice-Presidente da Comissão de Aeroportos da Região Amazônica;
11. Diretor do Instituto de Pesquisas e Ensaios em Voo.

b) do posto de Tenente-Coronel:

1. Diretor do Campo de Provas Brigadeiro Velloso;
-

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 043, de 05 MAR 2014)

VII - OFICIAIS AVIADORES OU INTENDENTES

a) do posto de Coronel:

1. Chefe do Centro de Transporte Logístico da Aeronáutica;
2. Chefe do Grupamento de Apoio Logístico;

b) do posto de Coronel ou Tenente-Coronel:

1. Diretor da Fazenda de Aeronáutica de Pirassununga;

VIII - OFICIAIS AVIADORES OU DO QUADRO DE OFICIAIS ESPECIALISTAS EM CONTROLE DE TRÁFEGO AÉREO

a) do Posto de Coronel:

1. Presidente da Junta de Julgamento da Aeronáutica.

IX - OFICIAIS INTENDENTES

a) do posto de Coronel:

1. Diretor da Pagadoria de Inativos e Pensionistas da Aeronáutica;
2. Diretor do Depósito Central de Intendência;
3. Chefe do Grupamento de Apoio da Saúde.

X - OFICIAIS MÉDICOS

a) do posto de Coronel:

1. Diretor da Casa Gerontológica de Aeronáutica Brigadeiro Eduardo Gomes;
2. Diretor de Hospital de Área;
3. Diretor de Núcleo de Hospital de Força Aérea;

b) do posto de Coronel ou Tenente-Coronel:

1. Diretor do Instituto de Medicina Aeroespacial Brigadeiro Médico Roberto Teixeira;

XI - OFICIAIS DE INFANTARIA DA AERONÁUTICA

a) do posto de Coronel:

1. Comandante do Núcleo da Brigada de Artilharia Antiaérea de Autodefesa;

b) do posto de Tenente-Coronel:

1. Comandante de Batalhão de Infantaria da Aeronáutica Especial;
2. Comandante de Grupo de Artilharia Antiaérea de Autodefesa;

XII - OFICIAIS DENTISTAS

a) do posto de Coronel ou Tenente-Coronel:

1. Diretor de Odontoclínica;

XIII - OFICIAIS FARMACÊUTICOS

a) do posto de Coronel:

1. Diretor do Laboratório Químico-Farmacêutico da Aeronáutica;

XIV - OFICIAIS CAPELÃES

a) do posto de Coronel:

1. Chefe do Serviço de Assistência Religiosa da Aeronáutica.
-

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 043, de 05 MAR 2014)

Art. 2º A indicação de oficial que não se enquadrar no especificado nesta Portaria deve ser acompanhada de exposição de motivos ao Comandante da Aeronáutica, elaborada pelo Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica, Comandante-Geral ou Diretor-Geral para as Organizações que lhes são subordinadas direta ou indiretamente.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revoga-se a Portaria nº 426/GC3, de 21 de março de 2013, publicada no Diário Oficial da União nº 56, de 22 de março de 2013, Seção 1, página 7.

Ten Brig Ar JUNITI SAITO  
Comandante da

## 2 – DESPACHO DECISÓRIO

(Proc nº 67000.001360/2014-11 - Ref ao Of nº 5/GCDA/1664, de 18 FEV 2014, do GABAER)

DESPACHO DECISÓRIO Nº 3/GC6/2033, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2014.

1. DEFERIDO, em caráter excepcional, nos termos do § 1º, art. 1º da Portaria nº 1.403/MD, de 26 de outubro de 2007, a concessão de suprimentos de fundos, no valor de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil Reais), em favor do ASPAER, para realização de despesas que não possam ser realizadas por meio de processo ordinário para aquisição de materiais e contratação de serviços.

Ten Brig Ar JUNITI SAITO  
Comandante da Aeronáutica

## **SEÇÃO II - COMISSÃO DE PROMOÇÕES DE OFICIAIS** (Sem alteração)

## **SEÇÃO III - CENTRO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DA AERONÁUTICA** (Sem alteração)

## **SEÇÃO IV - CENTRO DE INTELIGÊNCIA DA AERONÁUTICA** (Sem alteração)

## **SEÇÃO V - INSTITUTO HISTÓRICO-CULTURAL DA AERONÁUTICA** (Sem alteração)

---

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 043, de 05 MAR 2014)

**SEÇÃO VI – ASSESSORIA PARLAMENTAR DO COMANDANTE DA AERONÁUTICA**  
**(Sem alteração)**

**SEÇÃO VII - CENTRO DE INVESTIGAÇÃO E PREVENÇÃO DE ACIDENTES**  
**AERONÁUTICOS**  
**(Sem alteração)**

**SEÇÃO VIII - ASSESSORIA DE SEGURANÇA OPERACIONAL DO CONTROLE DO**  
**ESPAÇO AÉREO**  
**(Sem alteração)**

**SEÇÃO IX - CENTRO DE CONTROLE INTERNO DA AERONÁUTICA**

**1 - ICA 174-3 - APROVA A REEDIÇÃO**

PORTARIA CENCIAR Nº 15/CENCIAR-4, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2014.

Aprova a reedição da ICA 174-3  
“Procedimentos para Ressarcimento ao  
Erário”, no âmbito do Comando da  
Aeronáutica.

**O CHEFE DO CENTRO DE CONTROLE INTERNO DA AERONÁUTICA**,  
no uso da competência que lhe confere o inciso III, do Art. 14 do Regulamento do Centro de  
Controle Interno da Aeronáutica (ROCA 21-91/2013), aprovado pela Portaria nº 1.203/GC3, de 5  
de julho de 2013, e o Art. 6º da Portaria nº 2177/GC3, de 11 de dezembro de 2013, resolve:

Art. 1º Aprovar a reedição da ICA 174-3 "Procedimentos para Ressarcimento ao  
Erário".

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Maj Brig Int EURICO JORGE DE LIMA  
Chefe do CENCIAR

Obs.: A Instrução de que trata apresenta Portaria encontra-se anexada a este Boletim e será  
disponibilizada no BLAER e no SISPUBLIC.

**QUARTA PARTE**

**ATOS DO CHEFE DO ESTADO-MAIOR DA AERONÁUTICA, DOS COMANDANTES-**  
**GERAIS, DOS DIRETORES DE DEPARTAMENTOS E DO SECRETÁRIO DE**  
**ECONOMIA E FINANÇAS DA AERONÁUTICA**

---

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 043, de 05 MAR 2014)

### **SEÇÃO I – ESTADO-MAIOR DA AERONÁUTICA**

#### **1 - CURSO DE CATALOGAÇÃO APLICADO À LOGÍSTICA – 1ª EDIÇÃO DE 2014 (CCAT 1/2014) ORDEM DE MATRÍCULA**

Sejam os militares, abaixo relacionados, matriculados no Curso de Catalogação Aplicado à Logística (CCAT), 1ª Edição de 2014, a ser ministrado pelo Centro de Catalogação da Aeronáutica, no período de 10 de março a 4 de abril de 2014, em Guarulhos-SP:

ORD.	POSTO/ GRAD.	QUADRO/ESP	NOME	SARAM/IDT.	OM/FFAA
1	Cel	QOINT	JOSÉ JORGE CARLOS SABÓ	2378884	EMAER
2	TC		EDSON LEONARDO DE FREITAS MAIA	018782063-4	EB
3	Maj	QOESUP	JOSÉ UBIRAJARA DE CASTRO	0197815	CECAT
4	Maj R1		FLÁVIO ANTONIO DOS SANTOS	1212486	DIRENG
5	2º Ten	QOEA SUP	CLÁDIO LÚCIO DE MATOS	1543059	DIRSA
6	2º Ten	QOCON QUI	AMANDA ALVES DE OLIVEIRA	6369197	SDAB
7	2º Ten	QOESUP	ANTONIO FERNANDO MESSIAS DE ANDRADE	3376133	CECAT
8	Asp	QOCON BIB	ELIANE CARVALHO PINTO PEREIRA	6568068	PAMB
9	ST	ENG	JOSÉ WILSON MAIA PIAUÍ	105193423-8	EB
10	1º Sgt	BSP	JORGE ANDRÉ DIAS LEITE	3127893	PAME
11	2º Sgt	SAD	HENRIQUE HANDRO DOS SANTOS	2651300	SDAB
12	3º Sgt	BSP	ISABELLE SANTOS GOULART	4423461	DIRSA
13	3º Sgt	SDE	MAYARA MOTTA DO PRADO DA SILVA	6318312	CELOG
14	3º Sgt	BMB	PHILIPPE MACHADO BELLONI PAULINO	6319904	PAMB
15	3º Sgt	BSP	LUANA CAETANO ACCIOLY	6380301	CECAT
16	Cb	SAD	DIEGO WELINTON MANCINI	3705145	SDAB

(Item 1/CECAT/2014)

#### **2 – REQUERIMENTO - DESPACHO**

O Exmo Sr Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica exarou o seguinte despacho no requerimento em que o Cel Av DILTON JOSÉ SCHUCK (Proc. nº 67562.004812/2013-62), do efetivo da Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica (ECEMAR), solicita dispensa do cumprimento da condição peculiar para promoção referente às provas aéreas relativas ao Posto de Coronel, por ter deixado de exercer de forma continuada a atividade de voo:

“Deferido, de acordo com o Art. 12 da Portaria nº 1.177/GC3, de 28 de dezembro de 2009.”

(Item 001/EMAER-1SEC/2014)

### **SEÇÃO II - COMANDO-GERAL DE APOIO**

#### **1 – CURSO DE CRIAÇÃO DE SITES – CMS – JOOMLA - BÁSICO (CCSJB) – ORDEM DE MATRÍCULA**

Seja dada Ordem de Matrícula aos militares abaixo relacionados, no Curso de Criação de Sites – CMS – JOOMLA - Básico (CCSJB), a ser realizado no CCA-BR, no período de 17 a 21 MAR 2014, sob responsabilidade do CCA-BR e do ILA.



(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 043, de 05 MAR 2014)

	<b>PT/GD</b>	<b>ESP</b>	<b>NOME</b>	<b>SARAM</b>	<b>OM</b>
1	1º Ten	QOAV	FLAVIO RODRIGUES NEVES	382.195-1	6º ETA
2	1º Ten	QOAV	VICTOR NOGUEIRA PINTO	400.433-7	6º ETA
3	2º Ten	QOCON	JUAN DE LIMA RIBEIRO	636.915-4	1º/7º GAV
4	2º Ten	QOAV	SERGIO TANAKA JUNIOR	419.961-8	6º ETA
5	Asp	QOCON	TULIANA PINTO MARTINS	656.982-0	CPBV
6	3S	SIN	ANTONIO JEFFERSON MATIAS DE AQUINO	606.401-9	COPAC
7	3S	SIN	JÉSSICA PAIXÃO DE VIÇOSO	648.383-6	CPBV
8	3S	SIN	MARCOS MIGUEL SOARES DE OLIVEIRA	332.242-4	BABR
9	3S	SGS	RÉBERTY PEREIRA LUZ	603.228-1	BINFAE-BR
10	CB	SEL	FÁBIO DA SILVA ROCHA	399.614-0	BAAN
11	S1	SAD	RAVY RAPHAEL MARINHO FERREIRA	620.358-2	COPAC
12	S2	SNE	MARCOS VINICIUS BERTOLINA	631.000-1	COPAC

(Item 0018/1EM/COMGAP/2014)

## 2 – CURSO DE MECÂNICA GERAL DA AERONAVE C-95 (CMGC95) – ORDEM DE MATRÍCULA

Seja dada Ordem de Matrícula aos militares abaixo relacionados, no Curso de Mecânica Geral da Aeronave C-95 (CMGC95), a ser realizado no PAMAAF, no período de 17 MAR a 04 ABR 2014, sob responsabilidade do PAMAAF e do ILA.

	<b>PT/GD</b>	<b>ESP</b>	<b>NOME</b>	<b>SARAM</b>	<b>OM</b>
1	2º Ten	QOEA ANV	MARCIO ALESSANDRO PIRES HALLIDAY	260.284-9	IPEV
2	2º Ten	QOEA ANV	RONALDO LUCAS DOS SANTOS	182.736-7	2º ETA
3	SO	BMA	EDMAR SIMÕES LOURENÇO	235.168-4	3º ETA
4	SO	SML	RONALDO MONTE SANTO	054.322-5	PAMAAF
5	2S	BEI	ALDEMIR MEDEIROS DA SILVA JUNIOR	272.271-2	BANT
6	2S	BMA	ALEX SANDRO SOUTO BARBOSA	350.318-6	PAMAAF
7	2S	BMA	CLARIOVALDO APARECIDO BIDÓIA	414.460-0	IPEV
8	2S	BMA	EDUARDO FRANCISCO DE SOUZA ARAÚJO	409.502-2	2º ETA
9	2S	BMA	FRANCIVAL RAMOS DE OLIVEIRA	289.351-7	AFA
10	2S	BET	JOYCE SOARES DAMAS MORAES	431.320-8	GEIV
11	2S	BET	JULIANA MARTINS DE OLIVEIRA	344.684-0	PAMAAF
12	2S	BET	MICHELE CRISTINE IOTTY DA SILVA SOBRAL	431.277-5	PAMAAF
13	2S	BMA	RODRIGO DA SILVA BERNARDES	398.720-5	BANT
14	2S	BMA	SILVIO CARLOS DINIZ SILVA	308.190-7	BABE
15	2S	BMA	VALDIR LOPES LEITE	371.299-0	PAMALS
16	3S	BMA	CARLOS HENRIQUE DA SILVA CAETANO	443.823-0	3º ETA
17	3S	BET	FELIPE ALBERTO PRADO BORGES	411.251-2	AFA
18	3S	BMA	FELIPE DE CARVALHO SALLES	638.050-6	GEIV
19	3S	BET	FLÁVIO CARDOSO CAVALCANTE	601.819-0	2º/5º GAV
20	3S	BMA	HYURI CORRÊA DA SILVA	637.942-7	1º ETA
21	3S	BMA	JEAN MICHEL SANTOS MALTA	639.050-1	GEIV

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 043, de 05 MAR 2014)

22	3S	BMA	LESLIE MILLER PIRES DO NASCIMENTO	346.257-9	3º/7º GAV
23	3S	BET	THIAGO MATOS DINIZ	612.645-6	GEIV
24	3S	BMA	VITOR DOS SANTOS MARTINS	423.953-9	3º ETA

(Item 020/1EM/COMGAP/2014)

### 3 – CURSO DE OPERADOR DE EMPILHADEIRA (COE) – ORDEM DE MATRÍCULA

Seja dada Ordem de Matrícula aos militares abaixo relacionados, no Curso de Operador de Empilhadeira (COE), a ser realizado no PAMASP, no período de 17 a 21 MAR 2014, sob responsabilidade do CTLA e do ILA.

	PT/GD	ESP	NOME	SARAM	OM
1	2S	BMA	RODRIGO PASSOS	393.082-3	PAMA SP
2	3S	SML	CARLOS AUGUSTO LISBOA BARRETO	423.783-8	PAMA SP
3	3S	BSP	CÉSAR HENRIQUE DE OLIVEIRA SILVEIRA	429.198-0	PAMA SP
4	3S	SML	DANIEL MENDES OLIVIERI	381.944-2	PAMA SP
5	3S	BMA	EDIMÍLSON DANIEL PACHECO	613.286-3	PAMA SP
6	3S	BMA	EDUARDO CÉSAR FONSECA VALÉRIO	638.072-7	PAMA SP
7	3S	BSP	EMILLY SAMPAIO DE ANDRADE	631.960-2	PAMA SP
8	3S	BMA	FILIPE HENRIQUES NALDONI	383.297-0	PAMA SP
9	3S	BMA	JARDEL DOS SANTOS MACHADO	421.890-6	PAMA SP
10	3S	BSP	KATARINE DE SOUZA CORTEZ	632.007-4	PAMA SP
11	3S	BSP	LAURIANE LEMES DA SILVA MELLO	624.040-2	PAMA SP
12	3S	BSP	LUCIANO VIEIRA	408.339-3	PAMA SP
13	3S	SML	RÉGIS GODENY AVELINO	603.429-2	PAMA SP
14	3S	BMA	THIAGO DE SOUZA ANCHIETA	407.625-7	PAMA SP
15	3S	BEI	UBIRATAN BARRETO DOS SANTOS	310.536-9	PAMA SP
16	3S	BSP	WAGNER FERREIRA	405.520-9	PAMA SP
17	CB	BEI	JEFFERSON ALFREDO DE SOUZA	440.430-0	PAMA SP
18	S1	SAD	ALISSON RAMOS MOREIRA	622.160-2	PAMA SP
19	S1	SAD	KAIQUE AUGUSTO DA SILVA RIBEIRO	629.870-2	PAMA SP
20	S1	BMA	RODOLFO CELERI SANTOS SILVA	603.827-1	PAMA SP

(Item 019/1EM/COMGAP/2014)

### **SEÇÃO III - COMANDO-GERAL DE OPERAÇÕES AÉREAS** (Sem alteração)

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 043, de 05 MAR 2014)

#### **SEÇÃO IV – COMANDO-GERAL DO PESSOAL**

##### **1 – MILITAR À DISPOSIÇÃO DO COMANDO DO EXÉRCITO**

PORTARIA COMGEP Nº 378/DPM, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2014.

**O COMANDANTE-GERAL DO PESSOAL**, em conformidade com o previsto no inciso XI, do art. 1º, da Portaria nº 581/GC3, de 23 de agosto de 2010, por Delegação de Competência, e considerando o que consta na Mensagem Fax nº 509/SCAP-40/1459, de 24 de fevereiro de 2014, do COMGAR, resolve:

Colocar, “ex officio”, por necessidade do serviço, o 3S QSS SGS MARLON DE SOUZA VARGAS (4322738) à disposição do Comando do Exército, a fim de prestar serviço no Colégio Militar de Santa Maria, sem prejuízo da remuneração a que faz jus pelo Comando da Aeronáutica.

Ten Brig Ar LUIZ CARLOS TERCOTTI  
Comandante-Geral do Pessoal

##### **2 – MILITAR À DISPOSIÇÃO DO COMANDO DO EXÉRCITO - DISPENSA**

PORTARIA COMGEP Nº 379/DPM, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2014.

**O COMANDANTE-GERAL DO PESSOAL**, em conformidade com o previsto no inciso XI, do art. 1º, da Portaria nº 581/GC3, de 23 de agosto de 2010, por Delegação de Competência, e considerando o que consta na Mensagem Fax nº 509/SCAP-40/1459, de 24 de fevereiro de 2014, do COMGAR, resolve:

Dispensar, “ex officio”, por necessidade do serviço, o 3S QSS SGS TIAGO ANDRE SANTOS SCARCELA (6318991) de ficar à disposição do Comando do Exército e de prestar serviço no Colégio Militar de Santa Maria.

Ten Brig Ar LUIZ CARLOS TERCOTTI  
Comandante-Geral do Pessoal

##### **3 – TAREFA POR TEMPO CERTO - DESIGNAÇÃO**

PORTARIA COMGEP Nº 364/DPM, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2014.

**O COMANDANTE-GERAL DO PESSOAL**, de acordo com o disposto na ICA 35-13, aprovada pela Portaria nº 2.005/GC3, de 5 de novembro de 2013, e considerando o que consta do Processo nº 67104.004221/2013-92, resolve:

DESIGNAR o 3S QESA SAD R1 SALAI DIAS DOS SANTOS (Nr Ord 0546690) para a PRESTAÇÃO DE TAREFA POR TEMPO CERTO, mediante aceitação voluntária, no CENTRO DE TRANSPORTE LOGÍSTICO DA AERONÁUTICA, como Auxiliar da Seção de Obtenção, pelo prazo de 24 meses, a partir da data da publicação desta Portaria.

---

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 043, de 05 MAR 2014)

PORTARIA COMGEP Nº 365/DPM, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2014.

**O COMANDANTE-GERAL DO PESSOAL**, de acordo com o disposto na ICA 35-13, aprovada pela Portaria nº 2.005/GC3, de 5 de novembro de 2013, e considerando o que consta do Processo nº 67410.001335/2014-06, resolve:

DESIGNAR o 3S QESA SAD R1 ALEXANDRE MAGNO DE OLIVEIRA (Nr Ord 0179590) para a PRESTAÇÃO DE TAREFA POR TEMPO CERTO, mediante aceitação voluntária, na DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL, como Auxiliar da Divisão de Controle e Movimentação, pelo prazo de doze meses, a partir da data da publicação desta Portaria.

PORTARIA COMGEP Nº 366/DPM, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2014.

**O COMANDANTE-GERAL DO PESSOAL**, de acordo com o disposto na ICA 35-13, aprovada pela Portaria nº 2.005/GC3, de 5 de novembro de 2013, e considerando o que consta do Processo nº 67613.043716/2013-97, resolve:

DESIGNAR o 1S QSS SAD REFM LEOCÁDIO KORILLO (Nr Ord 0570729) para a PRESTAÇÃO DE TAREFA POR TEMPO CERTO, em caráter excepcional e mediante aceitação voluntária, no SEGUNDO CENTRO INTEGRADO DE DEFESA AÉREA E CONTROLE DE TRÁFEGO AÉREO, como Encarregado da Secretaria da Seção de Transportes de Superfície, pelo prazo de 24 meses, a partir da data da publicação desta Portaria.

Ten Brig Ar LUIZ CARLOS TERCIOTTI  
(DOU, Seção 2, Nº 41 de 27 FEV 2014)

#### 4 – TAREFA POR TEMPO CERTO - DISPENSA

PORTARIA COMGEP Nº 367/DPM, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2014.

**O COMANDANTE-GERAL DO PESSOAL**, usando da atribuição que lhe confere a letra “a”, do item 4.1 da ICA 35-13, de 5 de novembro de 2013, e considerando o que consta no Processo nº 67270.001641/2014-86, resolve:

DISPENSAR, a pedido, a contar de 31 JAN 2014, o SO QTA TAR R1 LAONE QUINTÃO DA ROCHA (Nr Ord 1739875), da Prestação de Tarefa por Tempo Certo, na PREFEITURA DE AERONÁUTICA DE CANOAS, publicada no Diário Oficial da União nº 135, de 16 JUL 2013, Seção 2, e no Boletim do Comando da Aeronáutica nº 140, de 24 JUL 2013.

PORTARIA COMGEP Nº 369/DPM, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2014.

**O COMANDANTE-GERAL DO PESSOAL**, usando da atribuição que lhe confere a letra “a”, do item 4.1 da ICA 35-13, de 5 de novembro de 2013, e considerando o que consta no Processo nº 67271.001498/2014-12, resolve:

---

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 043, de 05 MAR 2014)

DISPENSAR, a pedido, a contar de 10 MAR 2014, o CAP QOEA SUP R1 PEDRO CENDRON (Nr Ord 0803626), da Prestação de Tarefa por Tempo Certo, na BASE AÉREA DE CANOAS, publicada no Diário Oficial da União nº 135, de 16 JUL 2013, Seção 2, e no Boletim do Comando da Aeronáutica nº 140, de 24 JUL 2013.

Ten Brig Ar LUIZ CARLOS TERCOTTI  
(DOU, Seção 2, Nº 41 de 27 FEV 2014)

## 5 – TAREFA POR TEMPO CERTO – PRORROGA A DESIGNAÇÃO

PORTARIA COMGEP Nº 368/DPM, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2014.

**O COMANDANTE-GERAL DO PESSOAL**, de acordo com o disposto na ICA 35-13, aprovada pela Portaria nº 2.005/GC3, de 5 de novembro de 2013, e considerando o que consta do Processo nº 67290.014772/2013-12, resolve:

PRORROGAR a designação para a PRESTAÇÃO DE TAREFA POR TEMPO CERTO do SO QSS SPV R1 DANIEL LEITE DA SILVA E SOUZA (Nr Ord 0800716), mediante aceitação voluntária, no SÉTIMO COMANDO AÉREO REGIONAL, como Auxiliar do Serviço Regional de Engenharia, no período de 12 de março de 2014 a 11 de março de 2016.

Ten Brig Ar LUIZ CARLOS TERCOTTI  
(DOU, Seção 2, Nº 41, de 27 FEV 2014)

## **SEÇÃO V – DEPARTAMENTO DE CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO**

### 1 – DESIGNAÇÃO

PORTARIA DECEA Nº 4-T/CPADS, DE 16 DE JANEIRO DE 2014.

Dispõe sobre a Comissão Permanente de Avaliação de Documentos Sigilosos (CPADS) do Departamento de Controle do Espaço Aéreo e dá outras providências.

**O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO DE CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO**, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 10 do Regulamento do Departamento de Controle do Espaço Aéreo, aprovado pela Portaria nº 1.668/GC3, de 16 de setembro de 2013, e o item 2.1.1, da ICA 200-1/2013, aprovada pela Portaria nº 1.180/GC3, de 1º de julho de 2013, resolve:

Art. 1º Designar os militares abaixo relacionados para constituírem a Comissão Permanente de Avaliação de Documentos Sigilosos (CPADS) do Departamento de Controle do Espaço Aéreo:

---

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 043, de 05 MAR 2014)

I - Presidente:

Jailton Porto de Faria Cel R/1 – D-DOC;

II - Membros:

a) Rosangela de Assis Fiuza da Cunha Ten Cel QFO R/1 - D-DOC;

b) Márcio Lima Moreira Cap R/1 - D-DOC;

c) Sidney de Sá Cadei 1º Ten QOEA CTA - SDAD;

d) Rosiane Janaína de Sena 2º Ten QOCON TEC ENG - SDTE;

e) Marcelo Mello Fagundes 2º Ten QOECOM - SDOP;

f) Josimar Oliveira de Lima SO BCT - SDOP

g) Isaías Ferreira Souza SO R/1 - D-DOC;

h) Carter Elber Ministher Fernandes 2S SAD – VICEA

i) Fernando de Oliveira Tomásio 1S SDE – SAD

j) Peterson Casati Lima 2S BMT – DGCEA;

k) Bianca Beatriz Vargas Duarte 3S BET SDTE;

l) Fabrício Filgueiras da Rocha 3S SAD – VICEA;

m) Tatiane Pacheco Barenco de Oliveira de Souza 3S SAI – SDOP;

n) Robson Dias Reis 3S r/1 – D-DOC; e

o) Mauro Telles Pontes 3S R/1 – SDAD.

III – Consultora:

Adriana da Silva Rosa Cv BIB – D-DOC.

Art. 3 º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação no BCA.

Art. 3 º Revoga-se a Portaria DECEA Nº 183-T/CPADS, de 5 de junho de 2013, publicada no Boletim do Interno Ostensivo do DECEA nº 111, de 11 de junho de 2013, páginas nº 13 e 14.

Ten Brig Ar RAFAEL RODRIGUES FILHO  
Diretor- Geral do DECEA

## **SECÃO VI - DEPARTAMENTO DE ENSINO DA AERONÁUTICA**

### **1 - DESPACHO DECISÓRIO**

(Proc nº 67210.025404/2013-34 - Ref Req. da Servidora CATARINA MARIA COSTA DOS SANTOS , datado de 17 de dezembro de 2013)

DESPACHO DECISÓRIO Nº 6/DE-5/920, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2014.

1. DEFERIDO, o requerimento da Servidora CATARINA MARIA COSTA DOS SANTOS, ocupante do cargo de Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, matrícula SIAPE nº 6216805, Classe D-IV, Nível 1, lotada na Escola de Ensino Fundamental e Médio "Tenente Rêgo Barros" - ETRB, em que solicita a interrupção de afastamento temporário, por motivo de ter antecipado a conclusão do curso de Doutorado e, conseqüentemente, ter reassumido suas funções a partir de 20 de dezembro de 2013.

---

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 043, de 05 MAR 2014)

(Proc nº 67240.026037/2013-39 - Ref Req. do Servidor MARCELO JANNUZZI FRANCESCHIN, datado de 08 de novembro de 2013)

DESPACHO DECISÓRIO Nº 7/DE-5/926, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2014.

1. DEFERIDO, o afastamento de suas funções, solicitado pelo Servidor MARCELO JANNUZZI FRANCESCHIN, matrícula SIAPE nº 1182393, Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, Classe D-II, Nível 2, com lotação no Colégio Brigadeiro Newton Braga - CBNB, vinculado ao Terceiro Comando Aéreo Regional - COMAR III, no período de 01 de fevereiro de 2014 a 28 de fevereiro de 2015, para concluir o Curso de Pós-Graduação em nível de Mestrado, na Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Ten Brig Ar DIRCEU TONDOLO NÔRO  
Diretor-Geral de Ensino

## 2 – DISPENSA

PORTARIA DEPENDS Nº 64/DE-5, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2014.

**O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO DE ENSINO DA AERONÁUTICA**, no uso de suas atribuições previstas na Portaria nº 297/GC3, de 5 de maio de 2008, de acordo com o disposto no art. 1º, inciso IX, alínea “a” da Portaria nº 923/GC3, de 25 de setembro de 2006, e o que consta da Mensagem Fac-símile nº 7/AFA\_CMDO/2608, da AFA, resolve:

Dispensar o Cel Inf JOSOE DOS SANTOS LUBAS do Cargo de Comandante do Batalhão de Infantaria da Aeronáutica da AFA, a partir de 28 de março de 2014 e designar, a contar da mesma data, para o referido Cargo, o Maj Inf LUIZ EDUARDO BUENO DA SILVA.

PORTARIA DEPENDS Nº 65/DE-5, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2014.

**O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO DE ENSINO DA AERONÁUTICA**, no uso de suas atribuições previstas na Portaria nº 297/GC3, de 5 de maio de 2008, de acordo com o disposto no art. 1º, inciso VII, alínea “a” da Portaria nº 923/GC3, de 25 de setembro de 2006, e o que consta da Mensagem Fac-símile nº 9/SECDE/170214, da EEAR, resolve:

Dispensar o Ten Cel Av MARCIO LUIZ BAHIA ALTOMAR do Cargo de Chefe da Divisão de Ensino da Escola de Especialistas de Aeronáutica, a partir de 5 de fevereiro de 2014 e designar, a contar da mesma data, para o referido Cargo, o Ten Cel Av JULIO CESAR DE SOUZA CABRAL.

Ten Brig Ar DIRCEU TONDOLO NÔRO  
Diretor-Geral do DEPENDS

---

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 043, de 05 MAR 2014)

### 3 - ORDEM DE MATRÍCULA DEFINITIVA

1. Considerando o trânsito em julgado da decisão judicial proferida nos autos da Ação Ordinária nº 0020652-88.2008.4.02.5101, em curso na 7ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, torno definitiva a Ordem de Matrícula de IRAN DA SILVA RAMOS no Estágio de Adaptação à Graduação de Sargento da Aeronáutica – Turma 1/2009 (EAGS-B 1/2009), constante no Item nº 260/DE-2, de 12 de dezembro de 2008, publicado no BCA nº 239, de 17 de dezembro de 2008.

Ref.: Ofício nº 767/2SAJ1/3084, de 14 de fevereiro de 2014 – DIRAP.

(Item 70/DE-2/2014)

### 4 - ORDEM DE MATRÍCULA – TORNA SEM EFEITO E COMPLEMENTA

1. O Diretor-Geral do DEPENS, em conformidade com o disposto no inciso XXV do art. 20 da Portaria DEPENS nº 346/DE-2, de 1º de dezembro de 2009, torna sem efeito a Ordem de Matrícula dos candidatos abaixo relacionados no Curso Preparatório de Cadetes do Ar do ano de 2014 (CPCAR 2014), constante do Item nº 10/DE-2, de 10 de janeiro de 2014, publicado no BCA nº 8, de 13 de janeiro de 2014, e determina que os mesmos sejam excluídos do referido curso.

#### **NOME**

LEONARDO GEORGE DA SILVA KAMPFPE  
GABRIEL BORGES DA CONCEICAO  
LEONARDO DE MOURA RAMALHO FORTES  
YAN ROSARIO DE OLIVEIRA  
GUSTAVO HENRIQUE COSTA E SILVA  
VITOR ROMAO BORGES  
EVANDRO FONTANA ROMEIRO  
CAIO DA SILVA STELING  
WALLACE FERREIRA TEOFILLO  
LEONARDO SOARES DE ANDRADE JUNIOR  
JOAO VICTOR DALVESCO BOTAO  
LUIZ MATHEUS LIBANIO DOS ANJOS  
FABIO ADOLFO DE SOUZA SILVA  
MARLON JOSE NASCIMENTO RODRIGUES  
SAMUEL DE CASTRO AUGUSTO  
RICHARD SOUZA VIANA  
LEONARDO GOULART DA COSTA  
LUCAS SFREDO BARROS  
IGOR CARMO PORTELA LIMA  
LEONARDO JOSE CAETANO SILVA DE ARAUJO  
AUGUSTO MARCONDES LEITE  
MATHEUS RESENDE CAETANO DA SILVA  
MATHEUS DE ABREU SILVA  
VICTOR PAGANINI PIRES

---



(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 043, de 05 MAR 2014)

LEONARDO LUIZ AUGUSTO MAXIMIANO  
RODRIGO ARAUJO PEREIRA  
GEORGE WILLIAN LIMA DA CUNHA  
RODRIGO LUIZ NEVES ROCHA  
LEONARDO FERREIRA GONCALVES  
CAIO CHAVES LEITAO DO VALE

2. O Diretor-Geral do DEPENS, em conformidade com o disposto no inciso XXV do art. 20 da Portaria DEPENS nº 346/DE-2, de 1º de dezembro de 2009, determina que os candidatos abaixo relacionados sejam matriculados, a contar de 27 de janeiro de 2014, no Curso Preparatório de Cadetes do Ar do ano de 2014 (CPCAR 2014), em complemento ao Item nº 10/DE-2, de 10 de janeiro de 2014, publicado no BCA nº 8, de 13 de janeiro de 2014.

**NOME**

VITOR SALES BARBOSA  
MATHEUS HENRIQUE EUGENIO DO NASCIMENTO  
MATHEUS BARBOSA PADILHA  
ERIC PIRES MESSEDER SARAIVA  
ISRAEL MARINHO BAPTISTA  
MATHEUS FONSECA FERNANDES FERREIRA  
EDMO MIGUEL DE OLIVEIRA TORRES  
DANIEL FONSECA FRAGA  
JOÃO VITOR DA FONSECA LOPES GOMES  
TADEU SILVA TIMOTE  
JOÃO MARCOS CORTES ANDRADE  
GABRIEL HENRIQUE POERSCH  
DOUGLAS DE PAULA GOBI  
JOÃO PEDRO BOQUIMPANI  
PEDRO CESAR SOARES DE MACEDO BURIM  
LUCAS NASSER MIETTI  
GABRIEL DA SILVA CORREA  
ABNER FERREIRA DE SOUZA  
CAIO FONSECA CORREA  
ICARO CARPES RAMOS DOS SANTOS  
MATEUS MACEDO CARDOSO  
MATHEUS SOMMER D SILVA TRINDADE  
VICTOR GABRIEL ALVES RADAEL  
VINICIUS DOS SANTOS GONCALVES  
PATRICK MARQUES DE BARROS COSTA  
VINICIUS DE FATIMA GOMES VILLAR SOUZA  
RAPHAEL DE VASCONCELLOS PEREIRA ESTEVES  
ANDERSON DE ARAUJO ANTUNES QUINTAS  
LUCAS ALMEIDA ABRAHAO DA CUNHA  
JOAO PEDRO DOS SANTOS SILVA  
MARCUS VINICIUS GUSMÃO DE LIMA

Ref.: Fax nº 12/CEEAS/2491, de 20 de fevereiro de 2014 – EPCAR.

(Item 71/DE-2/2014)

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 043, de 05 MAR 2014)

## 5 - ORDEM DE MATRÍCULA – TORNA SEM EFEITO

1. O Diretor-Geral do DEPENS, em conformidade com o disposto no inciso XXV do art. 20 da Portaria DEPENS nº 346/DE-2, de 1º de dezembro de 2009, e em complemento ao Item nº 37/DE-2, de 3 de fevereiro de 2014, publicado no BCA nº 25, de 5 de fevereiro de 2014, torna sem efeito a Ordem de Matrícula dos candidatos abaixo relacionados nos Cursos de Formação de Oficiais Aviadores, Intendentes e de Infantaria da Aeronáutica do ano de 2014 (CFOAV/CFOINT/CFOINF 2014), constante do Item nº 8/DE-2, de 10 de janeiro de 2014, publicado no BCA nº 8, de 13 de janeiro de 2014, e determina que os mesmos sejam excluídos dos referidos cursos, pelo motivo discriminado:

- Candidatos que desistiram voluntariamente:

### **CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS AVIADORES (CFOAV)**

#### **NOME**

JOSE HENRIQUE AVANZI

URIEL WIZNIEWSKY DE OLIVEIRA

Ref.: Fax nº 6/DE\_SUSEA/2703, de 20 de fevereiro de 2014 – AFA.

(Item 72/DE-2/2014)

## 6 – QUADRO DE PARAQUEDISTAS MILITARES DA AERONÁUTICA - APROVA

PORTARIA AFA Nº 31/BINFA\_SPE, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2014

Aprova o Quadro de Paraquedistas Militares  
da Aeronáutica desta Organização Militar

**O COMANDANTE DA ACADEMIA DA FORÇA AÉREA**, tendo em vista o § 3º do art. 6º da Portaria nº 1.177/GC3, de 28 de dezembro de 2009, designa os militares abaixo relacionados para comporem o quadro de Pará-quedistas Militares da Aeronáutica, na Academia da Força Aérea, no ano de 2014:

Cel Inf JOSOE DOS SANTOS LUBAS 2378442;  
Ten Cel Av ALFREDO MARTINS FILHO 2235919;  
Cap Inf DANIEL FERREIRA DA SILVA JUNIOR 3259846;  
Cap Inf MARCELO FERREIRA DOS SANTOS 3411885;  
Cap Inf ALLAN GODOY DE MENEZES ANDRADE 3259820;  
1º Ten Inf THIAGO EDUARDO MORASSI BARBOZA 4391535;  
SO BMB HÉLIO SANTOS CORRÊA 1828770;  
1S SMU ARTHUR ARAÚJO DE SOUZA 3674924;  
2S SGS ANDRÉ BRAZ DO NASCIMENTO 2714365;

---

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 043, de 05 MAR 2014)

2S BSP HÉCTOR DOMINGUES SUNEGA 3087611;  
3S BMA RODRIGO CEZAR DE SOUZA 4238737;  
3S SGS FERNANDO ANTONIO DE OLIVEIRA BASILIO 3436128.

Brig Ar CARLOS EDUARDO DA COSTA ALMEIDA  
Cmt da AFA

**SEÇÃO VII - DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA AEROESPACIAL**  
**(Sem alteração)**

**SEÇÃO VIII - SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS DA AERONÁUTICA**

1 – PORTARIA - REVOGA

PORTARIA SEFA Nº 12/ANAJ, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2014.

Revogação de Portaria.

**O SECRETÁRIO DE ECONOMIA E FINANÇAS DA AERONÁUTICA**, no uso de suas atribuições previstas no art. 4º e 11 do ROCA 20-8 (Regulamento da Secretaria de Economia e Finanças da Aeronáutica), aprovado pela Portaria nº 1.680/GC3, de 18 de setembro de 2013, e artigo 128 do RICA 20-2 (Regimento Interno da Secretaria de Economia e Finanças da Aeronáutica), aprovado pela Portaria SEFA nº 63/ANAJ, de 1º de outubro de 2013, resolve:

Art. 1º Revogar a Portaria SEFA nº 43/ANAJ, de 3 de junho de 2013, que aprovou a edição da ICA 174-3 sobre Procedimentos para Ressarcimento ao Erário.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Ten Brig Ar ANTONIO FRANCISCANGELIS NETO  
Secretário de Economia e Finanças da Aeronáutica

**QUINTA PARTE**

**ATOS DOS TITULARES DE DIRETORIAS**

**SEÇÃO I - DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL**

**MILITAR**

1 – ADIÇÃO

PORTARIA DIRAP Nº 1.050/1CM1, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2014.

**O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL**, em conformidade com o art. 1º da Portaria nº 944/GC1, de 12 DEZ 2001, e considerando a Portaria nº 352/MD, de 13 FEV 2014, resolve:

---

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 043, de 05 MAR 2014)

Adir à DIRAP, de acordo com o art. 2º, inciso IV, alínea "a" da Portaria nº 944/GC1, de 12 DEZ 2001, o militar Número de Ordem 2016540, do efetivo do CIAER, para fins administrativos, de justiça e de disciplina, por ter sido designado para cumprir as missões nº 3 e nº 7/GABAER/PARTE III/PLAMENS EXT 2014 - "TOEFL IBT TEST PREPARATION COURSE" e "INTERNATIONAL COUNTERTERRORISM FELLOW SHIP COURSE" - PROGRAMA INTERNACIONAL DE CONTRATERRORISMO, na "Kaplan International Colleges" e no "College Of International Security Affairs, National Defense University" (NDU), em Washington/District Of Columbia - Estados Unidos da América.

PORTARIA DIRAP Nº 1.089/1CM2.1, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2014.

**O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL**, em conformidade com o art. 1º da Portaria nº 944/GC1, de 12 DEZ 2001, resolve:

Adir ao GAP BR, de acordo com o art. 2º, inciso V, letra "a" da Portaria nº 944/GC1, de 12 DEZ 2001, o 1S SAD SAMORY RAFAEL FERREIRA (Nr Ord 2765683), do efetivo do CINDACTA III, para fins administrativos, de justiça e de disciplina, por ter sido colocado à disposição do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, a fim de prestar serviço naquele órgão, conforme Portaria nº 65/GC1, de 21 JAN 2014.

PORTARIA DIRAP Nº 1.084/1CM2.1, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2014.

**O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL**, em conformidade com o art. 1º da Portaria nº 944/GC1, de 12 DEZ 2001, resolve:

Adir ao GAP BR, de acordo com o art. 2º, inciso V, letra "a" da Portaria nº 944/GC1, de 12 DEZ 2001, o 1S SAD MARCO AURÉLIO LEITE DE PAULA (Nr Ord 2706989), do efetivo da SEFA, para fins administrativos, de justiça e de disciplina, por ter sido colocado à disposição do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, a fim de prestar serviço naquele órgão, conforme Portaria nº 64/GC1, de 21 JAN 2014.

PORTARIA DIRAP Nº 1.085/1CM2.1, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2014.

**O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL**, em conformidade com o art. 1º da Portaria nº 944/GC1, de 12 DEZ 2001, resolve:

Adir ao GAP BR, de acordo com o art. 2º, inciso V, letra "a" da Portaria nº 944/GC1, de 12 DEZ 2001, o 3S SAD MARCOS FEITOSA GOMES (Nr Ord 1511874), para fins administrativos, de justiça e de disciplina, por ter sido designado para o serviço ativo da Aeronáutica no Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, a fim de prestar serviço naquele órgão, conforme Portaria COMGEP nº 117/DPM, de 15 JAN 2014.

---

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 043, de 05 MAR 2014)

PORTARIA DIRAP Nº 1.090/1CM2.1, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2014.

**DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL**, em conformidade com o art. 1º da Portaria nº 944/GC1, de 12 DEZ 2001, resolve:

Adir à DIRAP, de acordo com o art. 2º, inciso IV, da Portaria nº 944/GC1, de 12 DEZ 2001, o 2S SGS DANILO DUARTE COUTINHO (Nr Ord 3413055), do efetivo do BINFAE GL, para fins administrativos, de justiça e de disciplina, por ter sido colocado à disposição da Justiça Militar da União, a fim de exercer cargo de natureza militar na 3ª Auditoria da 1ª Circunscrição Judiciária Militar, sediada na cidade do Rio de Janeiro, conforme Portaria nº 127/GC1, de 31 JAN 2014.

PORTARIA DIRAP Nº 1.086/1CM2.1, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2014.

**O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL**, em conformidade com o art. 1º da Portaria nº 944/GC1, de 12 DEZ 2001, resolve:

Adir à DIRAP, de acordo com o art. 2º, inciso IV, da Portaria nº 944/GC1, de 12 DEZ 2001, o SO SGS MARCIO ANTONIO PIRES DE MELLO (Nr Ord 2553678), do efetivo do PAMB RJ, para fins administrativos, de justiça e de disciplina, por ter sido colocado à disposição da Justiça Militar da União, a fim de exercer cargo de natureza militar na Diretoria do Foro da 1ª Circunscrição Judiciária Militar, sediada na cidade do Rio de Janeiro, conforme Portaria nº 162/GC1, de 11 FEV 2014.

Maj Brig Ar WALDEÍSIO FERREIRA CAMPOS  
Diretor de Administração do Pessoal

## 2 – ADIÇÃO – RETIFICA

PORTARIA DIRAP Nº 1.148/DSM, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2014.

**O CHEFE DA DIVISÃO DO SERVIÇO MILITAR** uso da delegação de competência estabelecida no art. 7º, inciso I, da Portaria DIRAP nº 3.533/GAB, de 01 AGO 2006, em conformidade com o art. 120, inciso II, do Regimento Interno da DIRAP, aprovado pela Portaria COMGEP nº 94/5EM, de 19 OUT 2005, resolve:

Retificar a adição e a vinculação referente ao militar abaixo mencionado, na Portaria DIRAP nº 972/DSM, de 19 FEV 2014, publicada no BCA nº 038, de 24 FEV 2014, conforme a seguir especificado, tendo em vista o estabelecido no item 3.2.7, da ICA 33-19, aprovada pela Portaria DIRAP nº 2.707/DSM, de 30 MAIO 2008:

### ONDE SE LÊ

**ADIÇÃO**  
TERCEIRO COMANDO AÉREO REGIONAL  
SO BCO R/1 LUIZ ANTONIO LOPES GUIMARAES (Nr Ord 1684604)

**VINCULAÇÃO**  
PIPAR

---

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 043, de 05 MAR 2014)

**LEIA-SE**

**VINCULAÇÃO**

**ADIÇÃO**

TERCEIRO COMANDO AÉREO REGIONAL

PIPAR

SO BCO R/1 LUIZ ANTONIO LOPES GUIMARAES (Nr Ord 1541188)

PAULO SERVO COSTA FILHO Cel Av  
Chefe da DSM

### 3 – ADIÇÃO – TRANSFERE

PORTARIA DIRAP Nº 1.150/DSM, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2014.

**O CHEFE DA DIVISÃO DO SERVIÇO MILITAR**, uso da delegação de competência estabelecida no art. 7º, inciso I, da Portaria DIRAP nº 3.533/GAB, de 01 AGO 2006, em conformidade com o art. 120, inciso III, do Regimento Interno da DIRAP, aprovado pela Portaria COMGEP nº 94/SEM, de 19 OUT 2005, resolve:

Transferir a adição, com a finalidade de mobilização, justiça e disciplina, do 2S BEP R/1 MARCIA IDALINA OLIVEIRA MIGUEZ (Nr Ord 1582763), do Terceiro Comando Aéreo Regional para o Quarto Comando Aéreo Regional e a vinculação da Pagadoria de Inativos e Pensionistas da Aeronáutica para a Escola de Especialistas de Aeronáutica, com vistas à percepção de proventos, de acordo com o item 3.3.3, da ICA 33-19, aprovada pela Portaria DIRAP nº 2.707/DSM, de 30 MAIO 2008 (RD 32/SIPM/310114-EEAR).

PORTARIA DIRAP Nº 1.154/DSM, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2014.

**O CHEFE DA DIVISÃO DO SERVIÇO MILITAR** uso da delegação de competência estabelecida no art. 7º, inciso I, da Portaria DIRAP nº 3.533/GAB, de 01 AGO 2006, em conformidade com o art. 120, inciso III, do Regimento Interno da DIRAP, aprovado pela Portaria COMGEP nº 94/SEM, de 19 OUT 2005, resolve:

Transferir a adição, com a finalidade de mobilização, justiça e disciplina, do 2S BEP R/1 ALEXANDRE PEREIRA QUARTAROLI (Nr Ord 1087568), do Terceiro Comando Aéreo Regional para o Primeiro Comando Aéreo Regional e a vinculação da Pagadoria de Inativos e Pensionistas da Aeronáutica para o Primeiro Comando Aéreo Regional, com vistas à percepção de proventos, de acordo com o item 3.3.3, da ICA 33-19, aprovada pela Portaria DIRAP nº 2.707/DSM, de 30 MAIO 2008 (RD 13/DAIP-10/050214-COMAR1).

PORTARIA DIRAP Nº 1.156/DSM, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2014.

**O CHEFE DA DIVISÃO DO SERVIÇO MILITAR** uso da delegação de competência estabelecida no art. 7º, inciso I, da Portaria DIRAP nº 3.533/GAB, de 01 AGO 2006, em conformidade com o art. 120, inciso III, do Regimento Interno da DIRAP, aprovado pela Portaria COMGEP nº 94/SEM, de 19 OUT 2005, resolve:

---

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 043, de 05 MAR 2014)

Transferir a adição, com a finalidade de mobilização, justiça e disciplina, do 2S BEP R/1 GILSON DA SILVA FILHO (Nr Ord 1012096), do Quarto Comando Aéreo Regional para o Terceiro Comando Aéreo Regional e a vinculação do Quarto Comando Aéreo Regional para a Pagadoria de Inativos e Pensionistas da Aeronáutica, com vistas à percepção de proventos, de acordo com o item 3.3.3, da ICA 33-19, aprovada pela Portaria DIRAP nº 2.707/DSM, de 30 MAIO 2008 (RD 69/SIP/150114-COMAR4).

PORTARIA DIRAP Nº 1.157/DSM, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2014.

**O CHEFE DA DIVISÃO DO SERVIÇO MILITAR** uso da delegação de competência estabelecida no art. 7º, inciso I, da Portaria DIRAP nº 3.533/GAB, de 01 AGO 2006, em conformidade com o art. 120, inciso III, do Regimento Interno da DIRAP, aprovado pela Portaria COMGEP nº 94/5EM, de 19 OUT 2005, resolve:

Transferir a adição, com a finalidade de mobilização, justiça e disciplina, do Cel Av R/1 GILSON GOMES DE SENA (Nr Ord 0465852), do Quarto Comando Aéreo Regional para o Sexto Comando Aéreo Regional e a vinculação da Academia da Força Aérea para a Sexto Comando Aéreo Regional, com vistas à percepção de proventos, de acordo com o item 3.3.3, da ICA 33-19, aprovada pela Portaria DIRAP nº 2.707/DSM, de 30 MAIO 2008 (RD 12/DAIP/060214-COMAR6).

PAULO SERVO COSTA FILHO Cel Av  
Chefe da DSM

PORTARIA DIRAP Nº 1.087/1CM2.1, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2014.

**O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL**, em conformidade com o art 1º da Portaria nº 944/GC1, de 12 DEZ 2001, e considerando o Processo nº 67280.000990/2014-61, resolve:

Transferir a adição, de acordo com o art. 2º, inciso V e letra “a” da Portaria nº 944/GC1, de 12 DEZ 2001, dos militares listados a seguir, do VI COMAR para o GAP BR, por estarem à disposição do Ministério da Defesa e terem sido promovidos à atual graduação, conforme Portaria DIRAP nº 6.467/3PG de 27 NOV 2013:

3S QTA TAR RAFAEL DA SILVA RODRIGUES (Nr Ord 4058968); e  
3S QTA TCO THIAGO AGUIAR PIQUENO (Nr Ord 4059280).

Maj Brig Ar WALDEÍSIO FERREIRA CAMPOS  
Diretor de Administração do Pessoal

#### 4 - CLASSIFICAÇÃO

PORTARIA DIRAP Nº 1.051/1CM1, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2014.

**O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL**, em conformidade com o art. 178, inciso III, letra "b", do RISAER, e considerando o Processo nº 67400.000797/2014-17, resolve:

---

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 043, de 05 MAR 2014)

Classificar “ex officio”, por necessidade do serviço, de acordo com o item 2.3.2 da ICA 30-4, de 02 ABR 2012, o Cap Eng (MEC) MATHEUS DE FREITAS BETETTO (Nr Ord 3686876), no PAMA GL (Rio de Janeiro - RJ), ao ser dispensado de integrar, na função de Presidente, a Comissão de Fiscalização e Recebimento de Material e Serviços (COMFIREM/S), destinada a acompanhar e fiscalizar a execução dos Contratos nº 33 e 34/CABW/2007, junto à Empresa Italiana AVIO S.P.A., em Brindisi - Itália.

PORTARIA DIRAP Nº 1.091/1CM1, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2014.

**O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL**, em conformidade com o art. 178, inciso III, letra "a", do RISAER, e considerando o Processo nº 67103.002274/2013-89, resolve:

Classificar, por interesse particular e sem ônus para a Fazenda Nacional, de acordo com o item 2.3.6.5 da ICA 30-4, de 02 ABR 2012, à Ten Cel Dent (PER) CLAUDIA IRENE BARCELLOS DE FREITAS (Nr Ord 2504790), no NuHFASP (São Paulo - SP), tendo em vista o término de missão no exterior do seu cônjuge classificado no CELOG, conforme publicação no Aditamento ao BCA nº 209, de 31 OUT 2013.

PORTARIA DIRAP Nº 1.092/1CM1, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2014.

**O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL** em conformidade com o art. 178, inciso III, letra "a", do RISAER, e considerando o Processo nº 67400.000907/2014-41, resolve:

Classificar “ex officio”, por necessidade do serviço, de acordo com o item 2.3.2. da ICA 30-4, de 02 ABR 2012, o Cel Av JOSÉ FREDERICO JÚNIOR (Nr Ord 1840363), no DEPENDS (Brasília - DF), ao término da missão nº 4/DEPENDS/PARTE III/PLAMENS EXT 2013 - Curso de Estado-Maior, na "Air War College - Air University", em Montgomery, Alabama, Estados Unidos da América.

PORTARIA DIRAP Nº 1.096/1CM1, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2014.

**O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL**, em conformidade com o art. 178, inciso III, letra "b", do RISAER, e considerando o Processo nº 67400.000711/2014-56, resolve:

Classificar “ex officio”, por necessidade do serviço, de acordo com o item 2.3.2 da ICA 30-4, de 02 ABR 2012, a Asp Inf Est Eng (CIV) BIANCA MACÊDO (Nr Ord 6173942), no CPOR SJ (São José dos Campos - SP), ao término da missão EXTRA PLAMENS EXTERIOR 2013 - Graduação Sanduíche em Engenharia Civil-Aeronáutica, na "University of Twente", em Enschede, Holanda.

Maj Brig Ar WALDEÍSIO FERREIRA CAMPOS  
Diretor de Administração do Pessoal

---



(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 043, de 05 MAR 2014)

## 5 – DESPACHO DECISÓRIO

(Proc nº 67613.000634/2014-39 - Ref Req de Certidão de Tempo de Serviço Militar do Reservista FRANCISCO ACLANDES SOARES SOUSA, com a finalidade de comprovação junto ao Departamento de Polícia Rodoviária Federal)

DESPACHO DECISÓRIO Nº 366/3HI1/3272, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2014.

1. DEFERIDO, certifique-se o que constar nesta Diretoria, nos termos do art. 5º, inciso XXXIV, alínea “b”, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

(Proc nº 67410.001865/2014-46 - Ref Req de Certidão de Tempo de Serviço Militar do Reservista EDUARDO RANGEL DE OLIVEIRA, com a finalidade de averbação junto à Secretaria Estadual de Fazenda do Rio de Janeiro)

DESPACHO DECISÓRIO Nº 367/3HI1/3273, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2014.

1. DEFERIDO, certifique-se o que constar nesta Diretoria, nos termos do art. 5º, inciso XXXIV, alínea “b”, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

(Proc nº 67280.019627/2013-39 - Ref Req de Certidão de Tempo de Serviço Militar do Senhor EDINALDO RODRIGUES, de 6 NOV 2013, com a finalidade de comprovação junto ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS)

DESPACHO DECISÓRIO Nº 368/3HI1/3366, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2014.

1. DEFERIDO, certifique-se o que constar nesta Diretoria, nos termos do art. 5º, inciso XXXIV, alínea “b”, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

(Proc nº 67410.001992/2014-45 - Ref Req de Certidão de Tempo de Serviço Militar do Reservista FABRÍCIO RIBEIRO DE FREITAS CAMPOS, com a finalidade de averbação junto ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT)

DESPACHO DECISÓRIO Nº 369/3HI1/3367, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2014.

1. DEFERIDO, certifique-se o que constar nesta Diretoria, nos termos do art. 5º, inciso XXXIV, alínea “b”, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

(Proc nº 67410.000116/2014-00 - Ref Req de Certidão de Tempo de Serviço Militar do Reservista DIEGO DA COSTA PAIVA, de 6 JAN 2014, com a finalidade de averbação junto à Justiça Federal do Rio de Janeiro)

DESPACHO DECISÓRIO Nº 370/3HI1/3368, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2014.

---

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 043, de 05 MAR 2014)

1. DEFERIDO, certifique-se o que constar nesta Diretoria, nos termos do art. 5º, inciso XXXIV, alínea “b”, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

(Proc nº 67510.001976/2014-24 - Ref Req de Certidão de Tempo de Serviço Militar do Sr. FERNANDO BIHARI, com a finalidade de aposentadoria junto ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS)

DESPACHO DECISÓRIO Nº 371/3HI1/3370, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2014.

1. DEFERIDO, certifique-se o que constar nesta Diretoria, nos termos do art. 5º, inciso XXXIV, alínea “b”, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

(Proc nº 67410.001935/2014-66 - Ref Req de Certidão de Tempo de Serviço Militar do Primeiro-Tenente da Reserva não Remunerada FABIANO LUIZ DOS SANTOS, com a finalidade de averbação junto à Fundação Oswaldo Cruz)

DESPACHO DECISÓRIO Nº 373/3HI1/3372, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2014.

1. DEFERIDO, certifique-se o que constar nesta Diretoria, nos termos do art. 5º, inciso XXXIV, alínea “b”, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

(Proc nº 67410.024666/2013-25 - Ref Req de Certidão de Tempo de Serviço Militar do Reservista ALEXANDRE SILVA, de 27 DEZ 2013, com a finalidade de averbação junto ao Sistema Único de Saúde – SUS)

DESPACHO DECISÓRIO Nº 383/3HI1/3535, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2014.

1. DEFERIDO, certifique-se o que constar nesta Diretoria, nos termos do art. 5º, inciso XXXIV, alínea “b”, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

(Proc nº 67550.000866/2014-79 - Ref Req de Certidão de Tempo de Serviço Militar do Reservista ALOISIO CARLOS DE FREITAS JUNIOR, com a finalidade de comprovação junto à Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro)

DESPACHO DECISÓRIO Nº 384/3HI1/3536, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2014.

1. DEFERIDO, certifique-se o que constar nesta Diretoria, nos termos do art. 5º, inciso XXXIV, alínea “b”, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

(Proc nº 67720.030839/2013-41 - Ref Req de Certidão de Tempo de Serviço Militar do Terceiro Sargento de Serviço de Guarda e Segurança EDSON ADRIANO DE CASTRO, de 26 NOV 2013, com a finalidade de comprovação junto ao Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial)

---

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 043, de 05 MAR 2014)

DESPACHO DECISÓRIO Nº 387/3HI1/3539, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2014.

1. INDEFERIDO, por contrariar o subitem 2.3.1.3 da ICA 30-6, de 28 MAIO 2003.

(Proc nº 67410.001710/2014-18 - Ref Req de Certidão de Tempo de Serviço Militar do Sr. THOMAS SCHIEMANN, com a finalidade de comprovação junto à Prefeitura Municipal de Vila Flores - RS)

DESPACHO DECISÓRIO Nº 388/3HI1/3540, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2014.

1. DEFERIDO, certifique-se o que constar nesta Diretoria, nos termos do art. 5º, inciso XXXIV, alínea "b", da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Maj Brig Ar WALDEÍSIO FERREIRA CAMPOS  
Diretor de Administração do Pessoal

(Proc nº 67221.015900/2013-51 - Ref Req. Solicitação de Cópia de Folha de Alterações do IS BET Refm WASHINGTON LUIZ DE OLIVEIRA, de 25 OUT 2013, da BAFZ)

DESPACHO DECISÓRIO Nº 407/2HI1/3695, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2014.

DEFERIDO, forneça-se o que constar nesta Diretoria, de acordo com a Portaria DIRAP nº 5563/2HI1, de 8 OUT 2013, publicada no BCA nº 198 de 14 OUT 2013.

ALEXANDRE KARDEC ALVES Cel Av  
Chefe da Divisão de Histórico, Inatividade e Identificação

## 6 – LICENCIAMENTO E EXCLUSÃO DO SERVIÇO ATIVO

PORTARIA DIRAP Nº 1.066/2CM1, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2014.

**O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL**, no uso da delegação de competência estabelecida no art. 1º, inciso I, letra "a", da Portaria COMGEP nº 41/SEM, de 12 de maio de 2008, e considerando o Processo nº 67420.000304/2014-19, resolve:

Licenciar e excluir do serviço ativo da Aeronáutica, de acordo com o art. 121, inciso II e § 3º, letra "b", da Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980 (Estatuto dos Militares), a 2º Ten QCOA ASS DAYANA VALÉRIO COIMBRA (Nr Ord 6536239), do efetivo da DIRINT, a contar de 14 de fevereiro de 2014, data de sua posse no cargo de Técnico Universitário - Superior / Assistente Social, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Maj Brig Ar WALDEÍSIO FERREIRA CAMPOS  
Diretor de Administração do Pessoal

---

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 043, de 05 MAR 2014)

## 7 – MOVIMENTAÇÃO

PORTARIA DIRAP Nº 1.108/ICM2.1, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2014.

**O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL**, em conformidade com o artigo 178, inciso III, letra “b” do RISAER e considerando o Processo nº 67292.000669/2014-48, resolve:

Conceder transferência, por necessidade do serviço (motivo de saúde), ao 2S SGS SIDCLEY NUNES DE PAULA (Nr Ord 3024911), do efetivo do 2º GAAAD (Manaus-AM) para o CINDACTA III (Recife-PE), de acordo com o art. 177, inciso VII, do RISAER e o item 2.3.4 da ICA 30-4, de 02 ABR 2012.

PORTARIA DIRAP Nº 1.109/ICM1, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2014.

**O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL**, em conformidade com o art. 178, inciso III, letra "b", do RISAER, e considerando o Processo nº 67610.000067/2014-41, resolve:

Conceder transferência, por interesse particular e sem ônus para a Fazenda Nacional, para o CIAAR (Belo Horizonte - MG) à 2º Ten QCOA PED ALINE RIGÃO PEDROSO (Nr Ord 6326579), do efetivo do ICEA (São José dos Campos - SP), de acordo com o art. 177, inciso VIII, do RISAER, combinado com o item 2.3.6.5 da ICA 30-4, de 02 ABR 2012.

PORTARIA DIRAP Nº 1.114/ICM1, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2014.

**O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL**, em conformidade com o art. 178, inciso III, letra "b", do RISAER, e considerando o Processo nº 67400.001014/2014-12, resolve:

Transferir “ex officio”, por necessidade do serviço, o 2º Ten QOCon Dent (CBM) ROGÉRIO TOBIAS FAGUNDES DE OLIVEIRA (Nr Ord 6382878), do efetivo da OABR (Brasília - DF) para o VI COMAR (Brasília - DF), de acordo com o item 4.6 da ICA 30-4, de 02 ABR 2012.

PORTARIA DIRAP Nº 1.116/ICM1, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2014.

**O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL**, em conformidade com o art. 178, inciso III, letra "b", do RISAER, e considerando o Processo nº 67133.003134/2013-71, resolve:

Conceder transferência, por interesse particular e sem ônus para a Fazenda Nacional, para o CCA SJ (São José dos Campos - SP) ao 1º Ten Eng (CMP) EDUARDO FRANCISCO SIEBER FILHO (Nr Ord 4266463), do efetivo do CCA RJ (Rio de Janeiro – RJ), de acordo com o art. 177, inciso VIII, do RISAER, combinado com o item 2.3.6.1 da ICA 30-4, de 02 ABR 2012.

---

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 043, de 05 MAR 2014)

PORTARIA DIRAP Nº 1.117/1CM1, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2014.

**O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL**, em conformidade com o art. 178, inciso III, letra "a", do RISAER, e considerando o Processo nº 67410.022066/2013-22, resolve:

Transferir “ex officio”, a contar de 04 NOV 2013, por necessidade do serviço, o Maj Av LEONARDO CAPORAL (Nr Ord 4411609), do efetivo da BAGL (Rio de Janeiro - RJ) para a DIRAP (Rio de Janeiro - RJ), de acordo com o item 4.6 da ICA 30-4, de 02 ABR 2012.

PORTARIA DIRAP Nº 1.118/1CM1, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2014.

**O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL**, em conformidade com o art. 178, inciso III, letra "b", do RISAER, e considerando o Processo nº 67134.000923/2013-40, resolve:

Conceder transferência, por interesse particular e sem ônus para a Fazenda Nacional, para o CCA SJ (São José dos Campos - SP) ao 2º Ten QCOA ANS MÁRIO HENRIQUE GONTIJO FREITAS (Nr Ord 6438733), do efetivo do DTI (Rio de Janeiro – RJ), de acordo com o art. 177, inciso VIII, do RISAER, combinado com o item 2.3.6.1 da ICA 30-4, de 02 ABR 2012.

PORTARIA DIRAP Nº 1.119/1CM1, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2014.

**O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL**, em conformidade com o art. 178, inciso III, letra "a", do RISAER, e considerando o Processo nº 67120.005787/2013-33, resolve:

Conceder transferência, por interesse particular e sem ônus para a Fazenda Nacional, para o IEAV (São José dos Campos - SP) ao Ten Cel Eng (ELN) ROGÉRIO NUNES RODRIGUES (Nr Ord 2535912), do efetivo da DIRENG (Rio de Janeiro - RJ), de acordo com o art. 177, inciso VIII, do RISAER, combinado com o item 2.3.6.1 da ICA 30-4, de 02 ABR 2012.

PORTARIA DIRAP Nº 1.120/1CM1, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2014.

**O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL**, em conformidade com o art. 178, inciso III, letra "b", do RISAER, e considerando o Processo nº 67439.008997/2013-08, resolve:

Conceder transferência, por interesse particular e sem ônus para a Fazenda Nacional, para o CIAAR (Belo Horizonte - MG) à 1º Ten QCOA FIS KEYLINNE GIANNY DA ROSA FREITAS (Nr Ord 4453697), do efetivo do HCA (Rio de Janeiro - RJ), de acordo com o art. 177, inciso VIII, do RISAER, combinado com o item 2.3.6.8 da ICA 30-4, de 02 ABR 2012.

---

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 043, de 05 MAR 2014)

PORTARIA DIRAP Nº 1.147/1CM2.1, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2014.

**O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL**, em conformidade com o art. 178, inciso III, letra “d” do RISAER e considerando o Processo nº 67310.003672/2013-77, resolve:

Conceder transferência, por interesse particular e sem ônus para a Fazenda Nacional, para o GAP BR (Brásilia-DF) ao S2 SNE EZEQUIEL SILVA DE OLIVEIRA (Nr Ord 6334555), do efetivo da II FAE (Rio de Janeiro-RJ), de acordo com o art. 177, inciso VIII, do RISAER, combinado com o item 2.3.6.5 da ICA 30-4, de 02 ABR 2012.

PORTARIA DIRAP Nº 1.162/1CM1, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2014.

**O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL**, em conformidade com o art. 178, inciso III, letra "a", do RISAER, e considerando o Processo nº 67400.000651/2014-71, resolve:

Transferir “ex officio”, por necessidade do serviço, o Maj Av ISAIAS LOPES DOS SANTOS JUNIOR (Nr Ord 3049167), do efetivo do GTE (Brásilia - DF) para o COMGEP (Brásilia - DF), de acordo com o item 4.6 da ICA 30-4, de 02 ABR 2012.

PORTARIA DIRAP Nº 1.203/1CM2.1, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2014.

**O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL**, de acordo com o art. 178, inciso III, letra “b” do RISAER, e considerando o Processo nº 67400.000459/2014-85, resolve:

Transferir, “ex officio”, por necessidade do serviço, para o Grupamento de Apoio da Saúde (Rio de Janeiro-RJ), de acordo com o item 2.3.7 da ICA 30-4, de 02 ABR 2012, os militares listados a seguir, do efetivo de suas OM ao lado de seus nomes declaradas:

SO SAD ALVARO LUIZ DAMES MASSA (Nr Ord 2411490), do HCA (Rio de Janeiro-RJ);  
SO SAD LUIZ CLAUDIO DA COSTA JESUS (Nr Ord 0325228), do HFAG (Rio de Janeiro-RJ);  
SO SAD LUIZ HENRIQUE DOS SANTOS BATALHA (Nr Ord 1592467), do HFAG (Rio de Janeiro-RJ);  
1S SAD AGOSTINHO DE PAULA CAVALCANTI ALBUQUERQUE (Nr Ord 2369826), do HFAG (Rio de Janeiro-RJ);  
1S SAD ALMIR DA COSTA FRANKLIM (Nr Ord 3102319), do LAQFA (Rio de Janeiro-RJ);  
1S SAD BIANCA MAGINI BERTOLINI DE OLIVEIRA (Nr Ord 3297900), do HAAF (Rio de Janeiro-RJ);  
1S SAD CLÁUDIO MACHADO MARINS DE OLIVEIRA (Nr Ord 3040542), do HAAF (Rio de Janeiro-RJ);  
1S SAD GISELLI PENIDES FERREIRA (Nr Ord 3298248), do HCA (Rio de Janeiro-RJ);  
1S SAD MOISÉS MAGALHÃES (Nr Ord 3100979), do HFAG (Rio de Janeiro-RJ);  
1S SAD SHIRLEI SILVA BORGES (Nr Ord 3375170), do HAAF (Rio de Janeiro-RJ);  
1S SAD WENDEL GOMES GONÇALVES (Nr Ord 3647870), do HFAG (Rio de Janeiro-RJ);  
1S TAR CLOVIS ROMERO MACHADO DE SOUZA (Nr Ord 2650487), do LAQFA (Rio de Janeiro-RJ);  
1S TCO DAVI VIANNA DE ALMEIDA (Nr Ord 1833979), do HCA (Rio de Janeiro-RJ);  
2S SAD ALINE ZAMBOM GAGNO FARIA (Nr Ord 4229029), do HCA (Rio de Janeiro-RJ);  
2S SAD ANA PAULA DE FREITAS SILVA VASCONCELOS (Nr Ord 4230876), do HAAF (Rio de Janeiro-RJ);  
2S SAD BEATRIZ DA SILVA ROCHA (Nr Ord 4313445), do IMAE (Rio de Janeiro-RJ);  
2S SAD DANIELLE JACOB DA SILVA (Nr Ord 4312678), do LAQFA (Rio de Janeiro-RJ);  
2S SAD DINALICE DE SOUZA MIRANDA (Nr Ord 3970825), do HCA (Rio de Janeiro-RJ);

---

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 043, de 05 MAR 2014)

2S SAD FABIANE DA SILVA CONCEIÇÃO (Nr Ord 4069595), da CGABEG (Rio de Janeiro-RJ);  
 2S SAD GILCIENE FRANÇA SOARES (Nr Ord 4146638), do HFAG (Rio de Janeiro-RJ);  
 2S SAD JACQUELINE APARECIDA SAMPAIO CANDIDO (Nr Ord 3447758), do HCA (Rio de Janeiro-RJ);  
 2S SAD LUIS ALBERTO DE AZEVEDO SOARES (Nr Ord 2672391), do HAAF (Rio de Janeiro-RJ);  
 2S SAD MARCELA MUNIZ DE JESUS NEVES (Nr Ord 4314077), da CGABEG (Rio de Janeiro-RJ);  
 2S SAD PRISCILA FERREIRA REZENDE (Nr Ord 4201019), da CGABEG (Rio de Janeiro-RJ);  
 2S SAD STELLA LOURIVAL NOBRE (Nr Ord 4148142), da CGABEG (Rio de Janeiro-RJ);  
 2S SAD TAIS PEREIRA DE OLIVEIRA (Nr Ord 3962725), do HCA (Rio de Janeiro-RJ);  
 2S SAD VITOR DE SOUZA CARVALHO (Nr Ord 4148517), do HFAG (Rio de Janeiro-RJ);  
 2S SEL EVELIN FERNANDES SANTOS DE CARVALHO (Nr Ord 4069897), do HCA (Rio de Janeiro-RJ);  
 3S BCO ELBER CONCEIÇÃO DE OLIVEIRA (Nr Ord 3287416), do HCA (Rio de Janeiro-RJ);  
 3S BSP RAFAEL PEIXOTO LOPES (Nr Ord 4238451), do HCA (Rio de Janeiro-RJ);  
 3S SAD ERIKA DA COSTA AMORIM (Nr Ord 4069544), do LAQFA (Rio de Janeiro-RJ);  
 3S SAD JOSÉ ALBERTO LEAL DO NASCIMENTO (Nr Ord 3971236), do HFAG (Rio de Janeiro-RJ);  
 3S SAD LEANDRO MESCOLIN DOS SANTOS (Nr Ord 6008437), do HFAG (Rio de Janeiro-RJ);  
 3S SAD PRISCILA RIBEIRO DA SILVA (Nr Ord 6069452), da CGABEG (Rio de Janeiro-RJ);  
 3S SAD RODRIGO DUARTE FERREIRA DOS SANTOS (Nr Ord 4181620), do HFAG (Rio de Janeiro-RJ); e  
 3S SAD RONALDO VIANA DE ALMEIDA (Nr Ord 4359674), do HCA (Rio de Janeiro-RJ).

Maj Brig Ar WALDEÍSIO FERREIRA CAMPOS  
 Diretor de Administração do Pessoal

## 8 – PROMOÇÃO

PORTARIA DIRAP Nº 1.145/3PG, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2014.

**O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 23, inciso I, e observando o constante dos art. 2º, 3º, 4º, art. 10, inciso II, art. 24, 26, 28, 29, 33, inciso IV, e art. 34, todos do Regulamento de Promoções de Graduados da Aeronáutica, aprovado pelo Decreto nº 881, de 23 de julho de 1993, na forma em que dispõem os art. 59 e 60 da Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980 (Estatuto dos Militares), consoante o disposto no art. 11 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e considerando o teor do Item nº 08/2CM4/2014, publicado no Boletim do Comando da Aeronáutica nº 033, de 17 de fevereiro de 2014, resolve:

Promover, em ressarcimento de preterição, à graduação de Primeiro-Sargento, a contar de 01.08.2013, o seguinte Segundo-Sargento do Grupamento de Serviços do Quadro de Suboficiais e Sargentos:

**POR ANTIGUIDADE**

Nr Ord	SIT	ESP	NOME	OM
3069354	NR	SOB	FREDE SANTOS PEREIRA	BAPV

Maj Brig Ar WALDEÍSIO FERREIRA CAMPOS  
 Diretor de Administração do Pessoal

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 043, de 05 MAR 2014)

## 9 – PRORROGAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO – TORNA SEM EFEITO

PORTARIA DIRAP Nº 1.200/2CM1, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2014.

**O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL**, de acordo com o art. 25, do Regulamento do Corpo do Pessoal Graduado da Aeronáutica (RCPGAER), aprovado pelo Decreto nº 3.690, de 19 de dezembro de 2000, e considerando o SIGPES, resolve:

Tornar sem efeito a concessão da prorrogação de tempo de serviço concedida por meio da Portaria DIRAP nº 5.514/2PM1, de 23 de novembro de 2012, publicada no Boletim do Comando da Aeronáutica nº 225, de 27 de novembro de 2012, referente ao 3S TCO RUBENS GOMES DA COSTA LIMA (Nr Ord 4211448), do efetivo do CIAER.

Conceder prorrogação de tempo de serviço ao citado militar, pelo período de 05.12.2012 a 04.12.2014, por ter satisfeito os requisitos estabelecidos no art. 25, do RCPGAER.

Maj Brig Ar WALDEÍSIO FERREIRA CAMPOS  
Diretor de Administração do Pessoal

## 10 – REFORMA – TORNA DEFINITIVA

PORTARIA DIRAP Nº 1.034/3HI1, DE 20 DE JANEIRO DE 2014.

**O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL**, no uso da subdelegação de competência estabelecida no art. 5º, inciso II, da Portaria COMGEP nº 164/5EM, de 09 SET 2010, considerando o processo COMAER nº 67272.003339/2008-02 e em cumprimento ao Acórdão proferido pelo Superior Tribunal de Justiça, transitado em julgado em 26 SET 2013, nos autos da Ação de Procedimento Ordinário nº 2007.72.00.002320-7, resolve:

Tornar definitiva a reforma do Cb BET Refm ÂNGELO CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE (Nr Ord 0212105), retificada por meio da Portaria DIRAP nº 3.291/3HI1, de 21 JUN 2010, publicada no Boletim do Comando da Aeronáutica nº 117, de 24 JUN 2010, produzindo efeitos financeiros a contar de 01 JAN 2008.

Maj Brig Ar WALDEÍSIO FERREIRA CAMPOS  
Diretor de Administração do Pessoal

## 11 – TRANSFERÊNCIA PARA RESERVA REMUNERADA

PORTARIA DIRAP Nº 1.182/1HI2, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2014.

**O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL**, no uso da subdelegação de competência estabelecida no art. 5º, inciso II, da Portaria COMGEP nº 164/5EM, de 9 de setembro de 2010, e tendo em vista o art. 98, inciso I, letra "c", da Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, alterada pela Lei nº 7.666, de 22 de agosto de 1988, resolve:

---



(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 043, de 05 MAR 2014)

Transferir para a reserva remunerada o 3S QESA SEM SÉRGIO LUIZ PEREIRA (Nr Ord 3011240), do efetivo da Escola Preparatória de Cadetes-do-Ar, de acordo com o art. 96, inciso II, da Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, por haver atingido, em 25 de fevereiro de 2014, a idade-limite de permanência no serviço ativo, com a remuneração a que faz jus, observando-se o art. 50, inciso III, da mencionada Lei, alterado pelo art. 28 da Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001, regulamentada pelo Decreto nº 4.307, de 18 de julho de 2002.

Maj Brig Ar WALDEÍSIO FERREIRA CAMPOS  
Diretor de Administração do Pessoal

## 12 – VINCULAÇÃO – TRANSFERE

PORTARIA DIRAP Nº 1.177/DSM, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2014.

**O CHEFE DA DIVISÃO DO SERVIÇO MILITAR** uso da delegação de competência estabelecida no art. 7º, inciso I, da Portaria DIRAP nº 3.533/GAB, de 01 AGO 2006, em conformidade com o art. 120, inciso III, do Regimento Interno da DIRAP, aprovado pela Portaria COMGEP nº 94/SEM, de 19 OUT 2005, resolve:

Transferir a vinculação, com vistas à percepção de proventos do 3S SEM R/1 VLADIMIR AVRAGOV NETO (Nr Ord 2262010), do Base Aérea de Florianópolis para o Primeiro Comando Aéreo Regional, em virtude de mudança de domicílio, sem alterar sua adição ao Quinto Comando Aéreo Regional, de acordo com o item 3.3.3, da ICA 33-19, aprovada pela Portaria DIRAP nº 2.707/DSM, de 30 MAIO 2008 (RD 43/DAIP50 SAIP M/050214 - GACOMAR5).

PAULO SERVO COSTA FILHO Cel Av  
Chefe da DSM

## CIVIL

### 1 – DESPACHO DECISÓRIO

(Proc nº 67510.020882/2013-73 - Ref Req de Licença para Capacitação do servidor HUMBERTO JOSÉ LOURENÇÃO (Nr Ord 4582454), SIAPE nº 1243494, da AFA)

DESPACHO DECISÓRIO Nº 380/5PC/3387, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2014.

DEFERIDO, por três meses, a partir de 01 MAR 2014, referente ao quinquênio aquisitivo de 22 SET 2007 a 19 SET 2012, de acordo com o art. 87, da Lei nº 8.112/90 e com o art. 10, do Decreto nº 5.707/06.

(Proc nº 67270.013737/2013-14 - Ref Req da pensionista civil AUTILINA VIANA DA SILVA, SIAPE nº 03662624, beneficiária do instituidor OSMAR FRANCISCO DA SILVA (Nr Ord 4851927), SIAPE nº 0212067, datado de 11 de setembro de 2013, do V COMAR)

---

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 043, de 05 MAR 2014)

DESPACHO DECISÓRIO Nº 398/4PC1/3651, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2014.

INDEFERIDO, tendo em vista o Parecer desfavorável do Comitê Especial de avaliação da proposta de concessão da Gratificação de Qualificação da Tecnologia Militar – GQ, do Plano de Carreira dos Cargos de Tecnologia Militar, instituído pelo Quinto Comando Aéreo Regional, de acordo com os artigos 10 e 14 da Portaria nº 1.398/GC3, de 31 de julho de 2013, publicada no DOU nº 147, de 1º de agosto de 2013.

(Proc nº 67270.013272/2013-93 - Ref Req do inativo NORBERTO DA SILVA VIEIRA (Nr Ord 4529707), SIAPE nº 0196735, datado de 3 de setembro de 2013, do V COMAR)

DESPACHO DECISÓRIO Nº 399/4PC1/3652, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2014.

INDEFERIDO, tendo em vista o Parecer desfavorável do Comitê Especial de avaliação da proposta de concessão da Gratificação de Qualificação da Tecnologia Militar – GQ, do Plano de Carreira dos Cargos de Tecnologia Militar, instituído pelo Quinto Comando Aéreo Regional, de acordo com os artigos 10 e 14 da Portaria nº 1.398/GC3, de 31 de julho de 2013, publicada no DOU nº 147, de 1º de agosto de 2013.

(Proc nº 67270.013752/2013-54 - Ref Req da pensionista civil ANEHRY DE AVILA CALINO, SIAPE nº 02115921, beneficiária do instituidor JOSÉ PIRES CALINO (Nr Ord 4612060), SIAPE nº 6196634, datado de 11 de setembro de 2013, do V COMAR)

DESPACHO DECISÓRIO Nº 400/4PC1/3653, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2014.

INDEFERIDO, tendo em vista o Parecer desfavorável do Comitê Especial de avaliação da proposta de concessão da Gratificação de Qualificação da Tecnologia Militar – GQ, do Plano de Carreira dos Cargos de Tecnologia Militar, instituído pelo Quinto Comando Aéreo Regional, de acordo com os artigos 10 e 14 da Portaria nº 1.398/GC3, de 31 de julho de 2013, publicada no DOU nº 147, de 1º de agosto de 2013.

(Proc nº 67260.001683/2014-36 - Ref Req de pagamento da Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico-Administrativa – GDATA, com fundamento na Súmula Vinculante do STF nº 20, de 29 de outubro de 2009, da inativa MIRTES JESUS DE AMORIM (Nr Ord 4560051), SIAPE nº 0195586, de 28 de janeiro de 2014, do IV COMAR)

DESPACHO DECISÓRIO Nº 402/4PC1/3655, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2014.

DEFERIDO, tendo em vista que a Súmula Vinculante do STF nº 20, de 29 de outubro de 2009, vincula a Administração Pública a deferir aos inativos a Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico-Administrativa - GDATA, instituída pela Lei nº 10.404/02.

---

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 043, de 05 MAR 2014)

(Proc nº 67261.000872/2014-81 - Ref Req de pagamento da Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico-Administrativa – GDATA, com fundamento na Súmula Vinculante do STF nº 20, de 29 de outubro de 2009, da inativa JAMILA ARAUJO DE OLIVEIRA (Nr Ord 4570740), SIAPE nº 0194961, de 14 de janeiro de 2014, da BACG)

DESPACHO DECISÓRIO Nº 403/4PC1/3656, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2014.

DEFERIDO, tendo em vista que a Súmula Vinculante nº 20, de 29 de outubro de 2009, vincula a Administração Pública a deferir aos inativos a Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico-Administrativa - GDATA, instituída pela Lei nº 10.404/02.

(Proc nº 67284.006375/2013-48 - Ref Req de Averbação de Tempo de Serviço Militar de GILBERTO BARBOZA LOURENÇO (Nr Ord 4573056), SIAPE nº 0188563, do GAP-BR)

DESPACHO DECISÓRIO Nº 374/6PC1/3373, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2014.

DEFERIDO, averbe-se na forma da Lei o tempo de serviço militar, prestado ao Ministério da Defesa – Exército Brasileiro, no Comando Militar do Planalto, no período de 15 MAIO 1975 a 31 MAR 1976, totalizando 316 dias de efetivo exercício, convertidos em zero ano, dez meses e dezesseis dias, na base de trinta dias mensais, na forma do Parecer GM nº 13, de 11 DEZ 2000, com a finalidade de aposentadoria, conforme certidão datada de 28 JUL 2006, expedida pelo Comando Militar do Planalto/DF.

(Proc nº 67240.024897/2013-38 - Ref Req de Averbação de Tempo de Serviço/Contribuição de UELITON DE ALMEIDA BASTOS (Nr Ord 4740173), SIAPE nº 0212136, do III COMAR)

DESPACHO DECISÓRIO Nº 375/6PC1/3376, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2014.

DEFERIDO, averbe-se na forma da Lei o tempo de serviço/contribuição sob o regime da CLT, prestado a empresa privada, na qualidade de contribuinte do INSS, nos períodos de: 12 AGO 1980 a 02 MAR 1981; 25 MAR 1981 a 01 NOV 1981; 02 FEV 1982 a 24 MAR 1982 e 25 MAR 1982 a 28 FEV 1985, totalizando 1.547 dias de efetivo exercício, convertidos em quatro anos, dois meses e 27 dias, na base de 365 dias anuais e trinta mensais, na forma do art. 103, inciso V, da Lei nº 8.112, de 11 DEZ 1990, com a finalidade de aposentadoria e disponibilidade, conforme certidão datada de 21 OUT 2013, expedida pelo INSS/RJ.

(Proc nº 67222.023442/2013-13 - Ref Req Averbação Tempo de Serviço Militar de SILVERIO UBALDINO TORRES (Nr Ord 4586719), SIAPE nº 0193326, da BANT)

DESPACHO DECISÓRIO Nº 376/6PC1/3377, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2014.

---

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 043, de 05 MAR 2014)

DEFERIDO, averbe-se na forma da Lei o tempo de serviço militar, prestado ao Ministério da Defesa – Exército Brasileiro, no 16º Batalhão de Infantaria Motorizado, no período de 15 JAN 1974 a 20 NOV 1974, totalizando 310 dias de efetivo exercício, convertidos em zero ano, dez meses e dez dias, na base de trinta dias mensais, na forma do Parecer GM nº 13/AGU, de 11 DEZ 2000, com a finalidade de aposentadoria, conforme certidão datada de 03 SET 2013, expedida pelo 16º Batalhão de Infantaria Motorizado/RN.

(Proc nº 67224.007809/2013-31 - Ref Req de Averbação do Tempo de Serviço Militar do servidor PAULO CESAR FERREIRA DE ALMEIDA (Nr Ord 4553772), SIAPE nº 0191122, da BASV)

DESPACHO DECISÓRIO Nº 377/6PC1/3378, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2014.

DEFERIDO, averbe-se na forma da Lei o tempo de serviço militar, prestado ao Exército Brasileiro, no Comando Militar do Nordeste, nos períodos de: 18 FEV 1974 a 15 DEZ 1974; 03 MAR 1975 a 16 ABR 1975; 28 JUL 1975 a 14 JAN 1982, totalizando 2.578 dias de efetivo exercício, convertidos em sete anos, zero mês e 23 dias, na base de 365 dias anuais e trinta mensais, na forma do Parecer GM nº 13/AGU, de 11 DEZ 2000, com a finalidade de aposentadoria, conforme certidão datada de 30 ABR 2013, expedida pela Sexta Região Militar/BA.

Em consequência, fica anulado o despacho decisório nº 1.417/6PC1/58051, de 13 JUN 2011, publicado no BCA nº 115, de 16 JUN 2011, referente ao Processo nº 67224.008018/2010-86, tendo em vista expedição de nova certidão pelo Exército Brasileiro.

(Proc nº 67770.005070/2013-37 - Ref Req de Averbação de Tempo Serviço/Contribuição de MARIA EVELIZE DE QUEIROZ BASTOS (Nr Ord 495659), SIAPE nº 1799008, do IFI)

DESPACHO DECISÓRIO Nº 378/6PC1/3384, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2014.

DEFERIDO, averbe-se na forma da Lei o tempo de serviço/contribuição sob o regime da CLT, prestado a empresa privada, na qualidade de contribuinte do INSS, nos períodos de: 01 AGO 1986 a 10 OUT 1986; 13 OUT 1986 a 29 AGO 1988; 01 SET 1988 a 09 AGO 1989; 16 AGO 1989 a 01 JUL 1991; 11 SET 1991 a 08 SET 1995; 01 NOV 1995 a 29 FEV 1996; 18 MAR 1996 a 28 FEV 1997; 01 MAR 1997 a 30 SET 1997; 06 OUT 1997 a 04 DEZ 1997; 01 JAN 1998 a 31 JAN 1998; 16 FEV 1998 a 17 MAR 1998; 01 ABR 1998 a 30 NOV 1998; 01 DEZ 1998 a 30 JUN 1999 e 14 DEZ 1999 a 23 JUL 2007, totalizando 7.279 dias de efetivo exercício, convertidos em dezenove anos, onze meses e quatorze dias, na base de 365 dias anuais e trinta mensais, na forma do art. 103, inciso V, da Lei nº 8.112, de 11 DEZ 1990, com a finalidade de aposentadoria e disponibilidade, conforme certidão datada de 06 NOV 2013, expedida pelo INSS/SP.

(Proc nº 67240.023426/2013-11 - Ref Req de Averbação de Tempo de Serviço Municipal de MARCELO HENRIQUE DA SILVA BORGES (Nr Ord 4955439), SIAPE nº 1769032, do III COMAR)

---

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 043, de 05 MAR 2014)

DESPACHO DECISÓRIO Nº 379/6PC1/3386, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2014.

DEFERIDO, averbe-se na forma da Lei o tempo de serviço municipal, prestado à Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, como estatutário, no cargo de Professor, no período de 16 NOV 1992 a 04 MAR 1997, totalizando 1.312 dias de efetivo exercício, convertidos em três anos, sete meses e sete dias, na base de 365 dias anuais e trinta mensais, na forma do art. 103, inciso I, da Lei nº 8.112, de 11 DEZ 1990, com a finalidade de aposentadoria e disponibilidade, conforme certidão datada de 29 NOV 2011, expedida pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro/RJ.

(Proc nº 67750.000500/2012-81 - Ref Req de Averbação de Tempo de Serviço/Contribuição de SILVIA MATRAVOLGYI DAMIÃO (Nr Ord 4630599), SIAPE nº 0217096, do ITA)

DESPACHO DECISÓRIO Nº 390/6PC1/3542, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2014.

DEFERIDO, averbe-se na forma da Lei o tempo de serviço/contribuição sob o regime da CLT, prestado a empresa privada, na qualidade de contribuinte do INSS, nos períodos de: 01 MAR 1979 a 25 JUL 1979, na função de Auxiliar de Ensino; 28 AGO 1979 a 04 AGO 1987, na função de Técnica de Idioma e 05 AGO 1987 a 15 FEV 1993, como autônoma, totalizando 5.058 dias de efetivo exercício, convertidos em treze anos, dez meses e treze dias, na base de 365 dias anuais e trinta mensais, na forma do art. 103, inciso V, da Lei nº 8.112, de 11 DEZ 1990, com a finalidade de aposentadoria e disponibilidade, conforme certidão datada de 24 NOV 2011, expedida pelo INSS/SP.

(Proc nº 67281.028069/2013-92 - Ref Req de Averbação de Tempo Serviço/Contribuição de ANA GONÇALVES MORENO (Nr Ord 4555708), SIAPE nº 0198058, da BAAN)

DESPACHO DECISÓRIO Nº 391/6PC1/3543, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2014.

DEFERIDO, averbe-se na forma da Lei o tempo de serviço/contribuição sob o regime da CLT, prestado a empresa privada, na qualidade de contribuinte do INSS, no período de 01 OUT 1980 a 23 ABR 1981, totalizando 203 dias de efetivo exercício, convertidos em zero no, seis meses e 23 dias, na base de trinta dias mensais, na forma do art. 103, inciso V, da Lei nº 8.112, de 11 DEZ 1990, com a finalidade de aposentadoria e disponibilidade, conforme certidão datada de 05 NOV 2013, expedida pelo INSS/GO.

(Proc nº 67710.00944/2013-97 - Ref Req de Averbação de Tempo de Serviço/Contribuição de CLERI BRANDÃO CANDIDO (Nr Ord 4514211), SIAPE nº 0207947, do CLA)

DESPACHO DECISÓRIO Nº 392/6PC1/3544, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2014.

---

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 043, de 05 MAR 2014)

DEFERIDO, averbe-se na forma da Lei o tempo de serviço/contribuição sob o regime da CLT, prestado a empresa privada, na qualidade de contribuinte do INSS, nos períodos de: 21 JAN 1975 a 18 MAR 1975; 21 AGO 1975 a 08 DEZ 1975; 08 ABR 1976 a 16 MAIO 1977; 05 ABR 1978 a 13 JUN 1978; 08 NOV 1978 a 22 NOV 1978 e 15 JUL 1983 a 31 AGO 1983, totalizando 700 dias de efetivo exercício, convertidos em um ano, onze meses e cinco dias, na base de 365 dias anuais e trinta mensais, na forma do art. 103, inciso V, da Lei nº 8.112, de 11 DEZ 1990, com a finalidade de aposentadoria e disponibilidade, conforme certidão datada de 16 ABR 2013, expedida pelo INSS/MA.

(Proc nº 67271.003570/2012-84 - Ref Req Averbação de Tempo de Serviço/Contribuição de CARLOS ALBERTO BRITO LOPES (Nr Ord 4502868), SIAPE nº 0196852, da BACO)

DESPACHO DECISÓRIO Nº 401/6PC1/3654, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2014.

DEFERIDO, averbe-se na forma da Lei o tempo de serviço/contribuição, de 3.395 dias de efetivo exercício, convertidos em nove anos, três meses e vinte dias, de acordo com certidão expedida pelo INSS/RS, datada de 04 NOV 1994, conforme abaixo discriminado:

a) Prestado a empresa privada, sob o regime da CLT, na qualidade de contribuinte do INSS, nos períodos de: 21 JUL 1966 a 14 DEZ 1968; 01 FEV 1978 a 13 ABR 1978; 17 ABR 1978 a 12 JUL 1979 e 13 JUL 1979 a 06 MAIO 1982, convertidos em seis anos, sete meses e 29 dias, na base de 365 dias anuais e trinta mensais, na forma do art. 103, inciso V, da Lei nº 8.112, de 11 DEZ 1990, com a finalidade de aposentadoria e disponibilidade; e

b) Prestado como Benefício de Auxílio-Doença nº 31/007.286.473-7, no período de 01 ABR 1969 a 21 NOV 1971, convertido em dois anos, sete meses e 21 dias, na base de 365 dias anuais e trinta mensais, na forma do art. 60, inciso III, do Decreto nº 3.048/99, com a finalidade de aposentadoria.

2. Em consequência, fica anulado o item nº 162/3PC1, de 07 AGO 1995, publicado no Boletim Externo da DIRAP nº 093, de 18 AGO 1995, referente ao Processo nº 5013/470/1995, tendo em vista expedição de nova certidão pelo INSS.

Maj Brig Ar WALDEÍSIO FERREIRA CAMPOS  
Diretor de Administração do Pessoal

2 - LICENÇA-PRÊMIO POR ASSIDUIDADE – CONCEDE

PORTARIA DIRAP Nº 1.105/5PC, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2014.

**O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL**, no uso da competência que lhe foi subdelegada pela Portaria COMGEP nº 164/5EM, de 09 SET 2010, publicada no BCA nº 171, de 14 SET 2010, e considerando o que consta no Processo nº 67270.017683/2013-58, do V COMAR, resolve:

---

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 043, de 05 MAR 2014)

Conceder ao servidor MOISÉS PAULINO DA SILVA (Nr Ord 4517784), SIAPE nº 0196792, lotado no V COMAR, um período de Licença-Prêmio por Assiduidade, referente ao lapso apuratório de 03 JUN 1985 a 15 OUT 1996, de acordo com o Ofício-Circular nº 24, de 23 DEZ 1999, da Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Maj Brig Ar WALDEÍSIO FERREIRA CAMPOS  
Diretor de Administração do Pessoal

### 3 – PROGRESSÃO - CONCEDE

PORTARIA DIRAP Nº 1.152/1PC2, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2014.

**O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL**, no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria nº 377/GC3, de 7 de julho de 2011, publicada no DOU nº 130, Seção 1, de 8 de julho de 2011, considerando o previsto no art. 72, § 5º, da Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, o art. 145, § 3º, da Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006, e o que consta no Processo nº 67282.006184/2013-04, da BABR, resolve:

Conceder Progressão Horizontal, de acordo com o art. 2º, combinado com os artigos 4º e 8º do Decreto nº 84.669/1980, a partir de 1º de março de 2014, ao servidor PAULO ANTONIO FERREIRA MARQUES (Nr Ord 4534077), SIAPE 1106745, Agente de Portaria, código 481/026, Classe “S”, do Padrão II para o Padrão III – NI, do Quadro Permanente, lotado na Base Aérea de Brasília.

PORTARIA DIRAP Nº 1.153/1PC2, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2014.

**O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL**, no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria nº 377/GC3, de 7 de julho de 2011, publicada no DOU nº 130, Seção 1, de 8 de julho de 2011, considerando o previsto no art. 72, § 5º, da Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, e o que consta no Processo nº 67224.008111/2013-33, da BASV, resolve:

Conceder Progressão Horizontal, de acordo com o art. 2º, combinado com os artigos 4º e 8º do Decreto nº 84.669/1980, a partir de 1º de março de 2014, ao servidor MARIO AUGUSTO CORREIA DE FREITAS (Nr Ord 4578570), SIAPE 1175053, Agente Administrativo - Código 481/004, Classe “S”, Padrão I para o Padrão II – NI, do Quadro Permanente, lotado na Base Aérea de Salvador.

PORTARIA DIRAP Nº 1.155/1PC2, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2014.

**O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL**, no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria nº 377/GC3, de 7 de julho de 2011, publicada no DOU nº 130, Seção 1, de 8 de julho de 2011, considerando o previsto no art. 72, § 5º, da Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, o art. 145, § 3º, da Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006, e o que consta no Processo nº 67211.007016/2013-61, da BABE, resolve:

---

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 043, de 05 MAR 2014)

Conceder Progressão Horizontal, de acordo com o art. 2º, combinado com os artigos 4º e 8º do Decreto nº 84.669/1980, a partir de 1º de março de 2014, ao servidor ADALBERTO GESSI AMARAL COSTA (Nr Ord 4511565), SIAPE 0213665, Artífice de Carpintaria e Marcenaria, código 444/017, Classe “S”, do Padrão II para o Padrão III – NI, do Quadro Permanente, lotado na Base Aérea de Belém.

PORTARIA DIRAP Nº 1.158/1PC2, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2014.

**O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL**, no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria nº 377/GC3, de 7 de julho de 2011, publicada no DOU nº 130, Seção 1, de 8 de julho de 2011, considerando o previsto no art. 72, § 5º, da Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, o art. 145, § 3º, da Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006, e o que consta no Processo nº 67222.016716/2013-18, da BANT, resolve:

Conceder Progressão Horizontal, de acordo com o art. 2º, combinado com os artigos 4º e 8º do Decreto nº 84.669/1980, a partir de 1º de março de 2014, aos servidores do Quadro Permanente, lotados na Base Aérea de Natal, na forma abaixo:

NAIDE MARIA VIEIRA GOMES (Nr Ord 4586565), SIAPE 0193619  
Auxiliar Operacional de Serviços Diversos - Código 481/138  
Classe “S”, do Padrão II, para o Padrão III – NI  
CARLOS ALBERTO PEREIRA RAMOS (Nr Ord 4584473), SIAPE 1050501  
Motorista oficial - Código 481/262  
Classe “C”, do Padrão V para o Padrão VI – NI  
JOSÉ ADERBAL DA SILVA (Nr Ord 4586980), SIAPE 0193611  
Agente de Portaria - Código 481/026  
Classe “S”, do Padrão II, para o Padrão III – NI  
FRANCISCO CANINDÉ DE SOUZA (Nr Ord 4584864), SIAPE 0193582  
Agente de Portaria – Código 481/026  
Classe “S”, do Padrão I, para o Padrão II – NI  
JOSÉ CARLOS PEREIRA TORRES (Nr Ord 4587049), SIAPE 1050316  
Motorista oficial - Código 481/262  
Classe “C”, do Padrão V para o Padrão VI – NI

PORTARIA DIRAP Nº 1.159/1PC2, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2014.

**O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL**, no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria nº 377/GC3, de 7 de julho de 2011, publicada no DOU nº 130, Seção 1, de 8 de julho de 2011, considerando o previsto no art. 72, § 5º, da Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, o art. 145, § 3º, da Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006, e o que consta no Processo nº 67221.009761/2013-26, da BAFZ, resolve:

Conceder Progressão Horizontal, de acordo com o art. 2º, combinado com os artigos 4º e 8º do Decreto nº 84.669/1980, a partir de 1º de março de 2014, à servidora CONCEIÇÃO MÔNICA DE ALMEIDA FERREIRA (Nr Ord 4532554), SIAPE 1105638, Auxiliar de Enfermagem - Código 481/110, na Classe “C”, do Padrão V para o Padrão VI – NI, do Quadro Permanente, lotada na Base Aérea de Fortaleza.

---



(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 043, de 05 MAR 2014)

Conceder Progressão Vertical, de acordo com o art. 2º, combinado com os artigos 5º, 7º e 25 do Decreto nº 84.669/1980, a partir de 1º de março de 2014, ao servidor JOSÉ HUGO DE ASSIS HOLANDA (Nr Ord 4534751), SIAPE 0191496, Agente de Portaria - Código 481/026, da Classe “C”, Padrão VI, para a Classe “S”, Padrão I – NI, do Quadro Permanente, lotado na Base Aérea de Fortaleza.

PORTARIA DIRAP Nº 1.161/1PC2, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2014.

**O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL**, no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria nº 377/GC3, de 7 de julho de 2011, publicada no DOU nº 130, Seção 1, de 8 de julho de 2011, considerando o previsto no art. 72, § 5º, da Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, o art. 145, § 3º, da Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006, e o que consta no Processo nº 67612.016850/2013-25, do CINDACTA 1, resolve:

Conceder Progressão Vertical, de acordo com o art. 2º, combinado com os artigos 5º, 7º e 25 do Decreto nº 84.669/1980, a partir de 1º de março de 2014, aos servidores do Quadro Permanente, lotados no Primeiro Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo, relacionados na forma abaixo:

EDSON JOVIMIANO DE LIMA (Nr Ord 4950097), SIAPE 1587519

Controlador de Tráfego Aéreo – Código DACTA 013/003

Da Classe “A”, Padrão V, para a Classe “B”, Padrão I – NI

RICARDO LOMEU ALVES (Nr Ord 4935756), SIAPE 1584286

Técnico em Eletrônica e Telecomunicação – Código DACTA 013/004

Da Classe “A”, Padrão V, para a Classe “B”, Padrão I – NI

Conceder Progressão Horizontal, de acordo com o art. 2º, combinado com os artigos 4º e 8º do Decreto nº 84.669/1980, a partir de 1º de março de 2014, aos servidores do Quadro Permanente, lotados no Primeiro Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo, relacionados na forma abaixo:

CRISTIAN RODRIGUES CHAVES (Nr Ord 4551052), SIAPE 1570275

Técnico em Informações Aeronáuticas – Código DACTA 013/002

Classe “B”, do Padrão I para o Padrão II – NI

FELIPE NOLL FRANTZ (Nr Ord 4950704), SIAPE 1604308

Controlador de Tráfego Aéreo – Código DACTA 013/003

Classe “A”, do Padrão IV para o Padrão V – NI

PORTARIA DIRAP Nº 1.163/1PC2, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2014.

**O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL**, no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria nº 377/GC3, de 7 de julho de 2011, publicada no DOU nº 130, Seção 1, de 8 de julho de 2011, considerando o previsto no art. 72, § 5º, da Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, o art. 145, § 3º, da Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006, e o que consta no Processo nº 67615.021459/2013-12, do CINDACTA IV, resolve:

---

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 043, de 05 MAR 2014)

Conceder Progressão Vertical, de acordo com o art. 2º, combinado com os artigos 5º, 7º e 25 do Decreto nº 84.669/1980, a partir de 1º de março de 2014, aos servidores do Quadro Permanente, lotados no Quarto Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo, na forma abaixo:

FABIO RIZZUTO PEREIRA (Nr Ord 4950712), SIAPE 1604355  
THIAGO DO VALE VEIGA (Nr Ord 4950674), SIAPE 1603470  
Controlador de Tráfego Aéreo – Código DACTA 013/003  
Da Classe “A”, Padrão V, para a Classe “B”, Padrão I – NI

Conceder Progressão Horizontal, de acordo com o art. 2º, combinado com os artigos 4º e 8º do Decreto nº 84.669/1980, a partir de 1º de março de 2014, aos servidores do Quadro Permanente, lotados no Quarto Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo, na forma abaixo:

BRUNO FONSECA REIS (Nr Ord 4956052 ), SIAPE 1783788  
CARLOS ALBERTO LIMA MELO JUNIOR (Nr Ord 4954661), SIAPE 1740103  
Técnico de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo – Código DACTA - 013/001  
Classe “A”, do Padrão III para o Padrão IV – NS  
LILIANE CANTO DE OLIVEIRA (Nr Ord 4657814), SIAPE 1690880  
Técnico de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo – Código DACTA - 013/001  
Classe “A”, do Padrão II para o Padrão III – NS  
FABIO DE SOUZA MELO JUNIOR (Nr Ord 4956222), SIAPE 1744059  
Técnico em Eletrônica e Telecomunicação – Código DACTA 013/004  
Classe “A”, do Padrão III para o Padrão IV – NI

PORTARIA DIRAP Nº 1.164/1PC2, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2014.

**O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL**, no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria nº 377/GC3, de 7 de julho de 2011, publicada no DOU nº 130, Seção 1, de 8 de julho de 2011, considerando o previsto no art. 72, § 5º, da Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, e o que consta no Processo 67438.004475/2013-39, do HASP, resolve:

Conceder Progressão Vertical, de acordo com o art. 2º, combinado com os artigos 5º, 7º e 25 do Decreto nº 84.669/1980, a partir de 1º de março de 2014, à servidora DÉBORA DE OLIVEIRA BORGES (Nr Ord 4951727), SIAPE 1634229, Auxiliar de Enfermagem - Código 481/110, da Classe “A”, Padrão V para a Classe “B”, Padrão I – NI, do Quadro Permanente, lotada no Hospital de Aeronáutica de São Paulo.

PORTARIA DIRAP Nº 1.165/1PC2, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2014.

**O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL**, no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria nº 377/GC3, de 7 de julho de 2011, publicada no DOU nº 130, Seção 1, de 8 de julho de 2011, considerando o previsto no art. 72, § 5º, da Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, e o que consta no Processo nº 67540.001772/2014-36, da EEAR, resolve:

---

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 043, de 05 MAR 2014)

Conceder Progressão Horizontal, de acordo com o art. 2º, combinado com os artigos 4º e 8º do Decreto nº 84.669/1980, a partir de 1º de março de 2014, à servidora DANIELA DANTAS COLLAÇO VERAS (Nr Ord 4648480), SIAPE 1488173, Enfermeira - Código 480/103, Classe “B”, do Padrão III para o Padrão IV – NS, do Quadro Permanente, lotada na Escola de Especialistas de Aeronáutica.

PORTARIA DIRAP Nº 1.166/1PC2, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2014.

**O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL**, no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria nº 377/GC3, de 7 de julho de 2011, publicada no DOU nº 130, Seção 1, de 8 de julho de 2011, considerando o previsto no art. 72, § 5º, da Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, o art. 145, § 3º, da Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006, e o que consta no Processo 67210.014292/2013-96, do I COMAR, resolve:

Conceder Progressão Horizontal, de acordo com o art. 2º, combinado com os artigos 4º e 8º do Decreto nº 84.669/1980, a partir de 1º de março de 2014, aos servidores do Quadro Permanente, lotados no Primeiro Comando Aéreo Regional, na forma abaixo:

ALBERTO DE OLIVEIRA MEIRELES (Nr Ord 4746201), SIAPE 1076788  
Artífice Mecânica - Código 444/020  
Classe “S”, do Padrão I para o Padrão II – NI  
EDILBERTO DE NORÕES SANTIAGO (Nr Ord 4722469), SIAPE 1081777  
Artífice Mecânica - Código 444/020  
Classe “C”, do Padrão IV para o Padrão V – NI  
PEDRO PAULO DA SILVA BITTENCOURT (Nr Ord 4568494), SIAPE 1047355  
Agente Administrativo - Código 481/004  
Classe “S”, do Padrão II para o Padrão III – NI  
IEDA MARIA GOMES SANTIAGO (Nr Ord 4719050), SIAPE 1054857  
Agente Administrativo - Código 481/004  
Classe “S”, do Padrão I para o Padrão II – NI  
ROSINEIDE MARIA DOS SANTOS LOPES (Nr Ord 4713770), SIAPE 1085216  
Bibliotecária - Código 480/067  
Classe “S”, do Padrão I para o Padrão II – NS  
ANTONIO ROBERTO SOUZA LEAL (Nr Ord 4515765), SIAPE 0190728  
Agente de Portaria - Código 481/026  
Classe “S”, do Padrão II para o Padrão III – NI  
EDNO LIMA FRAZÃO (Nr Ord 4515153), SIAPE 0190656  
Agente de Portaria - Código 481/026  
Classe “S”, do Padrão I para o Padrão II – NI

PORTARIA DIRAP Nº 1.173/1PC2, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2014.

**O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL**, no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria nº 377/GC3, de 7 de julho de 2011, publicada no DOU nº 130, Seção 1, de 8 de julho de 2011, considerando o previsto no art. 72, § 5º, da Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, e o que consta no Processo nº 67437/007338/2013-66, do HARF, resolve:

---

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 043, de 05 MAR 2014)

Conceder Progressão Vertical, de acordo com o art. 2º, combinado com os artigos 5º, 7º e 25 do Decreto nº 84.669/1980, a partir de 1º de março de 2014, aos servidores do Quadro Permanente, lotados no Hospital de Aeronáutica de Recife, na forma abaixo:

ALEXANDRA CORDEIRO CAVALCANTI (Nr Ord 4949153), SIAPE 1563456  
ANGELA VALERIA DE AMORIM (Nr Ord 4949145), SIAPE 1563457  
EVELINE ANTONIETA REGO SILVA (Nr Ord 4949137), SIAPE 1563450  
FABIO JOSÉ DA SILVA BATISTA (Nr Ord 4949161), SIAPE 1563455  
Auxiliar de Enfermagem - Código 481/110  
Da Classe “A”, Padrão V, para a Classe “B”, Padrão I – NI

Conceder Progressão Horizontal, de acordo com o art. 2º, combinado com os artigos 4º e 8º do Decreto nº 84.669/1980, a partir de 1º de março de 2014, aos servidores do Quadro Permanente, lotados no Hospital de Aeronáutica de Recife, na forma abaixo:

FRANCISCA EDNA DO NASCIMENTO (Nr Ord 4735633), SIAPE 1483101  
Enfermeiro - Código 480/103  
Classe “B”, do Padrão III para o Padrão IV – NS  
DAVID PAZ DE FRANÇA (Nr Ord 4737555), SIAPE 1205326  
MARTA DIOGO RAMOS DE LIMA (Nr Ord 4532775), SIAPE 1205332  
Auxiliar de Enfermagem - Código 481/110,  
Classe “S”, do Padrão II para o Padrão III – NI  
ERINEIDE LOUREIRO MACIEL DA SILVA (Nr Ord 4532732), SIAPE 1228528  
Auxiliar de Enfermagem - Código 481/110  
Classe “S”, do Padrão I para o Padrão II – NI

PORTARIA DIRAP Nº 1.181/1PC2, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2014.

**O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL**, no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria nº 377/GC3, de 7 de julho de 2011, publicada no DOU nº 130, Seção 1, de 8 de julho de 2011, considerando o previsto no art. 72, § 5º, da Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, o art. 145, § 3º, da Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006, e o que consta no Processo nº 67613.023475/2013-60, do CINDACTA II, resolve:

Conceder Progressão Vertical, de acordo com o art. 2º, combinado com os artigos 5º, 7º e 25 do Decreto 84.669/1980, a partir de 1º de março de 2014, aos servidores do Quadro Permanente, lotados no Segundo Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo, relacionados na forma abaixo:

BRUNO MANUEL SHOU (Nr Ord 4950054), SIAPE 1587093  
DIEGO FINATO (Nr Ord 4950569), SIAPE 1600664  
ELIAS COSTA MAROBIN (Nr Ord 4950496), SIAPE 1590835  
HITESH SHARMA (Nr Ord 4950100), SIAPE 1587526  
Controlador de Tráfego Aéreo – Código DACTA 013/003  
Da Classe “A”, Padrão V, para a Classe “B”, Padrão I – NI

---

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 043, de 05 MAR 2014)

SERGIO MANUEL SENGIK SAEZ (Nr Ord 4949927), SIAPE 1586281  
Técnico em Eletrônica e Telecomunicação – Código DACTA 013/004  
Da Classe “A”, Padrão V, para a Classe “B”, Padrão I – NI

Conceder Progressão Horizontal, de acordo com o art. 2º, combinado com os artigos 4º e 8º do Decreto nº 84.669/1980, a partir de 1º de março de 2014, aos servidores do Quadro Permanente, lotados no Segundo Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo, relacionados na forma abaixo:

VINICIUS SANTOS DIAS (Nr Ord 4551001), SIAPE 1570271  
Técnico em Informações Aeronáuticas – Código DACTA 013/002  
Classe “B”, do Padrão I para o Padrão II – NI  
DANIEL GOMES (Nr Ord 4950577), SIAPE 1601216  
WALTER DANIEL DIEHL (Nr Ord 4950429), SIAPE 1590188  
Controlador de Tráfego Aéreo – Código DACTA -013/003  
Classe “A”, do Padrão IV para o Padrão V – NI  
CRISTOVÃO CESAR DA SILVA (Nr Ord 4951468), SIAPE 1625159  
Técnico em Eletrônica e Telecomunicação – Código DACTA - 013/004  
Classe “A”, do Padrão IV para o Padrão V – NI  
PAULO SERGIO MARQUES (Nr Ord 4581350), SIAPE 1548863  
Técnico em Informações Aeronáuticas – Código DACTA 013/002  
Classe “B”, do Padrão I para o Padrão II – NI

PORTARIA DIRAP Nº 1.184/1PC2, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2014.

**O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL**, no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria nº 377/GC3, de 7 de julho de 2011, publicada no DOU nº 130, Seção 1, de 8 de julho de 2011, considerando o previsto no art. 72, § 5º, da Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, e o que consta no Processo nº 67434.005660/2013- 81, do HABE, resolve:

Conceder Progressão Horizontal, de acordo com o art. 2º, combinado com os artigos 4º e 8º do Decreto nº 84669/1980, a partir de 1º de março de 2014, aos servidores do Quadro Permanente, lotados no Hospital de Aeronáutica de Belém, na forma abaixo:

EDILSON FERREIRA CALANDRINE (Nr Ord 4730470), SIAPE 1449296  
Enfermeiro - Código 480/103  
Classe “B”, do Padrão II para o Padrão III – NS  
CARMELITA DA CONCEIÇÃO NASCIMENTO (Nr Ord 4733312), SIAPE 1486930  
SANDRA HELENA LOBO GATINHO (Nr Ord 4732448), SIAPE 1487038  
Técnico de Laboratório- Código 481/337  
Classe “B”, do Padrão II para o Padrão III – NI

---

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 043, de 05 MAR 2014)

PORTARIA DIRAP Nº 1.197/1PC2, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2014.

**O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL**, no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria nº 377/GC3, de 7 de julho de 2011, publicada no DOU nº 130, Seção 1, de 8 de julho de 2011, considerando o previsto no art. 72, § 5º, da Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, e o que consta no Processo nº 67436.003341/2013-11, do HAMN, resolve:

Conceder Progressão Vertical, de acordo com o art. 2º, combinado com os artigos 5º, 7º e 25 do Decreto nº 84.669/1980, a partir de 1º de março de 2014, à servidora TATIANA SILVA DE MELO (Nr Ord 4553233), SIAPE 1568871, Auxiliar de Enfermagem - Código 481/110, da Classe “A”, Padrão V, para a Classe “B”, Padrão I – NI do Quadro Permanente, lotada no Hospital de Aeronáutica de Manaus.

Conceder Progressão Horizontal, de acordo com o art. 2º, combinado com os artigos 4º e 8º do Decreto nº 84.669/1980, a partir de 1º de março de 2014, à servidora GISELE BOTELHO GUIMARÃES DOS SANTOS (Nr Ord 4651367), SIAPE 1483986, Enfermeira - Código 480/103, na Classe “B”, do Padrão II para o Padrão III – NS, do Quadro Permanente, lotada no Hospital de Aeronáutica de Manaus.

PORTARIA DIRAP Nº 1.199/1PC2, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2014.

**O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL**, no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria nº 377/GC3, de 7 de julho de 2011, publicada no DOU nº 130, Seção 1, de 8 de julho de 2011, considerando o previsto no art. 72, § 5º, da Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, e o que consta no Processo nº 67440.002467/2013-17, do HFAB, resolve:

Conceder Progressão Vertical, de acordo com o art. 2º, combinado com os artigos 5º, 7º e 25 do Decreto nº 84.669/1980, a partir de 1º de março de 2014, aos servidores do Quadro Permanente, lotados no Hospital de Força Aérea de Brasília, relacionados na forma abaixo:

SOLANGE SALETE NAIBO (Nr Ord 4877799), SIAPE 1484266  
OBEDES DE SOUZA VASCO (Nr Ord 4749227), SIAPE 1567131  
Auxiliar de Enfermagem, código 481-110  
Da Classe “A”, Padrão V, para a Classe “B”, Padrão I – NI

Conceder Progressão Horizontal, de acordo com o art. 2º, combinado com os artigos 4º e 8º do Decreto nº 84.669/1980, a partir de 1º de março de 2014, aos servidores, do Quadro Permanente, lotados no Hospital de Força Aérea de Brasília, na forma abaixo:

CLAUDIA SOUZA SOARES BRUM (Nr Ord 4726138), SIAPE 1487016  
Psicólogo - Código 480/203  
Classe “B”, do Padrão III para o Padrão IV – NS

---

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 043, de 05 MAR 2014)

MILTON GUALBERTO DA SILVA FILHO (Nr Ord 4578023), SIAPE 1386054  
Auxiliar de Enfermagem - Código 481/110  
Classe “B”, do Padrão I, para o Padrão II – NI

Maj Brig Ar WALDEÍSIO FERREIRA CAMPOS  
Diretor de Administração do Pessoal

#### 4 – RESULTADO FINAL - HOMOLOGA

PORTARIA DIRAP Nº 1.078/1PC2, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2014.

**O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL**, no uso de suas atribuições previstas no art. 14 da Portaria nº 1.398/GC3, de 31 de julho de 2013, publicada no DOU nº 147, de 1º de agosto de 2013, Seção I, transcrita no BCA nº 148, de 5 de agosto de 2013, considerando o previsto na Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009, e tendo em vista o que consta do Processo nº 67222.031354/2013-95, da BANT, resolve:

Homologar o resultado final da avaliação do Comitê Especial do Plano de Carreira dos Cargos de Tecnologia Militar da Base Aérea de Natal, instituído de acordo com o art. 10, da Portaria nº 1.398/GC3, de 31 de julho de 2013, em reunião realizada no dia 18 de dezembro de 2013, Ata s/nº/2013, que reconheceu a qualificação profissional do servidor EUDES SANTANA SOARES (Nr Ord 4584708), SIAPE nº 0193572, Artífice de Mecânica, CTMOC 444020, do Plano de Carreira dos Cargos de Tecnologia Militar, Classe “S”, Padrão III.

Conceder, a contar de 1º de janeiro de 2013, de acordo com a Lei nº 11.907/2009, e os artigos 8º e 16, item I, da Portaria nº 1.398/GC3, de 31 de julho de 2013, Gratificação de Qualificação de Nível III – GQ-III, correspondente à homologação do resultado final da avaliação do Comitê Especial do Plano de Carreira dos Cargos de Tecnologia Militar da Base Aérea de Natal, ao servidor EUDES SANTANA SOARES (Nr Ord 4584708), SIAPE nº 0193572, Artífice de Mecânica, CTMOC 444020, do Plano de Carreira dos Cargos de Tecnologia Militar, Classe “S”, Padrão III, lotado na Base Aérea de Natal.

PORTARIA DIRAP Nº 1.080/1PC2, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2014.

**O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL**, no uso de suas atribuições previstas no art. 14 da Portaria nº 1.398/GC3, de 31 de julho de 2013, publicada no DOU nº 147, de 1º de agosto de 2013, Seção I, transcrita no BCA nº 148, de 5 de agosto de 2013, considerando o previsto na Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009, e tendo em vista o que consta do Processo nº 67612.002019/2014-77, do CINDACTA I, resolve:

Homologar o resultado final da avaliação do Comitê Especial do Plano de Carreira dos Cargos de Tecnologia Militar do Primeiro Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo, instituído de acordo com o art. 10, da Portaria nº 1.398/GC3, de 31 de julho de 2013, em reunião realizada no dia 28 de janeiro de 2014, Ata s/nº/2013, que reconheceu a qualificação profissional do servidor DALMO ANTONIO DO NASCIMENTO (Nr Ord 4542657), SIAPE nº 0210428, Agente de Telecomunicações e Eletricidade, CTMOC 444013, do Plano de Carreira dos Cargos de Tecnologia Militar, Classe “S”, Padrão III.

---

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 043, de 05 MAR 2014)

Conceder, a contar de 1º de janeiro de 2013, de acordo com a Lei nº 11.907/2009, e os artigos 8º e 16, item I, da Portaria nº 1.398/GC3, de 31 de julho de 2013, Gratificação de Qualificação de Nível III – GQ-III, correspondente à homologação do resultado final da avaliação do Comitê Especial do Plano de Carreira dos Cargos de Tecnologia Militar do Primeiro Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo, ao servidor DALMO ANTONIO DO NASCIMENTO (Nr Ord 4542657), SIAPE nº 0210428, Agente de Telecomunicações e Eletricidade, CTMOC 444013, do Plano de Carreira dos Cargos de Tecnologia Militar, Classe “S”, Padrão III, lotado no Primeiro Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo.

PORTARIA DIRAP Nº 1.143/1PC2, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2014.

**O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL**, no uso de suas atribuições previstas no art. 14 da Portaria nº 1.398/GC3, de 31 de julho de 2013, publicada no DOU nº 147, de 1º de agosto de 2013, Seção I, transcrita no BCA nº 148, de 5 de agosto de 2013, considerando o previsto na Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009, e tendo em vista o que consta do Processo nº 67210.025943/2013-73, do I COMAR, resolve:

Homologar o resultado final da avaliação do Comitê Especial do Plano de Carreira dos Cargos de Tecnologia Militar do Primeiro Comando Aéreo Regional, instituído de acordo com o art. 10, da Portaria nº 1.398/GC3, de 31 de julho de 2013, em reunião realizada no dia 27 de dezembro de 2013, Ata s/nº/2013, que reconheceu a qualificação profissional do servidor ARNOLDO FERNANDES PINHEIRO (Nr Ord 4571916), SIAPE Nº 0190814, Artífice de Estrutura de Obras e Metalurgia, CTMOC 444019, do Plano de Carreira dos Cargos de Tecnologia Militar, Classe “S”, Padrão III.

Conceder, a contar de 23 de dezembro de 2013, de acordo com a Lei nº 11.907/2009, e os artigos 8º e 16, item II, da Portaria nº 1.398/GC3, de 31 de julho de 2013, Gratificação de Qualificação de Nível III – GQ-III, correspondente à homologação do resultado final da avaliação do Comitê Especial do Plano de Carreira dos Cargos de Tecnologia Militar do Primeiro Comando Aéreo Regional, do servidor ARNOLDO FERNANDES PINHEIRO (Nr Ord 4571916), SIAPE nº 0190814, Artífice de Estrutura de Obras e Metalurgia, CTMOC 444019, do Plano de Carreira dos Cargos de Tecnologia Militar, Classe “S”, Padrão III, lotado no Primeiro Comando Aéreo Regional.

PORTARIA DIRAP Nº 1.196/4PC1, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2014.

**O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL**, no uso das atribuições previstas no art. 18, § 3º, da Portaria nº 1.398/GC3, de 31 de julho de 2013, publicada no DOU nº 147, de 1º de agosto de 2013, Seção 1, considerando o previsto na Lei nº 9.657, de 3 de junho de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo nº 67270.013538/2013-06, anexo ao Processo nº 67270.008401/2012-41, do V COMAR, resolve:

Homologar o resultado final da avaliação do Comitê Especial do Plano de Carreira dos Cargos de Tecnologia Militar, do Quinto Comando Aéreo Regional, instituído de acordo com o art. 10, da Portaria nº 1.398/GC3, de 31 de julho de 2013, que, em reunião realizada no dia 1º de outubro de 2013, Ata nº 03/CE/2013, reconheceu a qualificação profissional do instituidor de pensão ADÃO RENATO DA SILVA SOARES (Nr Ord 4517105), SIAPE nº 0196437, Artífice de Estrutura de Obras e Metalurgia, código 444019, do Plano de Carreira dos Cargos de Tecnologia Militar, classe “S”, padrão III, NI.

---



(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 043, de 05 MAR 2014)

Conceder, a contar de 1º de janeiro de 2013, de acordo com a Lei nº 9.657, de 3 de junho de 1998, o art. 5º, inciso I e o art. 16, inciso I, da Portaria nº 1.398/GC3, de 31 de julho de 2013, Gratificação de Qualificação de Nível I – GQ-I, correspondente à homologação do resultado final da avaliação do Comitê Especial do Plano de Carreira dos Cargos de Tecnologia Militar do Quinto Comando Aéreo Regional, ao instituidor de pensão ADÃO RENATO DA SILVA SOARES (Nr Ord 4517105), SIAPE nº 0196437, Artífice de Estrutura de Obras e Metalurgia, código 444019, do Plano de Carreira dos Cargos de Tecnologia Militar, classe “S”, padrão III, NI, vinculado ao Quinto Comando Aéreo Regional.

Maj Brig Ar WALDEÍSIO FERREIRA CAMPOS  
Diretor de Administração do Pessoal

## 5 – RETRIBUIÇÃO POR TITULAÇÃO - CONCEDE

PORTARIA DIRAP Nº 1.081/1PC2, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2014.

**O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL**, no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria nº 377/GC3, de 7 de julho de 2011, publicada no DOU nº 130, Seção 1, de 8 de julho de 2011, considerando o previsto na Portaria nº 510/GC3 (ICA 40-5/2010), de 29 de julho de 2010, publicada no BCA nº 146, de 9 de agosto de 2010, e tendo em vista o que consta do Processo nº 67500.000333/2014-82 do DEPENDS, resolve:

Conceder, a contar de 13 de dezembro de 2013, de acordo com o art. 17, da Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012, e com o parecer emitido pela Comissão Permanente do Magistério da Escola Preparatória de Cadetes-do-Ar, Retribuição por Titulação, correspondente à homologação do Certificado de Doutor pelo DEPENDS, ao professor MARCELO DE MIRANDA COELHO (Nr Ord 4537270), SIAPE 1248310, do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal, na Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, lotado na Escola Preparatória de Cadetes-do-Ar.

PORTARIA DIRAP Nº 1.100/1PC2, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2014.

**O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL**, no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria nº 377/GC3, de 7 de julho de 2011, publicada no DOU nº 130, Seção 1, de 8 de julho de 2011, considerando o previsto na Portaria nº 510/GC3 (ICA 40-5/2010), de 29 de julho de 2010, publicada no BCA nº 146, de 9 de agosto de 2010, e tendo em vista o que consta do Processo nº 67500.000292/2014-24 do DEPENDS, resolve:

Conceder, a contar de 26 de novembro de 2013, de acordo com o art. 22, da Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008 e art. 17, da Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012, e com o parecer emitido pela Comissão Permanente da Academia da Força Aérea, Retribuição por Titulação, correspondente à homologação do Certificado de Doutor pelo DEPENDS, ao professor

---

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 043, de 05 MAR 2014)

ANTONIO CARLOS GOMES JUNIOR (Nr Ord 4579321), SIAPE 1243489, da Carreira de Magistério Superior, do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal, lotado na Academia da Força Aérea.

Maj Brig Ar WALDEÍSIO FERREIRA CAMPOS  
Diretor de Administração do Pessoal

#### 6 - RETIFICAÇÃO DE AVERBAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO/CONTRIBUIÇÃO

No despacho decisório Nº 315/6PC1/2866, de 13 FEV 2014, publicado no BCA nº 034, de 18 FEV 2014, referente ao requerimento do servidor MARCOS AURELIO DE OLIVEIRA, onde se lê: ..., com a finalidade de aposentadoria e disponibilidade, conforme certidão datada de 31 JUL 2013, expedida pelo INSS/SP. Leia-se ..., com a finalidade de aposentadoria e disponibilidade, conforme certidão datada de 31 JUL 2013, expedida pelo INSS/SP.

Em consequência, fica anulado o despacho decisório nº 1.263/6PC1/17692, de 14 JUN 2013, publicado no BCA nº 116, de 20 JUN 2013, referente ao Processo nº 67510.001625/2013-32, tendo em vista expedição de nova certidão pelo INSS. (Proc. Nº 67510.014802/2013-41).

(Item 001/6PC1/2014)

### **SEÇÃO II - DIRETORIA DE ENGENHARIA DA AERONÁUTICA**

#### 1 – PROJETO DE CONSTRUÇÃO DA SUBESTAÇÃO E GRUPO GERADOR DO ALOJAMENTO DOS ATLETAS NA UNIVERSIDADE DA FORÇA AÉREA - APROVA

PORTARIA DIRENG Nº 20/SDE, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2014.

Aprova o Projeto de Construção da Subestação e Grupo Gerador do Alojamento dos Atletas na Universidade da Força Aérea.

**O SUBDIRETOR DE ESTUDOS E PROJETOS**, no uso de suas atribuições, que lhe confere, por delegação de competência emanada pelo Exmo. Sr. Diretor de Engenharia da Aeronáutica, através da Portaria DIRENG nº 121-T/SDE, de 3 de dezembro de 2013, protocolo COMAER nº 67120-006440/2013-16, resolve:

Art.1º Aprovar os Projetos Executivos para Construção da Subestação e Grupo Gerador do Alojamento dos Atletas na Universidade da Força Aérea (UNIFA), localizada na cidade do Rio de Janeiro - RJ, elaborada pela Diretoria de Engenharia da Aeronáutica.

Art. 2º O projeto é composto pelos seguintes documentos:

---

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 043, de 05 MAR 2014)

**I - Especificações Técnicas:**

RJ057.16-09.S001 - Projeto de Engenharia  
RJ057.16-09.S001A - Serviços Diversos  
RJ057.16-09.S001B - Arquitetura  
RJ057.16-09.S001C - Fundação e Estrutura  
RJ057.16-09.S001D - Instalações Elétricas e Eletrônicas  
RJ057.16-09.S001F - Instalações Mecânicas e de Utilidades  
RJ057.16-09.S001G - Inst. Prevenção e Combate a Incêndio

**II - Desenhos de Arquitetura:**

RJ057.16-09.A001 - Planta Baixa e Planta de Cobertura  
RJ057.16-09.A002 - Cortes e Fachadas  
RJ057.16-09.U001 - Planta de Situação

**III - Desenhos de Estrutura:**

RJ057.16-09.EC001 - Locação e Armação dos Pilares e das Sapatas  
RJ057.16-09.EC002 - Forma dos Pavimentos de Piso e Teto  
RJ057.16-09.EC003 - Armação das Vigas e Cintas  
RJ057.16-09.EC004 - Armação das Lajes do Piso  
RJ057.16-09.EC005 - Armação das Lajes do Teto

**IV - Desenhos de Instalações Elétricas e Eletrônicas:**

RJ057.16-09.IE001 - Circuitos Alimentadores de Média Tensão  
RJ057.16-09.IE002 - Diagrama Unifilar  
RJ057.16-09.IE003 - Planta Baixa, Cortes, Detalhes e Quadros de Carga  
RJ057.16-09.IE004 - Aterramento  
RJ057.16-09.IE005 - Circuitos Alimentadores de Baixa Tensão,  
RJ057.16-09.IE006 - Iluminação e Tomadas  
RJ057.16-09.IE007 - Sistemas de Proteção Contra Descargas Atmosféricas - SDPA - Corte e Fachada  
RJ057.16-09.IE008 - Sistemas de Proteção Contra Descargas Atmosféricas – SDPA – Descida  
RJ057.16-09.IE009 - Sistemas de Proteção Contra Descargas Atmosféricas - SDPA – Cobertura

**V - Desenhos de Instalações Mecânicas e de Utilidades:**

RJ057.16-09.IM001 - Ventilação Mecânica - Planta Baixa

**VI - Desenho de Instalações de Prevenção e Combate à Incêndio:**

RJ057.16-09.IC001 - Sinalização de Equipamentos e Sistema de Proteção por Extintores - Planta Baixa e Detalhes

**VII - Planilha Orçamentária:**

RJ057.16-09.PO001-01/14 - Planilha Orçamentária e Cronograma Físico-Financeiro

Art. 3º - O Projeto teve como autores e colaboradores os seguintes técnicos:

**I – Serviços Diversos:**

1º Ten QOENG CIV Ten Paulo de Tarso Machado Leite Soares - CREA nº 2013.117.113/RJ.

---

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 043, de 05 MAR 2014)

**II - Arquitetura:**

Ten Cel Filipe Augusto Cinque de Proença Franco - CREA nº 2001107528/RJ  
Arq Paoletta Mantuano da Nóbrega – CAU nº A77086-8/RJ.

**III - Estrutura:**

Cap QOEA R/1 Christovão Souza de Matos – CREA nº 54253-D/RJ.  
Eng CIV Daniel Lemos Mouço – CREA nº 2007.143.667/RJ.

**IV – Instalações de Prevenção e Combate à Incêndio:**

2º Ten QOCON CIV Hildebrando Vasconcelos Costa - CREA 2011132996/RJ.

**V - Instalações Elétricas:**

2º Ten QOCON ELT Wellington Oliveira Simas - CREA nº 2007146741/RJ.  
2º Ten QOCON ELT Daniel Cunha de Souza Braga - CREA nº 2001128695/RJ.  
Eng ELT Trayahú José de Freitas Moreira - CREA 85104170/RJ.

**VI - Instalações Mecânicas:**

2º Ten QOCON MEC Raphael Bastos Mecnas – CREA nº 2008.119.184/RJ.

**VII – Planilha Orçamentária:**

1º Ten QOENG CIV Laina Neves Valente Filardi - CREA nº 8513-D/AM.

Art. 4º A presente aprovação não exime os autores do projeto das responsabilidades decorrentes do exercício das atividades de Engenharia e Arquitetura reguladas pela Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, e pelas resoluções do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CONFEA).

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Boletim do Comando da Aeronáutica.

Brig Eng LUIZ SÉRGIO HEINZELMANN  
Subdiretor de Estudos e Projetos

**2 - REQUERIMENTO - DESPACHO**

No requerimento em que o Sr. ROBSON ROCHA MARQUES, portador da Cédula de Identidade nº 036408391 – DIC RJ - (Prot. COMAER nº 67120.00001/2014-DV), solicitou Certidão de Tempo de Serviço para fins de comprovação junto ao Instituto Nacional de Seguridade Social, foi exarado o seguinte despacho pelo Exmo. Sr. Diretor de Engenharia: “DEFERIDO, forneça-se o que constar nos arquivos desta Diretoria, na forma da letra “b” do Inciso XXXIV do art. 5º da Constituição”.

(Item 001/DIRENG/2014)

---

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 043, de 05 MAR 2014)

**SEÇÃO III - DIRETORIA DE INTENDÊNCIA**  
(Sem alteração)

**SEÇÃO IV - DIRETORIA DE MATERIAL AERONÁUTICO E BÉLICO**  
(Sem alteração)

**SEÇÃO V - DIRETORIA DE SAÚDE**

**1 – DESCADASTRAMENTO EM ADICIONAL DE COMPENSAÇÃO ORGÂNICA - ORDEM**

Sejam descadastrados os militares abaixo relacionados, pertencentes ao efetivo da OM ao lado declarada, que deixaram de fazer jus à percepção em Adicional de Compensação Orgânica e demais vantagens discriminadas no art. 1º da Lei nº 1.234, de 14 de novembro de 1950, alterada pela Tabela V do Anexo II da Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001, a contar da respectiva data:

<b>POSTO</b>	<b>QUADRO</b>	<b>ESP</b>	<b>NOME / Nº DE ORDEM</b>	<b>OM</b>	<b>DATA</b>
TC	QODENT	PDN	MARCELO PAPARGUERIUS DE SOUZA 1989600	HCA	31 JAN 2014
CP	QOEA	SVH	DANIEL PIMENTA DA CHAGA 1413279	HABE	27 DEZ 2013
1T	QODENT	OPE	ANA LÚCIA FRANCISCO DO PATROCÍNIO 6268315	HABE	10 JAN 2014
1T	QODENT	ENT	ANDREZA CRISTINI JANSEN 4092171	BABV	03 JAN 2014
1T	QODENT	OPE	ELIZABETH GALAMBA FERNANDES ABREU 6267874	OARF	07 OUT 2013
1T	QODENT	PDN	CARLOS VINICIUS DOS SANTOS FIGUEIREDO 6268293	AFA	04 OUT 2013
1T	QOMED	ANE	MARIA TEREZA ISRAEL CANÇADO ASSUNÇÃO 6267807	HFAG	02 DEZ 2013
1T	QOCON	DENT	FERNANDA BEATRIZ DA ROCHA CERQUEIRA 4356381	BABV	26 DEZ 2013
1T	QOCON	DENT	MAURICIO FERRAZ MANZINI DE SOUZA 4363094	EEAR	20 DEZ 2013
1T	QOCON	DENT	ALINE MENEZES CUNDARI DE OLIVEIRA SANTOS 4465130	EEAR	20 DEZ 2013

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 043, de 05 MAR 2014)

1T	QOCON	DENT	ANDRÉA DOS SANTOS COUTINHO 4464923	EEAR	20 DEZ 2013
1T	QOCON	DENT	SANDRA PREMOLI MACIEL 4277635	HAMN	30 JAN 2014
1T	QOCON	MED	JOYCE CARDOSO ABECASSIS 4456610	HFAG	24 JAN 2014
1T	QOCON	DENT	LIANE PORATE CHÃ 4274636	OABR	02 DEZ 2013
1T	QOCON	DENT	GUSTAVO ANDRÉ LEAL 6155995	CINDACTA 2	22 DEZ 2013
1T	QOCON	DENT	ADRIANA DE PAULA BERTOLACINI FUSCO PESSOA 4197437	HFA	29 JAN 2014
1T	QOCON	DENT	LILYANE DE ANDRADE OLIVEIRA NOGUEIRA 4457226	HAMN	31 JAN 2014
SO	QSS	SEF	SERGIO PAULO DE ALMEIDA 1900684	BANT	20 OUT 2013
1S	QSS	SEF	JUSCELINO DIAS ZÓZIMO 2585146	BABV	29 NOV 2013
2S	QSS	SRD	ALINE DIAS GONELLA 3961788	HCA	05 DEZ 2013
3S	QSS	SRD	YASMIN PEREIRA DE ALCÂNTARA 6254802	HABE	13 DEZ 2013

(Item 003/DIRSA/2014)

Sejam cadastrados os militares abaixo relacionados, pertencentes ao efetivo da OM ao lado declarada, que deixaram de fazer jus à percepção em Adicional de Compensação Orgânica e demais vantagens discriminadas no art. 1º da Lei nº 1.234, de 14 de novembro de 1950, alterada pela Tabela V do Anexo II da Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001, a contar da respectiva data:

POSTO	QUADRO	ESP	NOME / Nº DE ORDEM	OM	DATA
CP	QOMED	ORT	MARCOS NORBERTO GIORDANO 3683974	HFAG	10 JAN 2014
CP	QOMED	CVP	VALERIA VIEIRA DA SILVA 3684040	HFAG	16 DEZ 2013
CP	QOMED	ITS	ESTEVÃO CARVALHO DE CAMPOS MARTINS 3683770	FHAG	07 JAN 2014
1T	QODENT	PDN	ALYSSON CRUZ DE FREITAS 4270789	HABE	20 DEZ 2013
1T	QODENT	ROI	LEILIANE FERREIRA DA SILVA NUNES 4197291	OABR	01 NOV 2013
1T	QODENT	CGO	PRISCILA LUCIANA DE SOUZA MORAIS 6161448	BAAN	02 JAN 2014

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 043, de 05 MAR 2014)

1T	QODENT	CGO	RICARDO CARNEIRO LINO DA SILVA 6161421	BABR	02 JAN 2014
1T	QODENT	OPE	ELIZABETH GALAMBA FERNANDES ABREU 6267874	OARF	16 OUT 2013
1T	QODENT	CGO	MÁRCIO KLUG DA CRUZ 6478670	OARF	05 NOV 2013
1T	QOCON	DENT	MAURICIO FERRAZ MANZINI DE SOUZA 4363094	EEAR	30 DEZ 2013
1T	QOCON	DENT	ALINE MENEZES CUNDARI DE OLIVEIRA SANTOS 4465130	EEAR	30 DEZ 2013
1T	QOCON	DENT	ANDRÉA DOS SANTOS COUTINHO 4464923	EEAR	30 DEZ 2013
1T	QOCON	DENT	LIANE PORATE CHÃ 4274636	OABR	23 DEZ 2013
2T	QOCON	DENT	ANA CLÁUDIA FONTANA LIMA 6392555	PAMB RJ	21 NOV 2013
2T	QOCON	DENT	JUÇARA BRITO MEIRELLES 6258794	HAMN	15 JAN 2014
2T	QOCON	DENT	FERNANDA KAIN DE MOURA 6265359	CINDACTA IV	06 NOV 2013
SO RF	QSS	SEF	JULIO CESAR BATISTA DA SILVA 0036986	HFAG	13 SET 2013
2S	QSS	SEF	PRISCILLA CARDOSO BARBOSA 4071166	HFAG	06 JAN 2014
3S	QSS	SRD	THIAGO JOSÉ FIGUEIREDO 4041275	HAMN	05 JAN 2014

(Item 004/DIRSA/2014)

## 2 – ORDEM TÉCNICA

A Ordem Técnica nº 01/DIRSA/2014, de 06 de fevereiro de 2014 encontra-se anexada a este Boletim.

**SEÇÃO VI – DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA AERONÁUTICA**  
(Sem alteração)

**SEXTA PARTE****ATOS DAS DEMAIS AUTORIDADES**


---

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 043, de 05 MAR 2014)

**SEÇÃO I - DEMAIS MINISTÉRIOS**  
(Sem alteração)

**SEÇÃO II - SECRETARIAS DE ESTADO**  
(Sem alteração)

**SEÇÃO III - CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**  
(Sem alteração)

**SEÇÃO IV - SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**  
(Sem alteração)

**SEÇÃO V - GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**  
(Sem alteração)

**SEÇÃO VI - COMANDOS DA MARINHA E DO EXÉRCITO**  
(Sem alteração)

**SEÇÃO VII - TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO**

1 - ACÓRDÃO

ACÓRDÃO Nº 118/2014 - TCU - 1ª CÂMARA

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, I; 16, I; 17 e 23, I, da Lei 8.443/1992, e na forma dos arts. 1º, I; 143, I, 'a'; 207 e 214, I, do RI/TCU, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em julgar as contas a seguir relacionadas regulares e dar quitação plena aos responsáveis:

1. Processo TC-025.200/2013-5 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2012)
    - 1.1. Responsáveis: Gilberto Antônio Saboya Burnier (242.737.757-00) e Nivaldo Luiz Rossato (715.467.828-34).
    - 1.2. Órgão: Comando-geral de Operações Aéreas - MD/CA.
    - 1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
-



(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 043, de 05 MAR 2014)

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Defesa Nacional e da Segurança Pública (SecexDefes).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 119/2014 - TCU - 1ª CÂMARA

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, I; 16, I; 17 e 23, I, da Lei 8.443/1992, e na forma dos arts. 1º, I; 143, I, 'a'; 207 e 214, I, do RI/TCU, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em julgar as contas a seguir relacionadas regulares e dar quitação plena aos responsáveis:

1. Processo TC-025.229/2013-3 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2012)

1.1. Responsáveis: Antonio Franciscangelis Neto (772.588.358-49) e José Magno Resende de Araujo (963.831.008-15).

1.2. Órgão: Gabinete do Comandante da Aeronáutica - MD/CA.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Defesa Nacional e da Segurança Pública (SecexDefes).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 120/2014 - TCU - 1ª CÂMARA

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, I; 16, I; 17 e 23, I, da Lei 8.443/1992, e na forma dos arts. 1º, I; 143, I, 'a'; 207 e 214, I, do RI/TCU, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em julgar as contas a seguir relacionadas regulares e dar quitação plena aos responsáveis:

1. Processo TC-039.202/2012-7 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2011)

1.1. Responsáveis: Antonio Gomes Leite Filho (581.037.168-04); Jorge Godinho Barreto Nery (449.003.098-34); Pedro Norival de Araujo (237.808.867-15); Jorge Marones de Gusmão (408.269.617-20) e José Antonio Monteiro (243.201.617-34).

1.2. Órgão: Comando-geral do Pessoal da Aeronáutica - MD/CA.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Defesa Nacional e da Segurança Pública (SecexDefes).

---

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 043, de 05 MAR 2014)

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há. Dados da Sessão:

Ata nº 1/2014- 1ª Câmara

Data: 28/1/2014- Ordinária

Relator: Ministro-Substituto WEDER DE OLIVEIRA

na Presidência: Ministro BENJAMIN ZYMLER

Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral LUCAS ROCHA FURTADO

### ACÓRDÃO Nº 255/2014 - TCU - 1ª CÂMARA

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, I; 16, I; 17 e 23, I, da Lei 8.443/1992, e na forma dos arts. 1º, I; 143, I, 'a'; 207 e 214, I, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em julgar as contas a seguir relacionadas regulares e dar quitação plena aos responsáveis, dando-se ciência desta decisão aos responsáveis e ao interessado:

1. Processo TC-025.228/2013-7 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2012)

1.1. Interessado: Comando da Aeronáutica - MD/CA.

1.2. Responsáveis: Carlos Eurico Peclat dos Santos (492.604.307-63) e Odil Martuchelli Ferreira (777.785.538-72).

1.3. Órgão/Entidade: Comissão de Aeroportos da Região Amazônica - MD/CA.

1.4. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.5. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Defesa Nacional e da Segurança Pública (SecexDefes).

1.7. Advogado constituído nos autos: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Ata nº 2/2014- 1ª Câmara

Data: 4/2/2014- Ordinária

Relator: Ministro-Substituto WEDER DE OLIVEIRA

na Presidência: Ministro VALMIR CAMPELO

Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral LUCAS ROCHA FURTADO

**MARCUS CUNHA DA GAMA Cel Int  
Ch do CENDOC**

---



**MINISTÉRIO DA DEFESA**  
**COMANDO DA AERONÁUTICA**  
**DIRETORIA DE SAÚDE**

ORDEM TÉCNICA n.º 01/DIRSA/2014, de 06 de fevereiro de 2014.

Protocolo para investigação laboratorial de  
marcadores virais de hepatite B no âmbito  
do SISAU.

**1 – FINALIDADE:**

Normatizar as ações para implementação do Protocolo para investigação laboratorial de marcadores virais de hepatite B conforme preconiza a Ministério da Saúde para aplicação no âmbito do SISAU a serem adotadas pelas Organizações de Saúde da Aeronáutica (OSA) de 2º, 3º, 4º Escalão e Unidades Especiais de Saúde.

**2 – CONSIDERAÇÕES GERAIS**

2.1 – O seguimento deste protocolo representa importante papel na busca do controle de custos, mantendo a qualidade do diagnóstico laboratorial da hepatite B.

2.2 - A Hepatite B é uma doença causada pelo vírus da Hepatite B (HBV) e seu diagnóstico laboratorial pode ser feito por marcadores sorológicos.

2.2.1 – O diagnóstico laboratorial da hepatite B, em qualquer uma das suas apresentações, pode ser feito com dois marcadores sorológicos de triagem: HBsAg e anti-HBc total (Referência Bibliográfica 1).

2.2.2 – Os demais marcadores da hepatite B (HBeAg, anti-HBe, anti-HBc, IgM e IgG) são úteis na continuidade da investigação do paciente com hepatite B suspeita ou confirmada pelos resultados dos marcadores iniciais.

2.2.3 – O anti-HBS, marcador sorológico que indica imunidade, será realizado nos casos de indicações clínicas pertinentes.

**3 – ATRIBUIÇÕES DAS ORGANIZAÇÕES DE SAÚDE DA AERONÁUTICA**

3.1 - A Direção ou Chefia das OSA devem seguir as orientações desse protocolo sempre que solicitado a sorologia para hepatite B.

3.2 – Fazer ampla divulgação dessa Ordem Técnica (OT) junto ao corpo clínico e orientar o serviço de laboratório no cumprimento da mesma.

Fl 2/3 da Ordem Técnica nº 01/DIRSA/2014, de 06/02/2014).-----

#### 4 – ATRIBUIÇÕES DO LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS

4.1- Caberá ao Laboratório providenciar para que seja cumprido esse protocolo.

#### 5- PROTOCOLO DE INVESTIGAÇÃO DA HEPATITE B

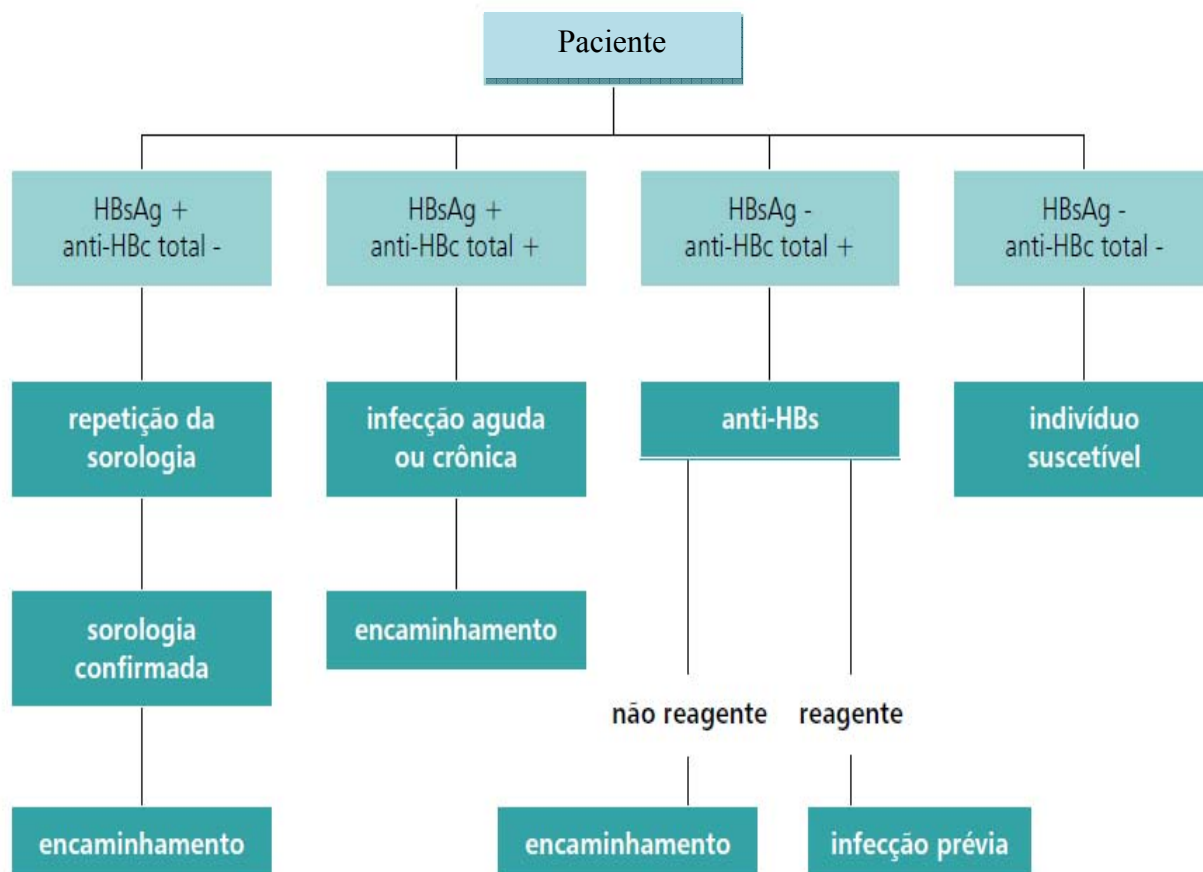
5.1 - O protocolo é baseado nas recomendações do Ministério da Saúde, com o objetivo de não postergar o diagnóstico e o estadiamento da doença (Referência Bibliográfica 2)

5.1.1 – Serão realizados inicialmente dois marcadores: HBsAg e anti-HBc total.

5.1.2 – Nos casos em que o HBsAg ou o anti-HBc total forem positivos, serão realizados automaticamente os outros marcadores pelo laboratório de Imunologia.

5.1.3 – Quando o único marcador positivo for o anti-HBs, com HBsAg e anti-HBc total negativos, indica imunização prévia, dispensando a continuidade do rastreamento.

5.1.4 - Fluxograma de diagnóstico de infecção pelo HBV:



## ANEXO AO BCA Nº 043, DE 5 DE MARÇO DE 2014.

**Fonte:** Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância Epidemiológica. Manual de aconselhamento em hepatites virais. Brasília : Ministério da Saúde, 2005. 52p. – (Série A. Normas e Manuais Técnicos).

Fl 3/3 da Ordem Técnica nº 01/DIRSA/2014, de 06/02/2014).-----

5.1.5 – Todos os casos de hepatite viral B devem ser notificados em ficha própria, como doença de notificação compulsória.

5.1.6 – Os casos de hepatite B diagnosticados deverão ser encaminhados para avaliação do especialista.

### **6 – CONSIDERAÇÕES FINAIS**

#### **6.1 – ELABORAÇÃO**

6.1.1 – Esta Ordem Técnica foi elaborada pela equipe multidisciplinar do HCA sob coordenação da Subdiretoria Técnica da Diretoria de Saúde da Aeronáutica.

#### **6.2 – COMPETÊNCIA**

6.2.1 – Os casos omissos serão resolvidos pelo Diretor de Saúde.

#### **6.3 – VIGÊNCIA**

6.3.1 – A presente publicação entrará em vigor após sua publicação no Boletim do Comando da Aeronáutica (BCA).

### **7 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

1 - Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais. ABCDE do diagnóstico para as hepatites virais / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais. – Brasília : Ministério da Saúde, 2009 - 24 p. : il. – Série A. Normas e Manuais Técnicos.

2 - Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância Epidemiológica. Manual de aconselhamento em hepatites virais / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância Epidemiológica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2005. 52 p. – Série A. Normas e Manuais Técnicos.

Maj Brig Méd JORGE MARONES DE GUSMÃO  
Diretor de Saúde

**MINISTÉRIO DA DEFESA  
COMANDO DA AERONÁUTICA**



**CONTROLE INTERNO**

**ICA 174-3**

**PROCEDIMENTOS  
PARA  
RESSARCIMENTO AO ERÁRIO**

**2014**

**MINISTÉRIO DA DEFESA  
COMANDO DA AERONÁUTICA  
CENTRO DE CONTROLE INTERNO DA AERONÁUTICA**



**CONTROLE INTERNO**

**ICA 174-3**

**PROCEDIMENTOS  
PARA  
RESSARCIMENTO AO ERÁRIO**

**2014**



**MINISTÉRIO DA DEFESA**  
**COMANDO DA AERONÁUTICA**  
**CENTRO DE CONTROLE INTERNO DA AERONÁUTICA**

PORTARIA CENCIAR Nº 15/CENCIAR-4, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2014.  
Protocolo COMAER nº 67022.001602/2013-20

Aprova a reedição da ICA 174-3 “Procedimentos para Ressarcimento ao Erário”, no âmbito do Comando da Aeronáutica.

**O CHEFE DO CENTRO DE CONTROLE INTERNO DA AERONÁUTICA**, no uso da competência que lhe confere o inciso III, do Art. 14 do Regulamento do Centro de Controle Interno da Aeronáutica (ROCA 21-91/2013), aprovado pela Portaria nº 1.203/GC3, de 5 de julho de 2013, e o Art. 6º da Portaria nº 2177/GC3, de 11 de dezembro de 2013, resolve:

Art. 1º Aprovar a reedição da ICA 174-3 "Procedimentos para Ressarcimento ao Erário".

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Maj Brig Int EURICO JORGE DE LIMA  
Chefe do CENCIAR

(Publicada no BCA nº 043, de 5 de março de 2014)



## SUMÁRIO

<b>1 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES .....</b>	<b>9</b>
1.1 <u>FINALIDADE</u> .....	9
1.2 <u>CONCEITUAÇÕES</u> .....	9
1.3 <u>ÂMBITO</u> .....	12
<b>2 PROCEDIMENTOS PARA RESSARCIMENTO AO ERÁRIO .....</b>	<b>13</b>
2.1 <u>IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL</u> .....	13
2.2 <u>QUANTIFICAÇÃO DO DANO</u> .....	13
2.3 <u>ATUALIZAÇÃO DO DANO</u> .....	13
2.4 <u>PROVIDÊNCIAS DAS UG</u> .....	14
<b>3 TERMO CIRCUNSTANCIADO ADMINISTRATIVO (TCA) .....</b>	<b>15</b>
3.1 <u>INSTAURAÇÃO</u> .....	15
3.2 <u>DESENVOLVIMENTO</u> .....	15
<b>4 PROCESSO ADMINISTRATIVO DE RESSARCIMENTO AO ERÁRIO (PARE)...</b>	<b>17</b>
4.1 <u>INSTAURAÇÃO E DESENVOLVIMENTO</u> .....	17
4.2 <u>DOCUMENTAÇÃO DO PARE</u> .....	18
<b>5 RESSARCIMENTO AO ERÁRIO .....</b>	<b>19</b>
5.1 <u>JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO</u> .....	19
5.2 <u>JUNTO À PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL</u> .....	19
<b>6 VALORES DE REFERÊNCIA .....</b>	<b>21</b>
6.1 <u>VALOR ATUALIZADO DO DANO INFERIOR OU IGUAL A R\$ 1.000,00 (MIL REAIS)</u> .....	21
6.2 <u>VALOR ATUALIZADO DO DANO SUPERIOR A R\$ 1.000,00 (MIL REAIS) E INFE- RIOR A R\$ 75.000,00 (SETENTA E CINCO MIL REAIS)</u> .....	21
6.3 <u>VALOR ATUALIZADO DO DANO IGUAL OU SUPERIOR A R\$ 75.000,00 (SETEN- TA E CINCO MIL REAIS)</u> .....	21
6.4 <u>ATUALIZAÇÃO DOS VALORES DE REFERÊNCIA</u> .....	21
<b>7 PARCELAMENTO DA DÍVIDA NA UG .....</b>	<b>23</b>
7.1 <u>DE MILITARES</u> .....	23
7.2 <u>DE SERVIDOR CIVIL</u> .....	23
7.3 <u>DAS CONDIÇÕES DO PARCELAMENTO</u> .....	23
7.4 <u>INADIMPLEMENTO DA DÍVIDA</u> .....	23
<b>8 REGISTROS .....</b>	<b>25</b>
8.1 <u>NO SIAFI</u> .....	25
8.2 <u>NO CADIN</u> .....	25
8.3 <u>ACOMPANHAMENTO</u> .....	25
<b>9 PROVIDÊNCIAS DO CENCIAR .....</b>	<b>27</b>
<b>10 DISPOSIÇÕES FINAIS .....</b>	<b>29</b>
10.1 <u>PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE TERCEIROS</u> .....	29
10.2 <u>ELABORAÇÃO DE PROCESSOS</u> .....	29
10.3 <u>RESPONSÁVEIS AUSENTES</u> .....	29
10.4 <u>SUBSTITUIÇÃO DE PUBLICAÇÃO</u> .....	29

<b>10.5 CASOS NÃO PREVISTOS .....</b>	<b>29</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>31</b>
<b>ANEXO A - NOTIFICAÇÃO .....</b>	<b>33</b>
<b>ANEXO B - TERMO DE RECONHECIMENTO DE DÍVIDA.....</b>	<b>35</b>
<b>ANEXO C - FICHA DE QUALIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL .....</b>	<b>36</b>
<b>ANEXO D - RELATÓRIO DO ENCARREGADO .....</b>	<b>37</b>
<b>ANEXO E - SOLUÇÃO DO COMANDANTE .....</b>	<b>38</b>
<b>ANEXO F - TERMO CIRCUNSTANCIADO ADMINISTRATIVO (TCA).....</b>	<b>39</b>
<b>ANEXO G - ACOMPANHAMENTO MENSAL DOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS ADOTADOS .....</b>	<b>41</b>
<b>ANEXO H – DEMONSTRATIVO MENSAL DE RESSARCIMENTO DE DANO AO ERÁRIO.....</b>	<b>42</b>
<b>ÍNDICE .....</b>	<b>43</b>

## **PREFÁCIO**

Diante da omissão no dever de prestar contas, da não comprovação da aplicação de recursos repassados pela União, da ocorrência de desfalque, alcance, desvio ou desaparecimento de recursos públicos, ou da prática de ato que resulte dano ao Erário, a autoridade competente deve, imediatamente, adotar medidas administrativas para a caracterização ou supressão do dano, observados os princípios norteadores dos processos administrativos.

Sobre o tema, há normativo próprio para a Tomada de Contas Especial (TCE), procedimento instaurado para débito igual ou superior ao valor de alçada estabelecido pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

Entretanto, a Administração ressentia-se da inexistência de orientações básicas sobre os procedimentos que conduzissem à recomposição do Erário, para débitos inferiores ao valor de alçada mencionado.

Com esta Instrução, pretende-se que os dirigentes máximos das Organizações Militares (OM) disponham de orientações adequadas à adoção de medidas administrativas eficazes para o ressarcimento do dano.

As medidas administrativas de ressarcimento de dano ao Erário iniciam-se de imediato, sob a responsabilidade do Comandante da UG, que envidará todos os esforços, por meio dos procedimentos previstos nesta Instrução para que o Erário seja recomposto do dano sofrido, sem prejuízo da existência de processos administrativos ou judiciais conexos como Sindicância, Processo Administrativo Disciplinar ou Inquérito Policial Militar.

Finalmente, esta ICA tem por finalidade oferecer orientações básicas sobre os procedimentos que conduzam à recomposição do Erário, uma vez que o regramento existente no Comando da Aeronáutica (COMAER) ressentia-se de uma atualização em face da criação do Centro de Controle Interno da Aeronáutica.

## **1 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

### **1.1 FINALIDADE**

Esta Instrução visa a regular os procedimentos a serem implementados pelos comandantes, agentes da administração e gestores em geral das organizações do COMAER, com vistas a preservar o Erário e reunir as condições necessárias e suficientes para que haja o devido ressarcimento dos prejuízos causados à Fazenda Nacional, em procedimentos de apuração instaurados pela Administração das UG do COMAER.

### **1.2 CONCEITUAÇÕES**

Para fins desta Instrução, as expressões e termos ora relacionados, advindos também de normas jurídicas, têm os significados que lhes seguem.

#### **1.2.1 AGENTE RESPONSÁVEL**

Todo aquele que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou responda por dinheiros, bens e valores públicos da União ou que, em seu nome, assuma obrigação de natureza pecuniária, bem como o gestor de quaisquer recursos repassados pela União, mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, a estados, ao Distrito Federal, a municípios, a entidades públicas e a organizações particulares.

#### **1.2.2 AMPLA DEFESA**

A Constituição Federal, em seu artigo 5º, inciso LV, assegura aos litigantes em geral, tanto na esfera administrativa quanto na judicial, o direito à defesa, com os meios a ela inerentes. Ao falar-se da ampla defesa, faz-se referência aos meios para tanto necessários, dentre eles, os de assegurar o acesso aos autos, possibilitar a apresentação de razões e documentos, produzir provas testemunhais ou periciais e conhecer os fundamentos e a motivação da decisão proferida. Consiste a ampla defesa na possibilidade de utilização, pelas partes, de todos os meios e recursos legais previstos para a defesa de seus interesses e direitos.

#### **1.2.3 CONTRADITÓRIO**

O contraditório é a própria exteriorização da ampla defesa, impondo a condução dialética do processo, pois a todo ato produzido pela acusação, caberá igual direito da defesa de oposição ou de apresentação de versão distinta, ou ainda, de fornecimento de interpretação jurídica diversa da que foi dada pelo autor.

#### **1.2.4 CASO FORTUITO E FORÇA MAIOR**

São os acontecimentos imprevisíveis e inevitáveis que se encontram fora do âmbito do domínio da vontade humana. Quando não há vontade humana, não há dolo nem culpa.

#### **1.2.5 COMANDANTE**

É a denominação genérica adotada nesta Instrução para a designação do dirigente máximo, chefe, diretor, secretário, presidente, prefeito ou reitor de organizações militares do COMAER, com autonomia administrativa (UG EXEC) e semi-autonomia administrativa (UG CRED).

### **1.2.6 CONDUTA COMISSIVA OU POR AÇÃO**

Ocorre quando o agente por um comportamento positivo pratica um ato que resulta efeitos jurídicos.

### **1.2.7 CONDUTA OMISSIVA**

Caracteriza-se por um comportamento negativo, isto é, abstenção de praticar um ato quando tinha a obrigação de fazê-lo.

### **1.2.8 CONDUTA DOLOSA**

Essa conduta apresenta-se quando o agente pratica o ato com intenção de atingir o resultado ou quando, a despeito de não objetivar alcançar determinado resultado, assume o risco deste vir a ocorrer.

### **1.2.9 CONDUTA CULPOSA**

A conduta culposa diz respeito a um modo de agir inadequado do gestor público e que venha a causar dano ao Erário. Nesse caso, não há a intenção do agente em praticar uma irregularidade ou ato não legal, mas por falta de cuidado objetivo imposto ao homem médio (parâmetro de diligência normal que se espera do gestor) nas mesmas circunstâncias acaba por gerar prejuízo ao Erário. Segundo a lei penal, considera-se crime culposos quando o agente deu causa ao resultado por imprudência, negligência ou imperícia. Já o Código Civil faz menção apenas às duas primeiras situações.

### **1.2.10 CULPA**

Caracteriza-se quando o agente, deixando de empregar a cautela, atenção, ou diligência ordinária, ou especial, a que estava obrigado em face das circunstâncias, não prevê o resultado que podia prever ou, prevendo-o, supõe levianamente que não se realizaria ou que poderia evitá-lo. A conduta culposa pode se exteriorizar sob três formas: negligência, imprudência e imperícia.

### **1.2.11 DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO (DAU)**

A Dívida Ativa da União é composta por todos os créditos desse ente, sejam eles de natureza tributária ou não-tributária, regularmente inscritos pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), depois de esgotado o prazo fixado para pagamento, pela lei ou por decisão proferida em processo regular.

### **1.2.12 DOLO**

É a consciência e vontade de causar um resultado ilícito ou de assumir o risco de produzi-lo.

### **1.2.13 INQUÉRITO POLICIAL MILITAR (IPM)**

É a apuração de fato e de sua autoria, que, nos termos legais, configure crime de natureza militar. Tem caráter de instrução provisória, cuja finalidade é a de ministrar elementos necessários à propositura da ação penal.

#### **1.2.14 NEXO DE CAUSALIDADE (ENTRE A CONDUTA E O DANO)**

Evidências de que a conduta do responsável contribuiu significativamente para o resultado ilícito, ou seja, de que foi uma das causas do resultado.

#### **1.2.15 ÓRGÃOS DE ORIGEM**

São quaisquer órgãos que apurem a existência de débito perante a União e que necessite de inscrição na Dívida Ativa da União (DAU), junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN). Para efeito desta Instrução, consideram-se órgãos de origem as unidades gestoras do COMAER, cuja responsabilidade primária é de seu Comandante.

#### **1.2.16 PROCESSO**

É o conjunto de documentos oficialmente reunidos no decurso de uma ação administrativa ou judicial que constitui uma unidade de arquivamento. Este conjunto de documentos exige um estudo mais detalhado, bem como procedimentos expressos por despachos, pareceres técnicos, anexos ou, ainda, instruções para pagamento de despesas; assim, o documento é protocolado e autuado pelos órgãos autorizados a executar tais procedimentos.

#### **1.2.17 PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR (PAD)**

O Processo Administrativo Disciplinar é o instrumento destinado a apurar responsabilidade de servidor por infração praticada no exercício de suas atribuições, ou que tenha relação com as atribuições do cargo em que se encontre investido.

#### **1.2.18 PROCESSO ADMINISTRATIVO DE GESTÃO (PAG)**

O Processo Administrativo de Gestão é o instrumento utilizado pela Administração para disciplinar o trâmite interno da documentação referente à execução orçamentária, financeira e patrimonial dos recursos da UG e deverá ser organizado de conformidade com as regras estabelecidas na ICA 10-1 Correspondência e Atos Oficiais do Comando da Aeronáutica (ICAER).

#### **1.2.19 PROCESSO ADMINISTRATIVO DE RESSARCIMENTO AO ERÁRIO (PARE)**

Conjunto de procedimentos administrativos, ordenados e formalizados, que tem por finalidade permitir a recomposição de valores devidos, quando ficar constatado prejuízo à Fazenda Nacional sem que tenha havido o correspondente ressarcimento.

#### **1.2.20 TERMO CIRCUNSTANCIADO ADMINISTRATIVO (TCA)**

Instrumento de apuração, regulado pela Instrução Normativa CGU nº 04, de 17 de fevereiro de 2009, utilizado em casos de extravio ou dano a bem público, que implicar em prejuízo de pequeno valor, aquele cujo preço de mercado para aquisição ou reparação do bem extraviado ou danificado seja igual ou inferior ao limite estabelecido como de licitação dispensável, nos termos do art. 24, inciso II, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

#### **1.2.21 TOMADA DE CONTAS ESPECIAL (TCE)**

A Tomada de Contas Especial é um processo administrativo excepcional de natureza indenizatória e sancionatória, cuja finalidade é continuar a persecução do ressarcimento

pelo agente público e de seus solidários ou representantes legais, que deram causa a prejuízo à Fazenda Pública, por irregularidades na aplicação, guarda ou perda dos recursos federais, financeiros ou patrimoniais ou por omissão no dever de prestar contas, sendo devidamente formalizado, com rito próprio, instaurado regularmente no órgão ou entidade lesada e instruído inicialmente pelo tomador de contas para envio à certificação do órgão de controle interno e ao julgamento pelo Tribunal de Contas da União, o qual poderá condenar, por meio do respectivo acórdão com força de título executivo extrajudicial, o responsável ao ressarcimento do débito e aplicar-lhe sanções, inclusive pecuniária.

#### **1.2.22 UNIDADE ADMINISTRATIVA**

É a Organização Militar (OM), ou fração de OM, encarregada, por atos legais, da gerência de patrimônio e de recursos creditícios ou financeiros a ela especificamente atribuídos, no todo ou em parte.

#### **1.2.23 UNIDADE GESTORA (UG)**

É a denominação genérica de Unidade Administrativa, adotada nesta Instrução para a designação das organizações militares do COMAER.

#### **1.2.24 UNIDADE GESTORA EXECUTORA (UG EXEC)**

É a Unidade Administrativa que gerencia e processa recursos creditícios e ou financeiros e realiza atos de gestão patrimonial.

#### **1.2.25 UNIDADE GESTORA CREDORA (UG CRED)**

É a Unidade Administrativa que gerencia recursos creditícios, mas não os processa, podendo, em certos casos, processá-los até a fase de licitação da despesa.

### **1.3 ÂMBITO**

A presente Instrução aplica-se a todas as Unidades Gestoras do Comando da Aeronáutica.

## **2 PROCEDIMENTOS PARA RESSARCIMENTO AO ERÁRIO**

### **2.1 IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL**

Na ocorrência de fatos de qualquer natureza que contenham indícios de prejuízos à Fazenda Nacional, quando não identificados de imediato o responsável e o valor do dano, os procedimentos iniciais para a identificação destes, com vistas ao ressarcimento ao Erário, desenvolver-se-ão mediante instauração de Sindicância, de Inquérito Policial Militar (IPM) e de Processo Administrativo Disciplinar (PAD), de acordo com a respectiva legislação e com o previsto nesta Instrução.

As auditorias e as perícias contábeis podem ser utilizadas como instrumentos auxiliares ou complementares para a apuração e levantamento de informações necessárias ao processo investigatório.

### **2.2 QUANTIFICAÇÃO DO DANO**

O dano causado ao Erário, também chamado de débito para fins de ressarcimento, é o valor original ou histórico do prejuízo monetarizado por meio de verificação, estimativa e presunção.

a) Verificação - quando for possível quantificar com exatidão o real valor devido.

b) Estimativa - quando, por meios confiáveis, apurar-se quantia que seguramente não excederia o real valor devido.

c) Presunção - nos casos de omissão no dever de prestar contas e da não comprovação da boa e regular aplicação dos recursos transferidos presume-se o valor do débito pelo total dos recursos transferidos.

### **2.3 ATUALIZAÇÃO DO DANO**

O valor do dano causado ao Erário será atualizado monetariamente e os juros moratórios incidentes calculados a partir da data de ocorrência do dano.

Na atualização do dano para fins de ressarcimento ao Erário, a UG utilizará o Sistema Débito do TCU.

O Sistema Débito é um “software” disponibilizado no sítio do Tribunal de Contas da União, na Internet, (Acórdão nº 1.603 - TCU - Plenário, de 15/06/2011, com nova redação dada pelo Acórdão nº 1.247/2012 - TCU - Plenário, de 23/05/2012), que tem por finalidade a atualização monetária de débitos devidos à Fazenda Nacional.

Se a restituição ao Erário, no âmbito da Administração, de importâncias indevidamente recebidas pelo servidor se mostra obrigatória, por não atender todas as condições exigidas para a dispensa da devolução (boa-fé do beneficiário; não participação deste para a concessão da vantagem impugnada; dúvida plausível sobre a interpretação, validade ou incidência da norma infringida; e interpretação razoável, embora errônea, da lei pela Administração), mas reconhecida a boa-fé do servidor, pode-se dispensar a incidência de juros de mora, aplicando-se tão somente a atualização monetária sobre o valor devido, por analogia ao art. 12, § 2º, da Lei nº 8.443/92, a saber:



§ 2º Reconhecida pelo Tribunal a boa-fé, a liquidação tempestiva do débito atualizado monetariamente sanará o processo, se não houver sido observada outra irregularidade nas contas.

Caso haja parcelamento da dívida, incidirá juros de mora sobre as parcelas de ressarcimento (Acórdão TCU Nº 2880/2013-Plenário).

Quando o valor atualizado do dano for igual ou superior ao de alçada, estabelecido no art. 6º, inciso I, da Instrução Normativa – TCU Nº 71, de 28 de novembro de 2012, atualmente no valor de R\$ 75.000,000, e não for ressarcido, o encarregado do procedimento administrativo instaurado deverá assessorar o Comandante da UG no sentido de solicitar a instauração de TCE ao ODGSA ao qual esteja subordinado.

## **2.4 PROVIDÊNCIAS DAS UG**

Nos casos de instauração de instrumentos administrativos (Sindicância, IPM ou PAD), para a identificação do responsável e quantificação do dano, o Comandante da UG, de imediato, via ofício circunstanciado, comunicará ao CENCIAR e ao respectivo ODGSA o número do ato administrativo de instauração, o motivo determinante, o tipo de procedimento e o prazo para conclusão.

Após a adoção das medidas administrativas pertinentes à identificação do responsável e à quantificação do dano (Sindicância, IPM ou PAD), e caso estas não tenham logrado êxito na obtenção do ressarcimento, o Comandante da UG, de imediato, via ofício circunstanciado, comunicará ao CENCIAR e ao respectivo ODGSA a abertura do PARE ou do TCA e o prazo para conclusão.

No caso de encaminhamento do PARE à PGFN, o Comandante deverá comunicar, de imediato, ao CENCIAR e ao respectivo ODGSA.

No caso de TCE, o Comandante solicitará a instauração ao respectivo ODGSA e comunicará ao CENCIAR.

As informações relativas aos procedimentos administrativos implantados na UG constarão do Acompanhamento Mensal dos Procedimentos Administrativos Adotados (Anexo G), atualizados mensalmente pelo Agente de Controle Interno da UG onde foi instaurado o procedimento, até o completo deslinde dos procedimentos de apuração e de ressarcimento total do débito, ou da imputação do prejuízo à União, independentemente da movimentação de seu responsável, de sua vinculação à UG, de sua transferência para a inatividade ou de sua demissão.

O Acompanhamento Mensal dos Procedimentos Administrativos Adotados, sob a responsabilidade do Agente de Controle Interno, obedecerá os mesmos prazos de arquivamento previstos para os Processos Administrativos de Gestão (PAG).

A UG informará ao CENCIAR e ao respectivo ODGSA o encerramento dos procedimentos instaurados para apurar indícios de irregularidades causadoras de dano ao Erário, Sindicância, PAD, IPM, PARE e TCA, exceto a TCE que deverá ser informada ao CENCIAR pelo ODGSA.

### **3 TERMO CIRCUNSTANCIADO ADMINISTRATIVO (TCA)**

#### **3.1 INSTAURAÇÃO**

Em caso de extravio ou de dano causado a bem público, que implicar em prejuízo de pequeno valor, aquele cujo preço de mercado para aquisição ou reparação do bem extraviado ou danificado seja igual ou inferior ao limite estabelecido como de licitação dispensável, nos termos do art. 24, inciso II, da Lei nº 8.666/93, e desde que identificado o responsável e caracterizada a inexistência de conduta dolosa, é facultado ao Comandante da UG instaurar o Termo Circunstanciado Administrativo (Anexo F) para apurar o fato.

#### **3.2 DESENVOLVIMENTO**

O TCA poderá ser lavrado pelo chefe do setor responsável pela guarda dos bens e materiais ou, caso este tenha envolvimento com os fatos, pelo seu superior hierárquico imediato. Todavia, em quaisquer circunstâncias, a designação do responsável pela lavratura do TCA será de responsabilidade do Comandante, com formalização em Boletim Interno da UG.

O TCA deverá conter, necessariamente, a Ficha de Qualificação do Responsável (Anexo C) e a descrição sucinta dos fatos que acarretaram o extravio ou o dano do bem, assim como o Parecer Conclusivo do responsável pela sua lavratura.

Quando for o caso, as perícias e os laudos técnicos cabíveis deverão ser juntados aos autos do TCA pelo responsável pela sua lavratura.

O responsável (servidor público ou militar) indicado no TCA como envolvido nos fatos em apuração poderá, no prazo de cinco dias, se manifestar nos autos do processo, bem como juntar ao processo os documentos que achar pertinentes.

O prazo previsto no parágrafo anterior poderá ser prorrogado por igual período, mediante comprovada justificação do responsável indicado.

Concluído o TCA, o encarregado por sua lavratura o encaminhará ao Comandante para o julgamento deste.

Verificado que o dano, ou o extravio de bem público, resultou de conduta culposa do agente, o encerramento do TCA dar-se-á com o ressarcimento ao Erário do valor correspondente ao prejuízo apurado, efetuado pelo militar ou servidor público causador daquele fato. O ressarcimento do dano apurado no TCA realizar-se-á por meio de (a):

- a) recolhimento do valor devido diretamente ao Banco do Brasil, mediante emissão de Guia de Recolhimento da União (GRU);
- b) desconto em folha de pagamento;
- c) entrega de um bem de características iguais ou superiores ao danificado ou extraviado; ou
- d) prestação de serviço que restitua o bem danificado às suas condições de operacionalidade anteriores.

As orientações quanto ao preenchimento da GRU referente ao ressarcimento mencionado na letra “a” do parágrafo anterior constam do Módulo 3 do MCA 172-3 digital, da SEFA.

Não havendo o ressarcimento, a apuração de responsabilidade será realizada por meio de PARE.

É vedada a utilização do TCA quando o extravio ou o dano causado ao bem público apresentar indícios de conduta dolosa do responsável causador do evento apurado. Neste caso, aplica-se o PARE, independente das medidas de ordem disciplinar e criminal pertinentes.

## **4 PROCESSO ADMINISTRATIVO DE RESSARCIMENTO AO ERÁRIO (PARE)**

### **4.1 INSTAURAÇÃO E DESENVOLVIMENTO**

Para efeito de aplicação da presente Instrução, entende-se como Processo Administrativo de Ressarcimento ao Erário (PARE) o conjunto de ações realizadas com vistas a:

a) possibilitar a elucidação dos fatos, a apuração de responsabilidades, a quantificação do dano e/ou as diligências adicionais, quando a Sindicância, o PAD, o IPM e o TCA não foram suficientes para o efetivo ressarcimento;

b) proporcionar, no âmbito do processo, o exercício da ampla defesa e o contraditório; e

c) ressarcir o Erário, quando constatado prejuízo à Fazenda Nacional sem o devido ressarcimento pelos meios administrativos mencionados na letra “a”.

Na apuração de fatos causadores de dano à Fazenda Nacional mediante Sindicância, quando aplicável, e desde que proporcionada a ampla defesa e o contraditório ao responsável identificado e restem plenamente caracterizados o valor do dano, o responsável, o nexo de causalidade e as respectivas notificações de cobrança, este procedimento administrativo (Sindicância) pode substituir o PARE. Caso o Comandante da UG julgar necessário aprofundar a apuração, deverá instaurar o PARE.

A designação do encarregado ou comissão do PARE será de responsabilidade do Comandante, com formalização em Boletim Interno da UG.

O prazo para a realização do PARE será de até 60 (sessenta) dias corridos, contados da data de sua instauração.

É facultado ao Comandante prorrogar o prazo de que trata o parágrafo anterior, em até 30 dias, desde que solicitado pelo encarregado do processo e com a devida justificativa.

Com base nos autos do processo, o encarregado notificará o responsável, conforme modelo constante do Anexo A, para que este recolha o valor do dano causado ao Erário, ou apresente as alegações de defesa, no prazo de 15 (quinze) dias corridos.

Após a apreciação das alegações de defesa e do contraditório apresentadas pelo responsável e a análise das provas juntadas aos autos, o encarregado do PARE emitirá o Relatório do Encarregado, de acordo com o disposto no Anexo D, desta Instrução.

De posse do Relatório do Encarregado, o Comandante, no prazo de 5 (cinco) dias, dará a solução ao PARE instaurado.

O encerramento do PARE dar-se-á com o ressarcimento ao Erário do valor correspondente ao prejuízo apurado, efetuado pelo militar ou servidor público causador daquele fato. O ressarcimento do dano apurado no PARE realizar-se-á por meio de:

a) recolhimento do valor devido diretamente ao Banco do Brasil, mediante emissão de Guia de Recolhimento da União (GRU);

b) desconto em folha de pagamento;

c) entrega de um bem de características iguais ou superiores ao danificado ou extraviado; ou

d) prestação de serviço que restitua o bem danificado às suas condições de operacionalidade anteriores.

#### **4.2 DOCUMENTAÇÃO DO PARE**

O PARE deverá ser composto dos documentos a seguir relacionados, na seguinte ordem:

a) Capa, contendo:

- identificação da UG;
- número de identificação do PARE; e
- fato que deu origem ao processo.

b) Cópia da publicação da designação do encarregado (ou comissão) do PARE no Boletim Interno da UG;

c) Cópias do relatório e da solução da Sindicância ou de outra medida administrativa que tenha dado origem à abertura do PARE;

d) Ficha de Qualificação do Responsável (Anexo C), indicando:

- nome completo;
- número do CPF;
- endereço residencial, profissional e número de telefone; e
- cargo, função e matrícula ou identidade.

e) Demonstrativo Financeiro de Débito, contendo:

- valor original do dano;
- origem e data da ocorrência;
- parcelas recolhidas e respectivas datas de recolhimento, se for o caso; e
- desdobramento do débito em principal, variação monetária e juros.

f) Cópia da Notificação de Cobrança (Anexo A);

g) Termo de Reconhecimento de Dívida (Anexo B), se for o caso;

h) Documento(s) apresentado(s) pelo(s) responsável (eis) durante a fase da realização da ampla defesa e do contraditório, se for o caso; e demais documentos que se fizerem necessários;

i) Relatório do Encarregado (Anexo D); e

j) Solução do Comandante (Anexo E).

O Demonstrativo Financeiro de Débito, citado na letra “e”, será elaborado em conformidade com os procedimentos constantes do item 2.3 - Atualização do Dano, desta Instrução.

## **5 RESSARCIMENTO AO ERÁRIO**

### **5.1 JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO**

Esgotadas as medidas administrativas para ressarcimento ao Erário, sem o êxito desejado, e quando o valor atualizado do dano for igual ou superior ao de alçada, compete ao TCU julgar as contas daqueles que derem causa à perda, extravio ou outra irregularidade com dano ao Erário.

Neste caso, o Comandante encaminhará o processo ao ODGSA ao qual se encontra subordinado e solicitará a instauração de TCE, observadas as normas pertinentes emanadas pelo TCU.

### **5.2 JUNTO À PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL**

Esgotadas as medidas administrativas para ressarcimento ao Erário sem o êxito desejado, e desde que o valor a ser ressarcido seja maior do que R\$ 1.000,00, e menor do que o valor de alçada previsto para instauração de TCE, compete à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), órgão de direção superior da Advocacia-Geral da União (AGU), dentre outras atribuições a apuração, a inscrição e a cobrança dos créditos devidos à Fazenda Nacional.

Neste caso, o Comandante encaminhará o processo à PGFN, observadas as normas pertinentes emanadas da AGU e da própria PGFN.

O Ministério da Fazenda, por meio da Portaria MF nº 75, de 22 de março de 2012, em seu art. 1º, Inciso I, estabeleceu valor superior a R\$ 1.000,00 como limite mínimo para a inscrição de crédito público. Este valor refere-se à totalidade da dívida de um mesmo devedor a ser encaminhado para inscrição na Dívida Ativa da União (DAU).

De acordo com a legislação mencionada no parágrafo anterior, as UG têm o prazo de até 90 dias, depois de finalizada a apuração dos créditos devidos à União, para encaminhá-los à PGFN.

A Unidade da PGFN responsável pela inscrição do crédito é aquela que possui competência territorial pelo município de domicílio do agente devedor. A lista das unidades regionais da PGFN poderá ser consultada no endereço: <http://www.pgfn.gov.br>. O encaminhamento dos créditos, em menor tempo possível, é essencial para a eficiência da cobrança a ser efetivada pela PGFN.

Caberá a inscrição na DAU quando:

- a) ficar comprovada a responsabilidade do agente causador do dano e este se negar a efetuar o ressarcimento;
- b) houver o reconhecimento da dívida pelo agente responsável e não for possível implantar ou continuar o desconto em folha de pagamento a pessoal (contracheque); ou
- c) houver atraso superior a três meses no pagamento, consecutivos ou não.

No caso do COMAER, as UG, consideradas órgãos de origem, deverão encaminhar à PGFN toda a documentação original relativa à constituição do crédito a ser inscrito na DAU, de forma a comprovar a ocorrência das situações mencionadas no parágrafo anterior. A partir de então, a UG não poderá mais cobrar o crédito, nem receber pagamentos a ele relativos.

Juntamente com toda a documentação relativa à constituição do Crédito Público, o órgão de origem (UG do COMAER) deverá elaborar e encaminhar à PGFN o Demonstrativo de Débito correspondente a cada um dos agentes devedores. Este documento deverá ser assinado pelo responsável pela sua elaboração, e deverá conter, além de outras informações, os seguintes dados exigidos pelo art. 2º, da Lei nº 6.830/80:

- a) identificação do agente devedor, com nome completo, número de CPF ou CNPJ e seu domicílio;
- b) memória de cálculo do valor originário da dívida, bem como a data de seu vencimento;
- c) a indicação, se for o caso, de estar a dívida sujeita à atualização monetária, juros de mora e demais encargos previstos em lei ou contrato, bem como o respectivo fundamento legal, a forma de cálculo e o termo inicial para contagem;
- d) a origem, a natureza e o fundamento legal ou contratual da dívida; e
- e) o número do processo administrativo.

No caso da Sindicância, a inscrição na DAU também poderá ser realizada desde que o processo, como um todo, contenha toda a documentação exigida no PARE.

## **6 VALORES DE REFERÊNCIA**

### **6.1 VALOR ATUALIZADO DO DANO INFERIOR OU IGUAL A R\$ 1.000,00 (MIL REAIS)**

a) se o responsável reconhecer a dívida, por meio de assinatura no Termo de Reconhecimento de Dívida (Anexo B), o recolhimento do valor devido ou a substituição ou reparo do bem, observará o disposto no item 3.1, letras de “a” a “d”, desta Instrução;

b) se o responsável não reconhecer a dívida, observado o previsto quanto à atualização monetária, o Comandante remeterá o processo (PARE) à PGFN, nos termos do item 5.2 desta Instrução, para Inscrição na DAU, quando o valor da dívida superar o limite de R\$ 1.000,00.

### **6.2 VALOR ATUALIZADO DO DANO SUPERIOR A R\$ 1.000,00 (MIL REAIS) E INFERIOR A R\$ 75.000,00 (SETENTA E CINCO MIL REAIS)**

a) se o responsável reconhecer a dívida, por meio de assinatura no Termo de Reconhecimento de Dívida (Anexo B), o recolhimento do valor devido ou a substituição ou reparo do bem, observará o disposto no item 3.1, letras de “a” a “d”, desta Instrução,

b) se o responsável não reconhecer a dívida, o Comandante da UG remeterá o processo (PARE) à PGFN, nos termos do item 5.2 desta Instrução, para Inscrição na DAU.

### **6.3 VALOR ATUALIZADO DO DANO IGUAL OU SUPERIOR A R\$ 75.000,00 (SETENTA E CINCO MIL REAIS)**

a) se o responsável reconhecer a dívida, por meio de assinatura no Termo de Reconhecimento de Dívida (Anexo B), o recolhimento do valor devido ou a substituição ou reparo do bem, observará o disposto no item 3.1, letras de “a” a “d”, desta Instrução;

b) se o responsável não reconhecer a dívida, o Comandante remeterá o processo (PARE) ao respectivo ODGSA, com a solicitação de instauração de TCE, em obediência ao disposto na Portaria nº 2177/GC3, de 11 de dezembro de 2013, publicada no Boletim do Comando da Aeronáutica nº 239, de 13 de dezembro de 2013.

### **6.4 ATUALIZAÇÃO DOS VALORES DE REFERÊNCIA**

A alteração dos valores de referência citados nesta Instrução cabe ao TCU e à PGFN, em normativos próprios.





## **7 PARCELAMENTO DA DÍVIDA NA UG**

### **7.1 DE MILITARES**

O valor a ser ressarcido poderá ser parcelado por meio de desconto em folha de pagamento, observado o disposto no § 3º do art. 14 e inciso V do art. 15, ambos da Medida Provisória nº 2.212/2001 (Lei de Remuneração dos Militares) e na Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002 (CADIN), em especial os arts. 10, 11, 13, 14-B e 37-B.

### **7.2 DE SERVIDOR CIVIL**

O valor a ser ressarcido poderá ser parcelado por meio de desconto em folha de pagamento, observado o disposto no art. 46 e 47, e §1º do art. 122, tudo da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 (Estatuto do Servidor Público Federal) e na Lei Nº 10.522, de 19 de julho de 2002 (CADIN), em especial os arts. 10, 11, 13, 14-B e 37-B.

### **7.3 DAS CONDIÇÕES DO PARCELAMENTO**

No caso de pedido de parcelamento, faz-se necessário celebrar o Termo de Reconhecimento de Dívida (Anexo B) ou instrumento equivalente, fixando-se os encargos financeiros devidos, os valores das parcelas e seus respectivos vencimentos.

O cálculo do valor das parcelas de ressarcimento de dano ao Erário obedecerá exigências para a quitação de débitos para com a Fazenda Nacional (Dívida Ativa), conforme previsto no art. 13, da Lei nº 10.522/2002 (Lei do CADIN).

No caso de parcelamento em folha de pagamento de pessoal, o ajuste final das contas será realizado por ocasião do pagamento da última parcela, utilizando-se para a realização do cálculo da dívida remanescente o Sistema Débito do TCU, disponível no endereço <http://www.tcu.gov.br>.

O recolhimento das parcelas será rigorosamente acompanhado pelo Setor de Controle Interno da UG por meio do Anexo H.

A elaboração do Anexo H é da responsabilidade do Gestor de Finanças da UG e deverá ser baseado nas informações constantes do Termo de Reconhecimento de Dívida (Anexo B).

### **7.4 INADIMPLEMENTO DA DÍVIDA**

Em caso de inadimplemento, o montante devido será inscrito na Dívida Ativa da União. Se o montante devido for igual ou maior que o valor de alçada estabelecido pelo TCU, instaurar-se-á a Tomada de Contas Especial.

A atualização da dívida, no caso de inadimplemento, relatado no parágrafo anterior, realizar-se-á no sítio do TCU, utilizando-se o Sistema Débito, disponível no endereço <http://www.tcu.gov.br>.



## **8 REGISTROS**

### **8.1 NO SIAFI**

Quando o valor atualizado do dano apurado for igual ou superior ao valor de alçada (TCU), o órgão instaurador da TCE (ODGSA) deverá solicitar à Subsecretaria de Contabilidade da SEFA que efetue, no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), o registro contábil do responsável pelo débito apurado ou, quando for o caso, a baixa contábil pelo recebimento ou extinção do débito.

Quando o valor atualizado do dano apurado for inferior ao valor de alçada (TCU), a UG que realizou o procedimento de apuração solicitará à Subsecretaria de Contabilidade da SEFA que efetue, no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), o registro contábil do responsável pelo débito apurado nas seguintes hipóteses:

- a) quando o responsável pelo dano não se prontificar a efetuar o ressarcimento do valor apurado; e
- b) quando a conclusão do ressarcimento ultrapassar o exercício financeiro em que foi apurado o débito.

Na ocasião do recebimento ou extinção do débito, a UG que realizou o procedimento de apuração solicitará à Subsecretaria de Contabilidade da SEFA a baixa contábil do responsável no SIAFI.

### **8.2 NO CADIN**

Para as situações em que for necessária a inscrição no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (CADIN), de acordo com a Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002 e a Portaria STN nº 685, de 14 de setembro de 2006, a UG observará o disposto no Módulo 18.2, do MCA 172-3 (digital) da SEFA.

### **8.3 ACOMPANHAMENTO**

O ODGSA e a UG deverão acompanhar e controlar todos os procedimentos de apuração e de ressarcimento total do débito, ou da imputação do prejuízo à União, independentemente da movimentação de seu responsável, de sua vinculação à UG, de sua transferência para a inatividade ou de sua demissão até o seu completo deslinde, informando ao CENCIAR e à SEFA/SUCONT para que esta atualize os registros constantes do SIAFI e do CADIN.

O ODGSA deverá registrar no Relatório de Gestão as medidas adotadas em caso de dano ao Erário, em acordo com normativo do Tribunal de Contas da União que dispõe sobre o assunto.



## **9 PROVIDÊNCIAS DO CENCIAR**

O CENCIAR, quando solicitado, orientará as UG envolvidas no que se refere à execução dos procedimentos utilizados na apuração de dano causado ao Erário, constantes desta Instrução.

Cabe ao CENCIAR o controle dos processos referentes à apuração de dano causado ao Erário no âmbito do COMAER.



## **10 DISPOSIÇÕES FINAIS**

### **10.1 PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE TERCEIROS**

Quando na apuração de dano causado ao Erário constatar-se a participação exclusiva de terceiros, pessoa física ou jurídica, as medidas de ressarcimento realizar-se-ão na UG, por meio de PARE, sem prejuízo da existência de processos administrativos ou judiciais conexos, sindicância ou IPM, conforme o caso.

### **10.2 ELABORAÇÃO DE PROCESSOS**

Na elaboração e ou montagem dos processos mencionados nesta Instrução, aplicar-se-á os procedimentos estabelecidos na ICA 10-1/2010 (ICAER).

Ressalte-se que não há impedimento para se aplicar subsidiariamente dispositivos da Lei nº 9.784/1999 - Lei do Processo Administrativo (LPA), sobretudo nos procedimentos a cargo do encarregado do PARE, do responsável pela lavratura do TCA, do tomador de contas especial ou da Comissão de TCE, naquilo que não contrariar as normas específicas de TCE, do PARE ou do TCA.

### **10.3 RESPONSÁVEIS AUSENTES**

O procedimento para notificação de responsáveis por dano causado ao Erário, considerados ausentes ou com endereço indefinido, será efetuada por meio de publicação no Diário Oficial da União.

### **10.4 SUBSTITUIÇÃO DE PUBLICAÇÃO**

A presente Instrução substitui a ICA 174-3 aprovada pela Portaria SEFA nº 43/ANAJ, de 3 de junho de 2013, publicada no BCA nº 110, de 12 JUN 2013, fl. nº 4916.

### **10.5 CASOS NÃO PREVISTOS**

Os casos não previstos nesta Instrução serão submetidos à apreciação do Chefe do Centro de Controle Interno da Aeronáutica.





## REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Atualizada até a Emenda Constitucional nº 76, de 28 nov. 2013. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)>. Acesso em: 21 jan. 2014.

\_\_\_\_\_. Controladoria Geral da União. Instrução Normativa CGU Nº 04, de 17 de fevereiro de 2009. Dispõe sobre o Termo Cicunstanciado Administrativo (TCA). **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 18 fev. 2009. Disponível em: <<http://www.cgu.gov.br/Legislacao/InstrucoesNormativas.asp>>. Acesso em: 15 maio 2013.

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei nº 147, de 3 de fevereiro de 1967. Dispõe sobre a nova Lei Orgânica à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (P.G.F.N.). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 8 set. 1969. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del0147.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0147.htm)>. Acesso em: 15 maio 2013.

\_\_\_\_\_. Lei 5.869, de 11 de janeiro de 1973. Código de Processo Civil. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 17 jan. 1973. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/15869compilada.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15869compilada.htm)>. Acesso em: 15 maio 2013.

\_\_\_\_\_. Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993. Institui a Lei Orgânica da Advocacia-Geral da União e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 11 fev. 1993. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp73.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp73.htm)>. Acesso em: 15 maio 2013.

\_\_\_\_\_. Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964. Dispõe sobre as Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 mar. 1964. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l4320.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4320.htm)>. Acesso em: 15 maio 2013.

\_\_\_\_\_. Lei nº 6.830, de 22 de setembro de 1980. Dispõe sobre a cobrança judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 24 set. 1980. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l6830.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6830.htm)>. Acesso em: 15 maio 2013.

\_\_\_\_\_. Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992. Dispõe sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 17 jul. 1992. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L8443.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8443.htm)>. Acesso em: 21 jan. 2014.

\_\_\_\_\_. Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 22 jun. 1993. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8666cons.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8666cons.htm)>. Acesso em: 15 maio 2013.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999. Regula o Processo Administrativo no âmbito da Administração Pública Federal. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 1 fev. 1999. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9784.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9784.htm)>. Acesso em: 15 maio 2013.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. RICA 21-242, de 1º de agosto de 2013. **Regimento Interno do Centro de Controle Interno da Aeronáutica**. Disponível em: <<http://www.cenciar.aer.mil.br>>.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. ROCA 21-91, de 5 de julho de 2013. **Regulamento do Centro de Controle Interno da Aeronáutica**. Disponível em: <<http://www.cenciar.aer.mil.br>>.

\_\_\_\_\_. Ministério da Fazenda. Portaria MF nº 75, de 22 de março de 2012. Dispõe sobre a inscrição de débitos fiscais na Dívida Ativa da União e para o ajuizamento das execuções fiscais pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 29 mar. 2012. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/Portarias/2012/MinisteriodaFazenda/portmf075.htm>>. Acesso em: 15 maio 2013.

\_\_\_\_\_. Tribunal de Contas da União. Instrução Normativa TCU N° 71 de 28 de novembro de 2012. Dispõe sobre a instauração, a organização e o encaminhamento ao Tribunal de Contas da União dos processos de tomada de contas especial. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 6 dez. 2012. Disponível em: <[http://portal2.tcu.gov.br/portal/page/portal/TCU/comunidades/contas/tce/legislacao\\_aplicavel](http://portal2.tcu.gov.br/portal/page/portal/TCU/comunidades/contas/tce/legislacao_aplicavel)>. Acesso em: 15 maio 2013.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Tomada de Contas Especial de Transferências de Recursos Federais: Instauração -- 2.ed. – Brasília : Instituto Serzedello Corrêa, Brasília, DF, 2011. Disponível em: <[http://portal2.tcu.gov.br/portal/page/portal/TCU/comunidades/contas/tce/legislacao\\_aplicavel](http://portal2.tcu.gov.br/portal/page/portal/TCU/comunidades/contas/tce/legislacao_aplicavel)>. Acesso em: 15 maio 2013.

FERNANDES, Ulisses Jacoby. **Tomada de Contas Especial**: Processo e Procedimento nos Tribunais de Contas na Administração Pública. 4. ed. Brasília: Jurídica, 2009.

## Anexo A - Notificação

MINISTÉRIO DA DEFESA  
COMANDO DA AERONÁUTICA  
UG

## NOTIFICAÇÃO

Notificação nº / (ano)

Local, data

Sr. (Responsável)

CPF:

Endereço:

1. Em cumprimento ao disposto na ICA 174-3/2014, fica Vossa Senhoria **notificada**, pelo presente documento, para, no prazo de até 15 (quinze) dias corridos, contados da aposição do seu ciente, sob pena de possível cobrança executiva, recolher ao Tesouro Nacional a importância de R\$ ... (...). O referido valor é válido para pagamento até o dia de \_\_\_\_\_ (prazo de 30 dias contados da data de notificação).

2. Informo a Vossa Senhoria que o referido débito, que lhe foi imputado, é decorrente de irregularidades apuradas em ... (Sindicância, IPM, PAD, TCA ou PARE).

3. Informo, ainda, a Vossa Senhoria que, havendo o reconhecimento da dívida, mediante a assinatura do respectivo termo, esta poderá ser objeto de parcelamento de acordo com o previsto em legislação específica.

4. A segunda via da presente notificação, com o seu ciente, devidamente datada, com a confirmação de seu endereço atual, do número de sua identidade e do seu CPF, deverá ser restituída a esta Unidade Gestora, para a adoção das medidas decorrentes.

5. Caso Vossa Senhoria ou o seu bastante procurador (neste caso apresentar e anexar documento de procuração) não queira assinar a presente notificação, esta será lida de inteiro teor, na presença de 02 (duas) testemunhas.

6. Esta notificação independe de eventual processo criminal que possa estar em tramitação na Justiça Militar.

---

Responsável pela execução da Notificação

**Continuação do Anexo A - Notificação**

Notificado: \_\_\_\_\_

Endereço completo: \_\_\_\_\_

Nº da identidade/CPF: \_\_\_\_\_

Local e data: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

Notificado ou Procurador habilitado

1ª Testemunha	
A notificação foi lida, de inteiro teor, na presença do ( ) Notificado ou ( ) de seu bastante procurador.	
Nome:	
Cargo ou Função:	
Identidade:	Org. Exp.
Hora:	
Assinatura:	

2ª Testemunha	
A notificação foi lida, de inteiro teor, na presença do ( ) Notificado ou ( ) de seu bastante procurador.	
Nome:	
Cargo/Função:	
Identidade:	Org. Exp.
Data:	
Hora:	
Assinatura:	

**Anexo B - Termo de Reconhecimento de Dívida****MINISTÉRIO DA DEFESA  
COMANDO DA AERONÁUTICA  
UG****TERMO DE RECONHECIMENTO DE DÍVIDA**

Eu,... (Nome completo do responsável), portador (a) da Identidade nº....., C.P.F. nº....., residente à ... (endereço completo), na presença das testemunhas subscritas, formalmente reconheço, por livre manifestação, a minha responsabilidade pelo valor original de R\$... (.....) apurado no (a) (Sindicância, IPM, PAD, TCA ou PARE,) nº. ...., de ..., a ser restituído à Fazenda Nacional.

Declaro que fui devidamente instruído acerca da faculdade de, antes de assinar o presente termo, exercer o direito da ampla defesa e do contraditório e contestar a dívida ou o seu valor apurado. Tenho ciência de que este irrevogável reconhecimento de dívida não importa reconhecimento de responsabilidade disciplinar ou penal eventualmente existente.

Comprometo-me a restituir o valor aqui reconhecido mediante..... (autorização para desconto na minha folha de pagamento a pessoal - contracheque, observados os limites contidos na legislação em vigor, via GRU, ao Tesouro Nacional ou outra forma de recolhimento), via GRU, em... (parcela única ou várias parcelas fixas ou variáveis, dependendo da forma de atualização).

Tenho ciência de que a dívida será atualizada de acordo com a legislação em vigor e que o não cumprimento das condições de recolhimento aqui estabelecidas poderá ensejar a inscrição de meu nome na Dívida Ativa da União (DAU).

Local,      data

---

Nome completo do responsável pelo débito - CPF

Testemunha 1

---

Nome completo  
Cargo/Função

Testemunha 2

---

Nome completo  
Cargo/Função

**Anexo C - Ficha de Qualificação do Responsável****MINISTÉRIO DA DEFESA  
COMANDO DA AERONÁUTICA  
UG****FICHA DE QUALIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL**

a) Nome:

---

b) CPF:

---

c) Endereço residencial:

---

d) Endereço profissional:

---

e) Telefones:

Trab \_\_\_\_\_ Res \_\_\_\_\_ Cel \_\_\_\_\_

f) Cargo/Função/Encargo/Comissão:

---

g) Período de gestão:

---

Local, data

---

  
Responsável pelas informações

### **Anexo D - Relatório do Encarregado**

O relatório do encarregado do PARE, deve conter:

a) identificação da UG:

- NOME;
- SIGLA;
- CÓDIGO SIAFI;
- CNPJ.

b) documento de instauração e de designação do encarregado/comissão do PARE;

c) identificação do processo administrativo (NUP) que originou o PARE;

d) número do PARE na UG;

e) identificação dos responsáveis:

- NOME;
- POSTO/GRADUAÇÃO/SERVIDOR PÚBLICO
- CPF;
- CARGO/FUNÇÃO (período da gestão).

f) quantificação do débito relativamente a cada um dos responsáveis;

g) relato das situações e dos fatos, com indicação dos atos ilegais, ilegítimos ou antieconômicos de cada um dos responsáveis que deram origem ao dano:

- IRREGULARIDADES (causadoras do dano ao erário);
- CONDUTA;
- NEXO DE CAUSALIDADE (entre a conduta e o resultado ilícito).

h) relato das medidas administrativas adotadas com vistas à elisão do dano;

i) informação sobre eventuais ações administrativas pertinentes aos fatos que deram ensejo à instauração do PARE (sindicância, IPM, PAD, TCA);

j) consolidação das manifestações/pareceres dos setores técnico, jurídico e financeiro, inclusive sobre as fiscalizações eventualmente realizadas;

k) notificações expedidas visando a regularização das contas e do ressarcimento do dano;

l) justificativas e defesas apresentadas;

m) análises sobre as justificativas e sobre as defesas apresentadas;

n) parecer conclusivo do encarregado quanto à comprovação da ocorrência do dano, à sua quantificação e à correta imputação da obrigação de ressarcir a cada um dos responsáveis;

o) outras informações consideradas necessárias; e

p) Conclusão



### Anexo E - Solução do Comandante

A solução do Comandante sobre o PARE, deve conter:

a) identificação da UG:

- NOME;
- SIGLA;
- CÓDIGO SIAFI;
- CNPJ.

b) documento de instauração e de designação do encarregado/comissão do PARE;

c) identificação do processo administrativo (NUP) que originou o PARE;

d) número do PARE na UG; e

e) relato da solução do Comandante.

A solução do Comandante deve conter a manifestação sobre o resultado do PARE, concordando ou não com as deliberações do encarregado/comissão e o encaminhamento das providências, quanto ao procedimento de ressarcimento ao Erário:

Situação I – Quando o responsável pelo dano se compromete a ressarcir o Erário:

Proceder conforme o disposto no item 3.1, desta instrução.

Situação II – Quando o responsável não reconhece a dívida:

A – se o valor for inferior a R\$ 1.000,00.

Proceder conforme o disposto no item 6.1, letra “a”, desta instrução.

B – se o valor for maior que R\$ 1.000,00 e menor que 75.000,00.

Proceder conforme o disposto no item 6.2, letra “b”, desta instrução.

C – se o valor for maior que 75.000,00.

Proceder conforme o disposto no item 6.3, letra “b”, desta instrução.

D – inscrição do responsável pela dívida com o Erário no SIAFI e CADIN.

Proceder conforme o disposto nos itens 8.1 e 8.2, desta instrução.

Determinar a publicação do parecer no Boletim Interno da UG

## Anexo F - Termo Circunstanciado Administrativo (TCA)



MINISTÉRIO DA DEFESA  
COMANDO DA AERONÁUTICA  
UG  
TERMO CIRCUNSTANCIADO ADMINISTRATIVO (TCA)

## 1. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL

NOME		CPF
MATRICULA SARAM/IAPE	CARGO	
UG	SETOR	
E-MAIL	DDD/TELEFONE	DDD/CELULAR

## 2. DADOS DA OCORRÊNCIA

<input type="checkbox"/> EXTRAVIO	ESPECIFICAÇÃO DO BEM ATINGIDO	Nº DO PATRIMÔNIO
<input type="checkbox"/> DANO		
DATA DA OCORRÊNCIA	LOCAL DA OCORRÊNCIA (LOGRADOURO, MUNICÍPIO, U.F.)	
/ /		
DESCRIÇÃO DOS FATOS		
<hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/>		
PREÇO DE MERCADO PARA AQUISIÇÃO OU REPARAÇÃO DO BEM ATINGIDO (R\$)	FONTES CONSULTADAS PARA OBTENÇÃO DO PREÇO DE MERCADO	

## 3. RESPONSÁVEL PELA LAVRATURA

NOME	POSTO
CARGO	UG
LOCAL / DATA	ASSINATURA

## 4. CIÊNCIA DO RESPONSÁVEL

Eu, _____, declaro estar ciente da descrição da ocorrência acima e de que me é facultado apresentar, no prazo de até 05 (cinco) dias corridos, a contar da presente data, manifestação escrita e/ou o ressarcimento ao Erário correspondente ao prejuízo causado, bem como outros documentos que achar pertinente à minha defesa.	
LOCAL	DATA / /
ASSINATURA	

## Continuação do Anexo F – Termo Circunstanciado Administrativo

### 5. PARECER DO RESPONSÁVEL PELA LAVRATURA

O envolvido apresentou: MANIFESTAÇÃO ESCRITA ( ) SIM ( ) NÃO      RESSARCIMENTO AO ERÁRIO ( ) SIM ( ) NÃO ANÁLISE                       		
<b>ABERTURA DE PRAZO PARA EFETUAR O RESSARCIMENTO</b> <i>(prestável somente em caso de conduta culposa do envolvido e de não ter ocorrido o ressarcimento no prazo concedido no item 4 acima)</i> Em razão do exposto na análise acima, ofereço ao militar/servidor envolvido a oportunidade de apresentar ressarcimento ao Erário correspondente ao prejuízo causado, no prazo de até 05 (cinco) dias corridos, a contar da presente data, nos termos do art. 4º da atual IN CGU nº 04/2009.		
ASSINATURA DO RESPONSÁVEL PELA LAVRATURA	ASSINATURA DO RESPONSÁVEL	DATA  / /
<b>CONCLUSÃO</b> ( ) O fato descrito acima que ocasionou o extravio/dano do bem público evidencia a responsabilidade da pessoa jurídica decorrente de contrato celebrado com a Administração Pública, de forma que se recomenda o encaminhamento destes autos ao fiscal do contrato administrativo para que adote as providências necessárias ao ressarcimento do valor do bem extraviado/danificado, de acordo com a forma avençada no instrumento contratual e conforme a legislação pertinente. ( ) O fato descrito acima que ocasionou o extravio/dano ao bem público decorreu do uso regular deste e/ou de fatores que independeram da ação do agente, de modo que se recomenda o encerramento da presente apuração e o encaminhamento destes autos ao setor responsável pela gerência de bens e materiais para prosseguimento quanto aos demais controles patrimoniais internos. ( ) O extravio/dano ao bem público descrito acima apresenta indícios de conduta dolosa do responsável envolvido, de forma que se recomenda a apuração de responsabilidade funcional desse por meio de Sindicância/IPM/PARE. ( ) O extravio/dano ao bem público descrito acima resultou de conduta culposa do responsável envolvido, contudo este não realizou o adequado ressarcimento ao Erário correspondente ao prejuízo causado, de forma que se recomenda a apuração de responsabilidade funcional deste Sindicância/IPM/PARE. ( ) O extravio/dano ao bem público descrito acima resultou de conduta culposa do responsável envolvido, contudo recomenda-se o arquivamento dos presentes autos, em razão de o responsável ter promovido o adequado ressarcimento do prejuízo causado ao Erário por meio de: <input type="checkbox"/> Pagamento. <input type="checkbox"/> Entrega de um bem de características iguais ou superiores ao danificado ou extraviado. <input type="checkbox"/> Prestação de serviço que restituiu ao bem danificado as condições anteriores.		
Diante do exposto e de acordo com o disposto no item 3.1 da ICA 174-3/2014, concluo o presente Termo Circunstanciado Administrativo e remeto os autos para julgamento a ser proferido pelo(a) _____  		
NOME		POSTO/QUAD
LOCAL / DATA	ASSINATURA	

Anexo G - Acompanhamento Mensal dos Procedimentos Administrativos Adotados

MINISTÉRIO DA DEFESA COMANDO DA AERONÁUTICA UG ACOMPANHAMENTO MENSAL DOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS ADOADOS MÊS / ANO						
Instauração (1)	Motivo (2)	Data (3)	Valor do Dano(4)	Tipo (5)	Prazo 6)	Solução (7)
Observações: 1. Informar número e data da portaria de instauração. 2. Informar o fato que deu origem à instauração do procedimento. 3. Informar a data de ocorrência ou do fato gerador do dano. 4. Informar o valor do bem ou do dano na data da ocorrência ou do fato gerador. 5. Informar o procedimento instaurado; Sindicância, IPM, PAD, TCA, PARE, TCE. 6. Informar o prazo para a conclusão do procedimento instaurado. 7. Informar a solução dada ao procedimento.						

Local e data

Agente de Controle Interno

Ordenador de Despesas

**Anexo H – Demonstrativo Mensal de Ressarcimento de Dano ao Erário**

<b>COMANDO DA AERONÁUTICA</b>
<b>SETOR DE CONTROLE</b>
<b>CONTROLE DO PARCELAMENTO DE RESSARCIMENTO AO ERÁRIO</b>

INFORMAÇÕES SOBRE O DÉBITO		
RESPONSÁVEL - NOME		
GRAD/POSTO/CARGO		
CPF		
PROCESSO Nº - TIPO		
VALOR ORIGINAL DO DANO - DATA		
VALOR ATUALIZADO DO DANO - DATA		
VALOR DO DESCONTO		
Nº PARCELAS		
DATA INÍCIO DESCONTO		
DATA ACERTO FINAL		

CONTROLE DOS DESCONTOS				
MÊS/ANO	VALOR	GESTOR DE FINANÇAS	ACI	ORDENADOR DE DESPESAS

ACERTO DE CONTAS FINAL				
DATA	VALOR	GESTOR DE FINANÇAS	ACI	ORDENADOR DE DESPESAS

<b>OBSERVAÇÕES:</b>
1 – A elaboração deste anexo é da responsabilidade do Gestor de Finanças da UG
2 - No caso de parcelamento em folha de pagamento de pessoal, o ajuste final das contas será realizado por ocasião do pagamento da última parcela.
2 - Anexar os comprovantes dos descontos mensais e final
3 - Apresentar o controle este anexo nas prestações de contas da UG
4 - Apor rubrica e fazer a identificação do Gestor de Finanças, ACI e do Ordenador de Despesas

## ÍNDICE

- ação, 10, 11  
 acesso, 9  
 Acompanhamento, 14, 41  
 acórdão, 12  
 acordo, 9, 13, 17, 19, 25, 33, 35  
 administrativas, 9, 14, 19, 37  
 administrativo, 11, 14, 17, 20, 37, 38  
 administrativos, 9, 11, 14, 17, 29  
 Administrativos, 14, 41  
 Adotados, 14, 41  
 agente, 10, 12, 15, 19, 20  
 Agente, 14  
 AGENTE, 9  
 ajuste, 9, 23, 42  
 alçada, 9, 14, 19, 23, 25  
 AMPLA DEFESA, 9  
 aplicação, 9, 12, 13, 17  
 apuração, 9, 10, 11, 13, 14, 15, 16, 17, 19, 25, 27, 29  
 arquivamento, 11, 14  
 Ativa, 11, 19, 23, 31, 32, 35  
 ato, 9, 10, 14  
 Atualização, 18  
ATUALIZAÇÃO, 13, 21  
 atualização monetária, 13, 20, 21  
 atualizado, 13, 14, 19, 25  
 auditorias, 13  
 autos, 9, 15, 17  
 auxiliares, 13  
 beneficiário, 13  
 boa-fé, 13, 14  
 características, 15, 17  
 CASO FORTUITO E FORÇA MAIOR, 9  
 causa, 10, 12, 19  
 CAUSALIDADE, 11, 37  
 causas, 11  
 CENCIAR, 5, 14, 25, 27  
 certificação, 12  
 cobrança, 17, 19, 31, 33  
 Cobrança, 18  
 COMANDANTE, 9  
 COMISSIVA, 10  
 compete, 19  
 complementares, 13  
 concessão, 13  
 conclusão, 14, 25  
 condições, 9, 13, 15, 18, 35  
 conduta, 10, 11, 15, 16, 37  
 CONDUTA, 10, 11, 37  
 contas, 9, 12, 13, 14, 19, 23, 29, 32, 37, 42  
 contraditório, 9, 17, 18, 35  
 CONTRADITÓRIO, 9  
 controle, 12, 27, 31, 42  
 Controle, 5, 9, 14, 23, 29, 32  
 convênio, 9  
 crime, 10  
 culpa, 9  
 CULPA, 10  
 CULPOSA, 10  
 danificado, 11, 15, 17, 18  
 dano, 9, 10, 11, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 23, 25, 27, 29, 37, 38  
 Dano, 18, 42  
 DAU, 11, 19, 20, 35  
 débito, 9, 11, 12, 13, 14, 18, 25, 33, 35, 37  
 Débito, 18, 20  
 decisão, 9  
 defesa, 9, 17, 18, 35  
 Demonstrativo, 18, 20, 42  
 desconto, 15, 17, 19, 23, 35  
 designação, 9, 12, 15, 17, 18, 37, 38  
 determinante, 14  
 devedor, 19, 20  
 dever, 9, 12, 13  
 devidos, 11, 13, 19, 23  
 devolução, 13  
 direitos, 9  
 DISCIPLINAR, 11  
 dispensa, 13  
 dívida, 14, 19, 20, 21, 23, 33, 35, 38  
 Dívida, 11, 18, 19, 21, 23, 31, 32, 35  
 documentos, 9, 11, 15, 18  
 dolo, 9  
 DOLO, 10  
 DOLOSA, 10  
 dúvida, 13  
 elementos, 10  
 encarregado, 14, 15, 17, 18, 29, 37, 38  
 Encarregado, 17, 18, 37  
 entidade, 12  
 entrega, 15, 17  
 Erário, 5, 9, 10, 13, 14, 15, 17, 19, 23, 25, 27, 29, 38, 42  
 ERÁRIO, 1, 3, 11, 13, 17, 19, 42

esfera, 9  
Estimativa, 13  
Evidências, 11  
excepcional, 11  
extrajudicial, 12  
extraviado, 11, 15, 17  
extravio, 11, 15, 16, 19  
facultado, 15, 17  
fase, 18  
fato, 10, 15, 17, 18  
Fazenda Nacional, 9, 11, 13, 17, 19, 23, 31, 32, 35  
Ficha, 15, 18, 36  
Financeiro, 18, 31  
financeiros, 12, 23  
fundamentos, 9  
Gestão, 11, 14, 25  
GESTÃO, 11  
gestor, 9, 10  
GRU, 15, 17, 35  
guarda, 12, 15  
identificação, 13, 14, 18, 20, 37, 38, 42  
IDENTIFICAÇÃO, 13  
identificados, 13  
igual, 9, 11, 14, 15, 19, 23, 25  
ilícito, 10, 11, 37  
importâncias, 13  
imprevisíveis, 9  
impugnada, 13  
incidência, 13  
indevidamente, 13  
inevitáveis, 9  
inferior, 11, 15, 25, 38  
informações, 13, 14, 20, 23, 36, 37  
infringida, 13  
Inquérito, 9, 13  
INQUÉRITO, 10  
inscrição, 11, 19, 20, 25, 32, 35, 38  
instauração, 13, 14, 17, 19, 21, 32, 37, 38  
instaurado, 9, 12, 14, 17  
instaurados, 9, 14  
instaurar, 15, 17, 23  
instrução, 10, 38  
instruído, 12, 35  
instrumentos, 9, 13, 14  
interesses, 9  
interno, 11, 12  
Interno, 5, 9, 14, 15, 17, 18, 23, 29, 32, 38  
interpretação, 9, 13  
IPM, 10, 13, 14, 17, 29, 33, 35, 37  
irregularidade, 10, 14, 19  
irregularidades, 12, 14, 33  
julgamento, 12, 15  
julgar, 17, 19  
juros, 13, 14, 18, 20  
juros de mora, 13, 14, 20  
lavratura, 15, 29  
lesada, 12  
levantamento, 13  
limite, 11, 15, 19, 21  
litigantes, 9  
medida, 18  
medidas, 9, 14, 16, 19, 25, 29, 33, 37  
meios, 9, 13, 17  
Mensal, 14, 41, 42  
militar, 10, 15, 17  
mínimo, 19  
motivação, 9  
motivo, 14  
natureza, 9, 10, 11, 13, 20  
NEXO, 11, 37  
nexo de causalidade, 17  
norma, 13  
Notificação, 18, 33, 34  
notificações, 17, 37  
número, 14, 18, 20, 33, 37, 38  
obrigação, 9, 10, 37  
obrigatória, 13  
ocorrência, 9, 13, 18, 19, 37  
ODGSA, 14, 19, 21, 25  
ofício, 14  
omissão, 9, 12, 13  
OMISSIVA, 10  
operacionalidade, 15, 18  
órgão, 12, 19, 20, 25  
ÓRGÃOS DE ORIGEM, 11  
origem, 11, 18, 19, 20, 37  
PAD, 11, 13, 14, 17, 33, 35, 37  
PAG, 11, 14  
pagamento, 11, 15, 17, 19, 23, 33, 35, 42  
parcelamento, 14, 23, 33, 42  
parcelas, 14, 18, 23, 35  
PARE, 11, 14, 16, 17, 18, 20, 21, 29, 33, 35, 37, 38  
partes, 9  
participação, 13, 29  
patrimoniais, 12  
pecuniária, 9, 12  
penal, 10, 35  
perda, 12, 19

periciais, 9  
perícias, 13, 15  
PGFN, 11, 14, 19, 20, 21  
plausível, 13  
prazo, 14, 15, 17, 19, 33  
prazos, 14  
prejuízo, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 17, 25, 29  
prejuízos, 9, 13  
prestação, 15, 18  
prestar, 9, 12, 13  
Presunção, 13  
procedimentos, 9, 11, 13, 14, 18, 25, 27, 29  
Procedimentos, 5, 14, 41  
processo, 9, 11, 13, 14, 15, 17, 18, 19, 20, 21, 33, 37, 38  
PROCESSO, 11, 17, 42  
Processos, 14  
Procuradoria-Geral, 11, 19, 32  
propositura, 10  
prorrogar, 17  
provas, 9, 17  
Qualificação, 15, 18, 36  
razões, 9  
recebidas, 13  
recolhimento, 15, 17, 18, 21, 23, 35  
Reconhecimento, 18, 21, 23, 35  
recursos, 9, 11, 12, 13  
relatório, 18, 37  
Relatório, 17, 18, 25, 37  
repassados, 9  
representantes, 12  
responsável, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 25, 29, 35, 38  
Responsável, 15, 18, 33, 36  
RESPONSÁVEL, 9, 13, 36, 42  
ressarcimento, 9, 11, 13, 14, 15, 16, 17, 19, 23, 25, 29, 37, 38  
RESSARCIMENTO, 1, 3, 11, 13, 17, 19, 42  
restituição, 13  
resultado, 10, 11, 37, 38  
rito, 12  
sanções, 12  
serviço, 15, 18  
servidor, 11, 13, 15, 17  
Sindicância, 9, 13, 14, 17, 18, 20, 33, 35  
Sistema Débito, 13, 23  
solidários, 12  
solução, 17, 18, 38  
Solução, 18, 38  
TCA, 11, 14, 15, 16, 17, 29, 31, 33, 35, 37, 39  
TCE, 9, 11, 14, 19, 21, 25, 29  
TCU, 9, 13, 14, 19, 21, 23, 32  
Termo, 15, 18, 21, 23, 31, 35, 39, 40  
testemunhais, 9  
título, 12  
TOMADA DE CONTAS, 11  
Tomada de Contas Especial, 9, 11, 23, 32  
tomador, 12, 29  
Tribunal, 9, 12, 13, 14, 25, 31, 32  
União, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 17, 19, 21, 23, 25, 29, 31, 32, 35  
validade, 13  
valor, 9, 11, 13, 14, 15, 17, 18, 19, 20, 21, 23, 25, 33, 35, 38  
valores, 9, 11, 21, 23  
vantagem, 13  
Verificação, 13  
versão, 9